

O TERRITÓRIO POR NÓS: JUVENTUDES NEGRAS E CURSINHOS POPULARES

Organização
Vanessa Cândida Lourenço, Wellington da Cruz, Denise Eloy, Paulo Vitor Cardoso e Denise Oliveira

O TERRITÓRIO POR NÓS: JUVENTUDES NEGRAS E CURSINHOS POPULARES

Organização
Vanessa Cândida Lourenço, Wellington da Cruz,
Denise Eloy, Paulo Vitor Cardoso e Denise Oliveira

FICHA TÉCNICA

Organização
Vanessa Cândida Lourenço, Wellington da Cruz, Denise Eloy,
Paulo Vitor Cardoso e Denise Oliveira.

Realização
Ação Educativa — Assessoria, Pesquisa e Informação.

Apoio
Projeto SETA [Sistema de Educação por uma Transformação Antirracista].

Parceiros
Cursinho Popular Carolina de Jesus, Cursinho Popular Transformação e Cursinho Popular Santo Dias — Rede Ubuntu.

Coordenação Executiva da Ação Educativa
Ednéia Gonçalves
Maria Virgínia de Freitas
Marcos José da Silva

Analistas da área de educação
Vanessa Cândida Lourenço
Wellington da Cruz

Equipe do Projeto
Vanessa Cândida Lourenço
Wellington da Cruz
Denise Eloy
Paulo Vitor Cardoso
Denise de Oliveira
Cintia de Oliveira
Samuel Dias
Ednéia Gonçalves (Coordenação)

Textos
Ação Educativa: Vanessa Cândida Lourenço, Wellington da Cruz, Denise Eloy, Paulo Vitor Cardoso e Ednéia Gonçalves.

Cursinho Popular Carolina de Jesus: Lucas Santos Pereira, Danilo dos Santos Dantas, Giovanne Santos de Sousa, Daniel dos Santos Dantas, Paulo Vitor Cardoso e Clemilson Paiva de Jesus Junior.

Cursinho Popular Transformação: Torres Reis Araújo, Ulisses Nascimento, Madoka Ventura Alves de Souza, Gabriela Kimura (Kimu), Marcel Cabral Couto, Grazi Mazieri, Ju Guedes, Helina Venturoso Nascimento, Cássia da Rosa e Oliveira, Sofia Augusto Albuquerque de Barros, Marcelo Donegá, Tchê, Alisson dos Santos, Luiz Felipe Augusto e Artemis.

Cursinho Popular Santo Dias — Rede Ubuntu:
Beatriz Araujo, Enzo Araújo, Karollayne Alves, Kaique Silva, Leonardo Henrique, Luma Georgina e Rafael Cícero.

Jornalista convidada:
Nana Soares.

Edição de texto
Vanessa Cândida Lourenço

Revisão de texto
Fernanda Silva e Sousa
Gabriela Kimura

Identidade visual e diagramação
Henrique Inhauser Caldas

São Paulo, 2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

O Território por nós [livro eletrônico] : juventudes negras e cursinhos populares / organização Vanessa Cândida Lourenço...[et al.]. -- 1. ed. -- São Paulo : Ação Educativa, 2026.
PDF

Vários autores.
Outros organizadores: Wellington da Cruz, Denise Eloy, Paulo Vitor Cardoso, Denise Oliveira.
Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-6050-088-4

1. Antirracismo 2. Cursinhos populares 3. Juventudes negras 4. Movimentos sociais I. Lourenço, Vanessa Cândida. II. Cruz, Wellington da. III. Eloy, Denise. IV. Cardoso, Paulo Vitor. V. Oliveira, Denise.

26-405737.0 CDD-371.8

Índices para catálogo sistemático:

1. Cursinhos populares : Educação 371.8

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Realização

ação educativa

Parceria

ÜBUNTU
EDUCAÇÃO POPULAR

trans

CURSINHO POPULAR CAROLINA DE JESUS

Apoio

SETA
SISTEMA DE EDUCAÇÃO POR UMA TRANSFORMAÇÃO

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todas as pessoas que construíram e participaram desse processo, em especial aos cursinhos populares Carolina de Jesus, Transformação e Santo Dias — Rede Ubuntu, às pessoas, coletivos e instituições que permitiram o uso das imagens, à Victória Sátiro que contribuiu para nosso processo formativo, e à Jéssika Tenório, Marcelle Matias, Fabricia Nascimento e Cinthia Marques da área de educação da Ação Educativa que contribuíram com a revisão crítica do material.

QUEM CABE NAS PALAVRAS?

Você vai perceber que, ao longo desta publicação, usamos diferentes formas de expressão. A maneira como nos comunicamos também diz sobre quem reconhecemos e queremos incluir. Por isso, buscamos adotar, sempre que possível, uma linguagem inclusiva e não sexista, evitando tomar o masculino como padrão e procurando contemplar diferentes identidades e experiências de gênero.

Essa escolha não aparece da mesma maneira em todos os trechos. Em alguns casos, mantivemos a forma original das falas, citações ou referências utilizadas no material; em outros, optamos pelo uso de terminações de palavras que contemplem diferentes possibilidades de gênero (por exemplo: educandas/es/os). Assim, mais do que seguir uma fórmula única, buscamos fazer da nossa forma de expressão uma prática de respeito à diversidade e de compromisso com uma educação mais inclusiva.

SUMÁRIO

Apresentação - *Projeto SETA* **10**

O Território por Nós: Juventudes Negras e Cursinhos Populares - *Ação Educativa* **15**

Cursinhos populares: reconhecimento, pertencimento e formação para a luta das juventudes negras e periféricas - *Nana Soares* **21**

Diálogo e formação com cursinhos populares: construindo uma metodologia de mapeamento - *Denise Eloy e Paulo Vitor Cardoso* **29**

Possibilidades de uso do material - *Wellington da Cruz e Vanessa Cândida Lourenço* **39**

CURSINHO POPULAR CAROLINA DE JESUS

O Cursinho Popular Carolina de Jesus e a presença negra no Capão Redondo e Jardim São Luís - *Cursinho Popular Carolina de Jesus* **49**

1. Parque Santo Dias "Parque da Mata" 56
2. Berimbau 58
3. Panelafro 60
4. Sarau da Cooperifa 62
5. Batalha de Rima do Capão Redondo / Batalha da Lilás 66
6. Valo das Batalhas 68
7. Jup do Bairro (Jup Lourenço da Mata Pires) 69
8. Mano Brown (Pedro Paulo Soares Pereira) 70
9. Dona Edite (Edite Marques da Silva) 72
10. Escurinho do Acordeon (Francisco Miguel de Paula) 74
11. Cursinho Popular do Capão 75
12. Rede Ubuntu de Educação Popular 76

CURSINHO POPULAR TRANSFORMAÇÃO

O Cursinho Popular Transformação e a população LGBTQIAPN+ e racializada no centro - *Cursinho Popular Transformação* 81
1. Prédio da Ação Educativa / Sede do Cursinho Popular Transformação 92
2. Praça Franklin Delano Roosevelt / Praça Roosevelt / Rose 93
3. Ferro´s Bar 95
4. Viaduto do Chá/Vale do Anhangabaú 96
5. Theatro Municipal 100
6. APEOESP 102
7. Praça da República 104
8. Avenida Vieira de Carvalho 105
9. Busto de Luiz Gama / Largo do Arouche 106
10. Boca do Luxo 108
11. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) 110

CURSINHO POPULAR SANTO DIAS - REDE UBUNTU

O Cursinho Popular Santo Dias e a experiência da Rede Ubuntu com as juventudes periféricas no Jardim Ângela - *Cursinho Popular Santo Dias* 115
1. A Fúria do Negro 122
2. Bloco do Beco 123
3. Casa de Cultura Municipal do M'Boi Mirim 124
4. Fábrica de Cultura Jardim São Luís 125
5. Instituto Espírito de Zumbi 126
6. Instituto Orsolon 127
7. Multiplicarte Capoeira 128
8. Projeto Viela 129
9. Quilombar 130
10. Quilombo Guarani 131
11. Baque Atitude 133
12. Batalha da Sul 134
13. Bloco Afro É Di Santo 135
14. Bloco do Hercu 137
15. Unidos da Macieira 138
16. Caminhada pela Vida e pela Paz 139
17. Festa Preta 141
18. Santo Dias 143
19. Regina Paixão 144

Anexos - Fichas de registro 149

APRESENTAÇÃO

Projeto SETA – Sistema de Educação por uma Transformação Antirracista

O Projeto SETA é uma iniciativa composta por sete organizações da sociedade civil[1], com longa trajetória na defesa da educação antirracista e tem como objetivo consolidar um sistema educacional público que assegure a equidade racial e de gênero por meio do fortalecimento das políticas públicas nas redes de ensino. A publicação *O Território por Nós: Juventudes Negras e Cursinhos Populares* nasce desse compromisso.

Educar na perspectiva antirracista é pensar o campo da educação tendo a escola e a universidade como espaços institucionalizados de produção de conhecimento, em diálogo permanente com os movimentos sociais e com as populações negra, indígena e quilombola. Mas essa intencionalidade não está consolidada nos currículos tradicionais e precisa ser tensionada desde o cotidiano escolar. O lema "nada sobre nós sem nós", historicamente defendido pelos movimentos negro, indígena, quilombola e LGBTQIAPN+, sintetiza a urgência dessa incidência.

Em tempos de retrocessos e sob o avanço do conservadorismo e da extrema direita, construir uma agenda que parta da epistemologia dos movimentos sociais populares de resistência negra, que agregam em suas lutas os desafios territoriais, de classe, gênero e raça, é fundamental para que juventudes negras construam, a partir de dentro, estratégias para qualificar e fortalecer suas trajetórias educacionais. O centro dessa articulação é a efetivação da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), construída a partir da atuação de cursinhos populares, coletivos negros e organizações da sociedade civil, tendo como referência seu marco legal.

1. Integram esta parceria as seguintes iniciativas: ActionAid Brasil; Ação Educativa; Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ); Geledés - Instituto da Mulher Negra; UNEafro Brasil e Makira E'ta – Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas.

Esta publicação mostra uma articulação política firme e consciente no propósito de confrontar um sistema racista que violenta a trajetória educacional de jovens negras e negros, tanto na dimensão material quanto na simbólica, tentando subalternizar suas vidas e intelectualidades.

Nós, da Coalizão do Projeto SETA, convocamos educadoras/es, redes de ensino, organizações e as juventudes negras a ocuparem este campo de luta. A educação antirracista é uma construção coletiva, permanente e em movimento.

O TERRITÓRIO POR NÓS: JUVENTUDES NEGRAS E CURSINHOS POPULARES

Ação Educativa

Passados mais de vinte anos da alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) pela Lei 10.639/2003[2] e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNERER/2004), ainda enfrentamos grandes desafios para sua plena implementação nas escolas de todo o país e para a garantia de uma educação de qualidade, livre de racismo e outras discriminações relacionadas à raça, gênero e sexualidade. Alguns desses desafios estão relacionados ao investimento insuficiente na formação docente e das equipes escolares como um todo em torno da agenda das relações étnico-raciais. Também decorrem da ausência de ações das secretarias de educação para a efetiva aplicação da LDB, como aponta a pesquisa realizada pelo Geledés – Instituto da Mulher Negra e Instituto Alana em 2023. O estudo mostrou que cerca de 18% das Secretarias Municipais de Educação participantes da pesquisa não realizam nenhuma ação para garantir a aplicação da lei[3]. Dos diferentes motivos para o não cumprimento da LDB emerge também o isolamento das unidades escolares no enfrentamento ao racismo que se desenrola nos territórios, a partir da atuação dos movimentos sociais.

Diante deste cenário, buscando incentivar a plena efetivação da lei em escolas públicas e privadas de todo o país como via incontornável para a construção de propostas educativas equitativas e antirracistas, temos realizado a formação continuada de gestoras/es e profes-

2. A lei alterou a LDB e instituiu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica.

3. Fonte: BENEDITO, Beatriz Soares; CARNEIRO, Suelaine; PORTELLA, Tânia (org.). Lei 10.639/03: a atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. São Paulo: Instituto Alana, 2023. p. 6.

soras/es, dialogado com as juventudes, disseminado o uso de metodologias de autoavaliação participativa da qualidade educacional por unidades educacionais e redes de ensino em todo o país e incidido no fortalecimento de políticas públicas garantidoras do direito de todas as pessoas à experiência escolar qualificada e livre de traumas[4]. Além disso, temos apostado na articulação com movimentos sociais e comunidades escolares de diferentes localidades, propondo que a conexão entre escola e território fortaleça a construção de uma educação intencionalmente antirracista. Essa perspectiva busca integrar os projetos político-pedagógicos das escolas aos processos de resistência das diferentes culturas, aos saberes e às histórias de vida presentes nas comunidades escolares e em seus territórios.

Tendo em vista esses fundamentos, a Ação Educativa, com o apoio do Projeto SETA (Sistema de Educação por uma Transformação Antirracista), convidou três cursinhos populares para a realização do projeto "O Território por Nós: Juventudes Negras e Cursinhos Populares". O Projeto teve como objetivo identificar os saberes construídos a partir dos movimentos sociais populares e da resistência negra em diferentes territórios da cidade de São Paulo, assim como os desafios territoriais enfrentados para que as juventudes negras construam trajetórias educacionais dignas.

Fizeram parte desse processo o Cursinho Popular Carolina de Jesus, atuante na região do Capão Redondo e do Jardim São Luís, na zona sul da cidade; o Cursinho Popular Santo Dias, da Rede Ubuntu, com atuação no Jardim Ângela, também na zona sul; e o Cursinho Popular Transformação, localizado na Vila Buarque, no centro da cidade e voltado prioritariamente à luta pelo acesso e permanência de estudantes transvestigêneres[5] no ensino superior.

4. A pesquisa "Percepções do Racismo no Brasil" (2023) apontou o ambiente escolar como um dos principais locais onde ocorre violência racial no Brasil. O levantamento constatou que entre as pessoas negras que afirmaram ter vivido alguma situação de racismo, 38% disseram que o ataque aconteceu na escola, faculdade ou na universidade. E 63% das mulheres negras confirmaram que percebem a raça como principal fator motivador de violência nas escolas. O estudo foi encomendado ao IPEC (Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica) pelo Projeto SETA (Sistema de Educação por uma Transformação Antirracista) e o Instituto de Referência Negra Peregum.

5. "Transvestigênere é um termo guarda-chuva criado por Indianarae Siqueira — ativista da causa trans e idealizadore da CasaNem [...]. A palavra vem da junção de travesti e transgênere, e surgiu com o objetivo de fugir do binarismo [...]. Transvestigênere engloba as mulheres e os homens trans, as travestis, [...] não-bináries e as pessoas intersexo." Fonte: https://lgbtqspacey.com/o-que-significa-o-termo-transvestigenere/#google_vignette

A proposição de parceria com os cursinhos populares derivou do reconhecimento da importância do trabalho desenvolvido por essas coletividades em seus territórios na luta pelo direito de todas as pessoas à educação de qualidade e pelo acesso e permanência no ensino superior. Essa experiência fortaleceu nossa aposta no protagonismo dos movimentos sociais para o fortalecimento e disseminação do debate crítico sobre as desigualdades raciais e educacionais nos diferentes territórios, especialmente em um contexto no qual, nos últimos anos, e em especial no estado de São Paulo, as políticas educacionais e a escola têm se mostrado cada vez mais distantes das realidades do território, e da criatividade e criticidade de estudantes e professoras/es.

Dessa forma, entendemos que uma educação de qualidade e antirracista também passa pela participação comunitária efetiva na escola e pelo diálogo desta com o território, com as pessoas que nele vivem, com seus desafios e desigualdades, sua vida cultural e com as mobilizações coletivas que ali se desenvolveram e se desenvolvem ao longo de sua história.

Agradecemos aos cursinhos populares e a todas as pessoas e grupos que apostaram e se mobilizaram para a realização deste material.

O PROJETO "O TERRITÓRIO POR NÓS"

"O Território por Nós: Juventudes Negras e Cursinhos Populares" é derivado do projeto *Território de Conhecimentos: Diálogos horizontais para aprendizagens significativas*, iniciado em 2022 em municípios do estado do Maranhão, com o propósito de contribuir para o reconhecimento e a valorização dos referenciais culturais das comunidades quilombolas e para a articulação desses saberes ao currículo da educação básica para aplicação efetiva e territorializada das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008[6]. No centro da proposição situamos os movimentos sociais (quilombola, indígena e negro) como parceiros locais para a construção de um inventário de conhecimentos que emerge da linha do tempo da resistência negra e indígena às opressões históricas, assim como suas interfaces e implicações para a vida atual das populações em seus diferentes territórios.

6. A lei 11.645/2008 complementa a 10.639/2003 determinando a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena na educação básica.

Com o objetivo de transpor para o ambiente urbano os fundamentos e aprendizados adquiridos em experiências desenvolvidas em municípios rurais e, sobretudo, em comunidades quilombolas, construímos essa experiência piloto em São Paulo em parceria com os cursinhos populares atuantes em diferentes regiões do município.

O processo consistiu na construção coletiva de um inventário do patrimônio material e imaterial, fruto do mapeamento da presença, cultura e resistência histórica da população negra nos territórios de atuação de cada um dos três cursinhos populares participantes do projeto. Dessa forma, os mapas apresentados nesta publicação resultaram do diálogo estabelecido entre cada cursinho, as juventudes estudantes, as/os educadoras/es e os territórios inventariados. Nesse processo, inspirados pelos indicadores do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), elaborados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), foram mapeados "Agentes", "Marcos de Resistência", "Locais e Edificações", "Saberes" e "Formas de Expressão" vinculados à história da luta antirracista e, como resultado do processo, também identificados elementos relacionados aos direitos da população LGBTQIAPN+[7] nesses territórios. Donas Edites, Manos Browns, batalhas de rima, blocos de carnaval, cursinhos populares e vielas e praças foram reconhecidos nesse processo como atores e espaços que constroem e mantêm cotidianamente a resistência e as histórias de luta negra e LGBTQIAPN+ nos territórios centrais e periféricos da cidade, permanecendo como referências para as juventudes que ali vivem e circulam.

Durante o processo de mapeamento, que inicialmente pretendia se debruçar sobre as presenças negra e indígena, identificamos a dificuldade de situar as vivências, histórias e contribuições da população indígena no cotidiano dos territórios inventariados, realidade que se relaciona ao apagamento histórico e simbólico da existência e contribuições dos diferentes povos indígenas em São Paulo, manifestado tanto na insuficiente abordagem de sua história e cultura nos espaços educacionais quanto na persistência de representações estereotipadas. Esse reconhecimento nos levou a considerar a necessidade de realizar processos dedicados exclusivamente a refletir sobre essa dificuldade e a compreender,

7. A sigla LGBTQIAPN+ representa a diversidade de identidades de gêneros e orientações sexuais. Desta forma, cada letra possui um significado diferente. Para saber mais acesse o material "Por que Discutir Gênero na Escola": https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2025/05/Por-que-discutir-genero-na-escola-Educacao.pdf

a partir do diálogo com essas diferentes presenças indígenas, suas perspectivas sobre contextos, demandas, histórias, identidades e questões relacionadas ao próprio acesso ao direito a uma educação de qualidade. Nesse sentido, de forma a evitar uma abordagem superficial sobre a luta das populações indígenas na cidade de São Paulo e os diálogos que elas estabelecem com a resistência negra, optamos por tratar, neste material, apenas da presença da população negra, projetando outros momentos específicos para formação mais qualificada em torno da agenda indígena.

Paralelamente, ao longo do processo de construção coletiva e a partir das provocações trazidas pelo Cursinho Popular Transformação, incorporamos reflexões sobre a agenda de gênero, especialmente no que se refere às barreiras enfrentadas pela população transvestigênere no acesso e na permanência na educação básica e no ensino superior. Destacou-se em nosso processo de reflexão a centralidade do debate sobre gênero e sexualidade nas escolas como estratégia de enfrentamento às violências e a relevância de uma abordagem interseccional das relações raciais, que articule raça, gênero, sexualidade e território. Essas provocações nos levaram a ampliar o escopo do inventário incluindo também as histórias e as lutas da população LGBTQIAPN+ na cidade de São Paulo.

Nesse sentido, o processo de mapeamento buscou narrar histórias mais plurais sobre esses territórios e seus sujeitos, bem como recuperar e valorizar as contribuições e histórias da população negra e LGBTQIAPN+ na cidade, considerando a perspectiva dos cursinhos populares parceiros, entendidos como movimentos sociais.

Desta forma, esta publicação apresenta a sistematização da primeira etapa da experiência do projeto *O Território por Nós: Juventudes Negras e Cursinhos Populares*, realizada no período de abril de 2025 a março de 2026, e inclui reflexões sobre os conceitos de território, patrimônio cultural e memória, que permearam o processo de elaboração e execução da proposta metodológica. Também é composta por um texto voltado à discussão sobre o lugar dos cursinhos populares em relação às juventudes negras de seus territórios e por uma reflexão em torno das possibilidades de uso deste material por diferentes espaços educacionais. A publicação conta ainda com textos de cada cursinho popular sobre suas atuações e territórios e sobre os pontos inventariados.

Esperamos que este material se apresente como uma inspiração para que escolas, cursinhos populares, movimentos sociais e organizações da sociedade civil ampliem seu engajamento na luta por uma educação antirracista e que, a partir da experiência aqui apresentada, possamos contribuir para a valorização da presença negra na cidade de São Paulo e para o fortalecimento de políticas públicas de educação coerentes com os desafios das/es/os estudantes do país, tendo como ponto de partida a efetivação da Lei nº 10.639/2003.

CURSINHOS POPULARES: RECONHECIMENTO, PERTENCIMENTO E FORMAÇÃO PARA A LUTA DAS JUVENTUDES NEGRAS E PERIFÉRICAS

Nana Soares

A experiência dos cursinhos populares não se limita à preparação para o vestibular e o acesso ao ensino superior. Educandas, educandos e educandes terão muitos momentos de reflexão e oportunidades para desenvolver a autonomia, o pensamento crítico, o senso de coletividade e de pertencimento. Isso porque, da forma como são pensados e desenvolvidos atualmente, grande parte dos cursinhos populares tem se mostrado polos de acolhimento e afirmação para as juventudes e também para os territórios em que estão inseridos, cumprindo um papel essencial na formação política das pessoas que os integram.

Representantes dos cursinhos participantes do projeto *"O Território por Nós"* compartilham desse entendimento, definindo seus espaços como ambientes de circularidade, aquilombamento, troca horizontal, elaboração coletiva e pertencimento territorial. Eles estiveram reunidos em um encontro realizado na Ação Educativa em março de 2026, com o objetivo de refletir sobre qual papel os cursinhos têm ocupado nos territórios, especialmente em relação às juventudes negras, ao direito à educação de qualidade e à implementação da Lei 10.639/2003. A atividade contou com a presença de educadoras/es e estudantes dos cursinhos populares Carolina de Jesus, Transformação e Santo Dias — Rede Ubuntu e também com a participação de integrantes do Cursinho Niggaz Grajaú — Confluências e do Cursinho Mabel Assis — Uneafro.


MAPEAMENTO DA PRESENÇA NEGRA E INDÍGENA COM CURSINHOS POPULARES
PROPOSTAS VISUAIS

CURSINHOS POPULARES: QUEM ACESSA (E QUEM NÃO)

Os cursinhos populares são espaços auto-organizados, nos quais educadoras e educadores atuam de forma voluntária, a partir de uma perspectiva de luta coletiva e comunitária. Muitos deles têm suas origens em movimentos sociais dos territórios. Suas atividades acontecem, na maioria das vezes, em espaços cedidos por organizações de bairro, instituições sociais, instituições religiosas e escolas públicas.

Eles são espaços plurais e heterogêneos, assim como os territórios em que atuam. E atendem a públicos igualmente diversos que buscam acessar o ensino superior, complementar sua formação básica, entre outros motivos. Entre os cursinhos que se propõem a ser também um projeto político, uma característica é evidente: o acolhimento de grupos minorizados e corpos dissidentes[8], pessoas para quem a educação formal regular, da forma como tem sido ofertada, não é ou foi suficiente para acessar o ensino superior. Além disso, muitos lutam por uma transformação estrutural do acesso e democratização da universidade, através, por exemplo, do fim do vestibular como mecanismo de seleção e do fortalecimento de políticas de permanência e ações que criem pertencimento para essas/es estudantes.

As desigualdades estruturantes seguem criando obstáculos para a garantia do direito à educação de vários públicos, inclusive impedindo seu acesso ou permanência nos próprios cursinhos. Por exemplo, jovens trabalhadoras/es e mulheres responsáveis por tarefas de cuidado têm mais dificuldade de seguir nos estudos, sendo os principais públicos que evadem. Antes, há pessoas que nem chegam aos cursinhos — seja por obstáculos de mobilidade, financeiros, de disponibilidade de tempo ou mesmo relacionados ao nível de alfabetização.

8. Corpos dissidentes são corpos cujas existências, identidades ou formas de expressão desafiam as normas sociais dominantes sobre gênero, sexualidade, raça, deficiência, aparência, idade ou outros marcadores sociais. São corpos que, por não se conformarem aos padrões considerados “normais”, frequentemente enfrentam processos de invisibilização, controle, discriminação ou violência.

Agendas como o combate à precarização do trabalho, o fim da escala 6x1 e a economia do cuidado[9] mostram-se centrais para os cursinhos populares e seu alcance. Nesse sentido, a ampliação do público atendido (e de sua permanência) é um desafio que passa, além de recursos financeiros, por estratégias alternativas como horários compatíveis e flexíveis, cuidadores para crianças ou outros dependentes e incentivos como auxílio para deslocamento até o local de estudo – estratégias já demandadas e adotadas por alguns cursinhos populares para tentar responder a estes desafios[10].

RECONHECIMENTO DE SABERES, FORMAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL: PROCESSO TRANSFORMADOR

As juventudes negras que acessam os cursinhos populares encontram neles um espaço de pertencimento, acolhimento, formação política, identificação racial e territorial e de incentivo ao pensamento crítico. Funções que vão muito além do mero aspecto preparatório, ou seja, da apresentação de conteúdos e discussões visando ao acesso de educandas/es/os ao ensino superior. Embora este aspecto seja, sim, urgente para as juventudes negras e periféricas, não é central nos cursinhos populares, o que faz com que esta seja uma

9. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) define a Economia do Cuidado da seguinte forma: "A economia do cuidado abrange o trabalho de cuidado — remunerado e não remunerado, direto e indireto — realizado por meio dos setores público e privado, incluindo micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), organizações sem fins lucrativos, a economia social e solidária e os domicílios. Ela engloba tanto quem presta quanto quem recebe cuidados, bem como os empregadores e as instituições que oferecem serviços de cuidado. (...) O trabalho de cuidado remunerado compreende diversas ocupações e setores. A economia do cuidado inclui as atividades de trabalhadores nas áreas de educação, educação e cuidado na primeira infância, saúde e assistência social, bem como trabalhadores domésticos e indivíduos que realizam trabalho de cuidado não remunerado. O trabalho de cuidado não remunerado, frequentemente prestado pela família e por redes sociais das pessoas que recebem cuidados, é de grande valor para quem recebe o cuidado, para quem o presta e para a sociedade." Fonte: https://www.ilo.org/topics-and-sectors/care-economy

10. Dialogando com os desafios enfrentados por cursinhos populares em seu cotidiano e reconhecendo a importância de sua atuação, o governo federal, a partir da demanda dos movimentos sociais, lançou a Rede Nacional de Cursinhos Populares (CPOP) como forma de apoiar técnica e financeiramente cursinhos populares de todo o país. Mais informações sobre o CPOP em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cpop

experiência realmente transformadora, muitas vezes contrastando com a experiência educacional com a qual as e os estudantes tinham contato até então.

Práticas inerentes à educação popular, como a horizontalidade, a escuta e a participação, além do uso e valorização de repertórios e saberes dos próprios territórios, de vivências periféricas e da presença de educadoras e educadores dos mesmos territórios e pertencimento racial, são chave para que esses percursos sejam transformadores. São práticas que geram trocas, diálogos e aprendizados que vão além dos conteúdos necessários para a aprovação no vestibular. E, muitas vezes, também é nos cursinhos que essas juventudes acessam conteúdos que não tiveram na escola, com discussões críticas, conhecendo seus direitos e encontrando outros pares.

Dessa forma, é nos cursinhos populares que estudantes se veem refletidas/os no corpo docente e na própria prática pedagógica, nos exemplos e referências apresentados e trabalhados no dia a dia. Essa identificação incentiva essas juventudes a imaginar e planejar projetos de vida, futuros onde também elas pertencem e acessam espaços como a universidade. Também é nos cursinhos populares que muitas pessoas começam a superar uma lógica de isolamento e individualismo, valorizando o coletivo e o compartilhado, desenvolvendo a consciência de que há um projeto estrutural de exclusão a ser enfrentado. Ou seja, os cursinhos populares configuram-se como espaços de contranarrativa e de reconstrução de vínculos, ancestralidade, pertencimento e autonomia.

Em outras palavras, as experiências vividas nos cursinhos populares, seja da parte das/es/os educandas/es/os ou das/es/os educadoras/es, mostram que eles são também uma importante ferramenta de formação política, racial, social e de luta pelo acesso universalizado, pela transformação das estruturas sociais e pelo acolhimento de corpos dissidentes e minorizados. Isso não apaga seu aspecto preparatório, mas mostra que essa não é a razão de ser dos cursinhos populares, que privilegiam a formação política, as tecnologias comunitárias e a relação com os territórios.

São iniciativas que materializam outros projetos de mundo. Um mundo mais centrado no comunitário, na horizontalidade, na valorização e circulação de saberes locais e territoriais. Um mundo onde expressões culturais e artísticas das quebradas, como os saraus, slams, batalhas de rima e bailes funk, também ensinam.

Contudo, o contexto educacional no Brasil, especialmente no estado de São Paulo, traz questões a serem enfrentadas. As e os estudantes dos cursinhos populares já têm identificado os efeitos do fechamento das salas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), da crescente plataformização[11] e da reforma do Ensino Médio. As populações negras e periféricas já sentem suas escolas cada vez mais sucateadas e, com isso, diminuídas as suas chances de ingresso nas universidades. Esse processo evidencia que as juventudes têm uma demanda urgente, que se relaciona ao processo de precarização da educação. Isso reforça a importância dos cursinhos populares, não apenas enquanto espaço formativo dos conteúdos dos vestibulares, mas também enquanto espaço de crítica a esse processo de precarização da educação formal.

"Novo Ensino Médio": acirramento de desigualdades

O "Novo Ensino Médio" foi uma política aprovada no governo Michel Temer que reconfigurou a etapa, alterando a distribuição da carga horária e criando os chamados "itinerários formativos". Desde que entrou em vigor, em 2017, tem sido duramente criticada por aprofundar as desigualdades educacionais e precarizar a educação pública, potencialmente aumentando a evasão escolar. Em 2024, a lei foi alterada, com alguma reconfiguração da carga horária aos patamares anteriores, mas as críticas persistem. O "Novo Ensino Médio" intensificou o processo de plataformização, desvalorização da carreira docente e impactou de forma desproporcional as juventudes negras e periféricas, estudantes trabalhadoras/es do período noturno, do ensino técnico profissionalizante e da Educação de Jovens e Adultos.

Saiba mais em: "Uma reforma irreformável: por que o novo Ensino Médio precisa ser revogado". Disponível em: <tonorumo.org.br/noticias/uma-reforma-irreformavel-por-que-o-novo-ensino-medio-precisa-ser-revogado/> e <tonorumo.org.br/noticias/novo-projeto-de-lei-para-o-ensino-medio-deixa-brechas-para-privatizacao-e-precarizacao/>. Acesso em 9 out 2026.

11. Segundo o relatório "A Plataformização e a privatização da educação como violação de direitos na rede estadual paulista" (2026), a plataformização da educação "refere-se à crescente integração de plataformas digitais no processo de ensino e aprendizagem. Esse fenômeno, embora possa apresentar potenciais benefícios, tem suscitado uma série de preocupações e violações, especialmente no que tange à autonomia docente, à qualidade do ensino e da aprendizagem e às condições de trabalho de profissionais da educação" (Bandeira, 2026, p.5). Disponível em: https://www.plataformadh.org.br/wp-content/uploads/2026/05/Dhesca-Brasil-RELATORIO-A-PLATAFORMIZACAO-E-A-PRIVATIZACAO-DA-EDUCACAO-Digital_FINAL-1.pdf

RELAÇÃO COM AS ESCOLAS E OS TERRITÓRIOS

Para quem compõe iniciativas de educação popular, é nítido que a escola pública, especialmente em anos recentes, não tem conseguido garantir formação suficiente nem para o vestibular nem para uma formação integral e autônoma das juventudes. Esse contexto de precarização da educação impacta a atuação dos cursinhos populares, que muitas vezes são vistos pelas juventudes enquanto espaços para sanar as lacunas deixadas pela educação formal.

Ainda que essas lacunas acabem desaguando nos cursinhos populares, escola e cursinhos não são excludentes entre si. Ao contrário, os cursinhos - a partir da educação popular - contribuem para o desenvolvimento de um pensamento crítico e denunciam, ao mesmo tempo, os limites e desmontes da educação formal, produzindo práticas pedagógicas alternativas e sendo, assim, protagonistas na defesa do direito à educação. Além disso, os diálogos com a escola mantidos por muitos cursinhos populares representam uma abertura do território à comunidade e à pluralidade de ideias. E, como a experiência mostra, a relação dos cursinhos populares com as escolas e com outros elementos dos territórios que ocupam está em constante construção e renovação.

A educação popular, em particular os cursinhos, não se mostra transformadora apenas no âmbito individual de cada estudante, mas também nos territórios em que estão inseridos, uma vez que valorizam saberes e práticas locais, (re)organizam coletividades e a luta pela transformação ou subversão das estruturas desiguais. É prática fundante de cursinhos populares enquadrar seus territórios não apenas como lugares de carência e ausência, mas também de memória, cultura, ancestralidade, inteligência e pertencimento.

Além de possibilitarem que as juventudes negras e periféricas acessem a universidade, os cursinhos populares têm a capacidade de agregar repertório, estimular reflexões críticas e tecer vínculos entre as pessoas e o território. Ou seja, democratizam não apenas o acesso ao ensino superior, mas o acesso ao repertório sociocultural e territorial, à permanência, à circulação pela cidade e a formas dignas, circulares e horizontais de aprender.

AFIRMAÇÃO RACIAL, VALORIZAÇÃO E AUTOESTIMA

Sendo os cursinhos populares esses espaços de encontro, afirmação e pensamento crítico, há ainda outra demanda reafirmada por eles: a implementação da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas.

Os cursinhos populares têm sido uma oportunidade para superar o ensino superficial e muitas vezes estereotipado oferecido no ensino regular sobre relações raciais, em que a história da população negra é muitas vezes reduzida à escravidão. Isso se dá através de uma pedagogia horizontal, do reconhecimento de conhecimentos que estudantes já carregam, da valorização de referências como Racionais MC's, o hip-hop, as culturas populares e os saberes territoriais, do reconhecimento de ativistas locais e da construção de uma educação antirracista orientada pela contracolonialidade e pela memória com forte referência às ancestralidades. Tanto é que os cursinhos populares são também definidos como espaços de aquilombamento contemporâneo.

Aquilombamento porque são lugares de reconhecimento entre pares; da possibilidade de existir coletivamente; lugar onde as juventudes podem se compreender enquanto tal e um ambiente de fortalecimento da autonomia de pensamento, território de produção de dignidade diante de um cotidiano marcado por exaustão, medo, precariedade e negação de futuro e de acesso.

Dessa forma, ainda que não sejam, portanto, capazes de atender toda a demanda e que os muitos desafios enfrentados exijam energia e tempo dessas coletividades, os cursinhos populares têm se mostrado pedra fundamental em seus territórios, espaço de descobrimento e promoção de conhecimentos e direitos, de diálogo e ponte entre juventudes, periferias e universidades.

DIÁLOGO E FORMAÇÃO COM CURSINHOS POPULARES: CONSTRUINDO UMA METODOLOGIA DE MAPEAMENTO

Denise Eloy e Paulo Vitor Cardoso
(Centro de Formação da Ação Educativa)

A EDUCAÇÃO POPULAR COMO PONTO DE PARTIDA

O processo formativo e a metodologia do inventário com os Cursinhos Populares foram construídos com base em referenciais que partem das experiências e dos acúmulos da Ação Educativa em Educação Popular, presente em seus diversos projetos e atividades formativas. Referenciais que atravessam inúmeras discussões, como concepções sobre território, memória e movimentos sociais.

No nosso entendimento, a Educação Popular é uma concepção política, formativa, didática e metodológica que tem como alguns de seus objetivos: interpretar, compartilhar e reinventar o conhecimento como instrumento concreto de mudança da realidade; desenvolver, comunicar e apoiar uma estratégia de organização popular como forma de enfrentar os desafios diários e históricos; ampliar a consciência crítica dos grupos e populações subalternizados; fortalecer o protagonismo do povo em suas lutas; e tornar acessível o conteúdo e a metodologia popular, estimulando o engajamento e a reprodução criativa[12] por parte das pessoas (Peloso, 2012).

12. A reprodução criativa diz respeito às capacidades de multiplicação dos processos de formação política, sempre construídos a partir da realidade dos grupos e sujeitos. Ou seja, pensar esse lugar da metodologia popular, e sua multiplicação, não como uma "receita", mas tendo em vista a realidade de cada processo.

Isso significa que não existe Educação Popular sem um objetivo político em prol da transformação. É por isso que ela se alicerça sobre algumas dimensões: o empoderamento das pessoas por meio da democratização do conhecimento; o desenvolvimento de uma atitude crítica frente às desigualdades de classe, raça, gênero e diversidade sexual na sociedade brasileira; a intencionalidade de constituição dos sujeitos através das dimensões de identidade e pertencimento, do fortalecimento da autoestima e da construção de um projeto de vida; e o apoio às ações coletivas que fortaleçam o engajamento de pessoas e a ampliação de repertórios comprometidos com a justiça social.

É a partir dos princípios da Educação Popular que formulamos nossas ações. Portanto, torna-se necessário explicitar nosso objetivo político e a transformação que almejamos com este processo de inventariamento com os cursinhos populares.

Dessa forma, entendemos que as ações não se realizam num vácuo, precisamos considerar a realidade concreta em que elas se desenvolvem. É necessário ponderar as relações, as dinâmicas e a manifestação da existência humana que acontecem em um espaço, transformando-o em um espaço habitado, espaço de vida, isto é, num território. Nesse sentido, compreendemos que cada coletividade e cada território possuem dinâmicas e histórias próprias, que precisavam ser valorizadas e registradas ao longo desse processo.

CONSTRUINDO NOSSO CAMINHO

Compreendemos que nossa proposta de construção deste mapeamento se configurou como um caminho vivo, ou seja, foi se adaptando e sendo construída coletivamente com os cursinhos populares participantes do projeto. Isso se deu pelo fato de compreendermos que cada coletividade e cada território possuem dinâmicas e histórias próprias, que devem ser valorizadas e registradas ao longo desse processo e que os cursinhos populares têm acúmulos importantes relacionados ao registro e à sistematização de suas próprias histórias e das de seus territórios.

O caminho político-pedagógico e metodológico para o processo de mapeamento foi definido a partir de três perguntas geradoras: O que vamos fazer? Por que vamos fazer? Como vamos fazer?

São perguntas simples, mas que orientaram nosso coletivo rumo à articulação entre o objetivo político e a materialidade da ação.

O que fizemos: um inventário coletivo e participativo da presença negra em territórios específicos da cidade de São Paulo, a partir da atuação de cursinhos populares.

Por que fizemos: a construção de uma educação antirracista e de qualidade passa pela valorização dos sujeitos que estão no território e pelo reconhecimento da atuação, história e acúmulo dos movimentos negros. Valorizar essas presenças passa por trazer esses conhecimentos para dentro da escola, a partir do diálogo com as juventudes, disputando uma noção de qualidade na educação que implique necessariamente a construção de uma educação antirracista e antissexista. Os cursinhos populares são organizações que atuam territorialmente, dialogando com os diversos sujeitos do território, especialmente com as juventudes, sobre a construção de uma educação de qualidade para transformação social. Nesse sentido, são atores sociais que dialogam com nosso objetivo.

Como fizemos: o mapeamento foi realizado a partir de um processo de inventariamento que teve como inspiração o documento Educação Patrimonial: Inventários Participativos do IPHAN (2016)[13] , que é um manual metodológico para realizar processos participativos de identificação e valorização do patrimônio cultural de um território. Este documento traz definições do que é patrimônio e do que é inventariar, um passo a passo de como iniciar esse processo e modelos de fichas de registro. A partir desta metodologia, propomos categorias iniciais a serem investigadas e criamos documentos para a sistematização e registro do processo que os cursinhos fizeram. Esse caminho foi sendo construído junto aos cursinhos, em encontros formativos.

Para facilitar o diálogo com os cursinhos populares e baseados no manual do Iphan, criamos um *documento político-pedagógico e metodológico*, que reuniu explicações sobre o projeto, nossos pressupostos, conceitos, referências, documentos criados pela equipe da Ação Educativa, as propostas de categorias a serem inventariadas, cronograma dos

13. O documento está disponível na internet e pode ser acessado aqui: https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/educacao-patrimonial/inventarios-participativos/ManualdeAplicaoInventriosParticipativos.pdf/@@display-file/file

encontros formativos e orientações gerais. Vale destacar que este não foi um documento fechado, mas um ponto de partida para o diálogo, em que os cursinhos populares foram convidados a ler, questionar e propor mudanças diante dos desafios que encontravam em suas realidades.

A partir dos encontros formativos, diálogos e orientações da equipe da Ação Educativa, os cursinhos planejaram seus mapeamentos refletindo sobre a composição de cada equipe, a delimitação do seu próprio território e a realização do inventário a partir de suas realidades. Nesse sentido, o mapeamento também se caracterizou como um processo autônomo de cada cursinho, marcado por diferentes formas de realizá-lo a partir dos acúmulos, contextos e repertórios de cada cursinho.

Nesse processo, o cursinho popular Carolina de Jesus realizou discussões com as/es/os estudantes sobre as noções de "patrimônio" e "memória" e organizou o levantamento e definição dos pontos de referência para o inventário de forma coletiva, utilizando a metodologia do World Café, na qual os diferentes grupos de estudantes tiveram a oportunidade de identificar e discutir suas próprias referências do território em relação a cada categoria: agentes, lugares e edificações, celebrações, marcos de resistência, objetos e formas de expressão e saberes. Durante a atividade de levantamento de referências, as/es/os educadoras/es utilizaram um mapa do território de forma a identificar geograficamente a localização de cada referência.

Já o cursinho popular Santo Dias — Rede Ubuntu optou por realizar o levantamento de referências por meio de um formulário no qual as/es/os jovens pudessem inserir os pontos que tinham como referência no território, e em complemento realizaram "saídas pedagógicas" ao bairro, como forma de olhar para o território e realizar registros fotográficos do processo.

A pesquisa da história da região e a identificação de como diferentes gerações se apropriaram deste território fizeram parte de uma estratégia para o levantamento de referências usada pelo cursinho popular Transformação, a partir do qual podemos observar a referência a espaços de acolhimento e luta relacionados às histórias da população LGBTQIAPN+ e negra no centro da cidade. Além disso, o cursinho também utilizou a ferramenta do Google Maps para inserção dos pontos e itens mapeados como forma de visualização.

Dessa forma, a etapa de execução foi efetivamente a fase de investigação dos lugares, objetos, celebrações, formas de expressão, agentes e saberes. Trabalhamos com fichas de identificação[14] como forma de registro dos pontos levantados, nas quais foram identificadas as equipes, o território e os patrimônios inventariados, além de outros instrumentos metodológicos, como um modo de organização do acervo construído por cada cursinho, termos de autorização de uso de imagem, fichas para documentação de possíveis entrevistas etc.

Na etapa de sistematização, construímos os produtos que registraram o mapeamento realizado. Também discutimos coletivamente com cada cursinho como seriam construídos os mapas de cada um dos territórios apontando os itens inventariados, quais destaques e elementos traríamos como referência a cada território e às identidades de cada cursinho. O cursinho popular Transformação, por exemplo, apontou a importância de as estações de metrô ao redor do território mapeado aparecerem no mapa, como forma de fazer referência à mobilidade pela região do centro da cidade a partir do transporte público.

A partir do nosso objetivo de defesa da efetivação da Lei 10.639/2003 e das DCNERER e dos nossos pressupostos construídos a partir da Educação Popular, produzimos uma metodologia que guiou nossas ações. Contudo, consideramos essa metodologia aberta, vinculada a um processo específico, de modo que ela foi se modificando ao longo do percurso e do diálogo com os cursinhos. Além disso, a metodologia proposta foi uma referência de como fazer o mapeamento e não um guia rígido a ser seguido, assim cada cursinho precisou adaptá-la de acordo com seu processo e seu território de atuação. Acreditamos que esse caminho é possível porque a Educação Popular se faz a partir da realidade concreta e dos saberes coletivos de cada grupo.

14. Modelo consta como anexo.

A ABORDAGEM TERRITORIAL NA CONSTRUÇÃO DA METODOLOGIA

Durante a construção do processo formativo e metodológico, entendemos como fundamental a introdução de reflexões em torno dos conceitos de "território", "patrimônio" e "memória", enquanto forma de qualificar as discussões em relação ao que seria mapeado e evidenciado nos processos de mapeamento de cada cursinho.

Nesse sentido, no que se refere ao conceito de território, entendemos que o território não é só uma forma, uma delimitação do espaço, mas que ganha sentido pelo seu uso. Tomando como referência Milton Santos (1999) que afirma:



> O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. *O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si*. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a Geografia. É o território usado que é uma categoria de análise (Santos, 1999, p. 8).



O território, portanto, não é algo estático. Ele está em movimento, em constante transformação. Isso porque, enquanto território usado, precisa ser considerado a partir do contexto de seu uso realizado pelos grupos que ali se inserem. Ao realizar sua vida sobre um território, esses grupos o organizam de acordo com seu saber-fazer, que por sua vez é criado a partir das relações entre os sujeitos e deles com o território. Ou seja, os sujeitos não somente estão no mundo, mas se relacionam com o mundo (Paulo Freire, 2018). Portanto, entender o "território usado" significa entender o território como espaço em disputa, isto é, significa entendê-lo a partir das intencionalidades dos grupos e dos sujeitos que o compõem. Território é identidade!

Olhar o território a partir da Educação Popular significa, para nós, compreendê-lo a partir da vivência, das necessidades, das relações e das demandas de quem vive nele, buscando fortalecer a organização popular para um desenvolvimento territorial ligado à justiça



social e, assim, à transformação da realidade. Para nós, a Educação Popular é uma ferramenta que transforma a simples vizinhança em solidariedade política e, dessa forma, contribui para a construção de uma territorialidade que não é só física, mas afetiva e simbólica: é a mística, a festa, o acolhimento que "seguram" o território quando o Estado falta ou se contrapõem a ele.

Dessa forma, foi necessário olhar territorialmente os grupos e forças sociais que se alinhavam com nosso objetivo de enfrentar as desigualdades vivenciadas por estudantes racializadas/es/os no contexto da educação. Identificando, dialogando e referenciando esses grupos como parte desse processo de enfrentamento coletivo.

Diante desse cenário, reconhecemos nos cursinhos populares uma forma de organização popular importante que considera os acúmulos do movimento negro e o conhecimento da memória e das práticas culturais afro-brasileiras presentes nos territórios nas suas próprias práticas formativas. Portanto, formam um grupo que possui uma atuação territorial alinhada aos nossos propósitos de defesa de uma educação de qualidade para a transformação social.

MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: CURSINHOS POPULARES COMO AGENTES EDUCADORES

Os territórios são espaços de vida e disputa, onde os diversos grupos materializam suas relações, acumulando ali sua história. Assim, o território é também o lugar dos patrimônios culturais. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN):

> O patrimônio cultural forma-se a partir de referências culturais que estão muito presentes na história de um grupo e que foram transmitidas entre várias gerações. Ou seja, são referências que ligam as pessoas aos seus pais, aos seus avós e àqueles que viveram muito tempo antes delas. São as referências que se quer transmitir às próximas gerações. Entre os elementos que constituem a cultura de um lugar, alguns podem ser considerados patrimônio cultural. São elementos tão importantes para o grupo que adquirem o valor de um bem — um bem cultural — e é por meio deles que o grupo se vê e quer ser reconhecido pelos outros (IPHAN, 2016, p. 7).

O patrimônio cultural possui um valor coletivo, pois está relacionado a elementos que conectam as pessoas por meio de histórias, práticas ou espaços significativos para um grupo. Ele é capaz de interligar as pessoas. Assim, na relação do patrimônio cultural com o território, a memória coletiva é um elemento estruturante. Ela surge de um "trabalho de memória" feito por diversos atores sociais. Em geral, os aspectos da memória se constituem em um campo semântico pluralista e dinâmico, em que os atores envolvidos não têm completo controle sobre sua construção. Há um entrelaçamento entre memória individual e coletiva, por isso a memória deve ser compreendida também como um fenômeno submetido a alterações constantes, construído, organizado e em constante disputa.

Sue Iamamoto (2022) apresenta três eixos metodológicos possíveis de serem trabalhados com movimentos sociais no âmbito da memória: 1) história oral e narrativas; 2) comemorações e rituais; 3) lugares de memória. O primeiro eixo se concentra na reconstrução da história dos movimentos, muitas vezes a partir de suas próprias perspectivas, assim como para compreender as memórias de seus atores. O segundo eixo diz respeito à memória trabalhada na criação de datas comemorativas e rituais públicos, ao se transformarem em ferramentas de perpetuação (e disputa) de memórias coletivas. Por fim, no terceiro eixo se dão as investigações que exploram as conexões entre memória e território, como determinados espaços geográficos-afetivos são, constantemente, disputados por movimentos sociais a partir de outras narrativas. Aqui entra o debate acerca, por exemplo, do lugar dos monumentos oficiais. Assim, trabalhar com os patrimônios culturais materiais e imateriais é disputar as memórias coletivas e, desse modo, o uso dos territórios.

É nesse sentido que *"O Território por Nós: Juventudes Negras e Cursinhos Populares"* foi costurado, buscando inventariar15 patrimônios culturais materiais e imateriais afro-brasileiros nos territórios em que os cursinhos populares atuam. A construção de um inventário participativo nos permitiu, a partir da proposta de uma educação antirracista, registrar e sistematizar, com base nas referências das próprias juventudes, as pessoas, os elementos, as edificações e as narrativas que estão presentes e dão vida ao território.

15. De acordo com o IPHAN, o inventário consiste em pesquisar, reunir e organizar informações com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre determinado tema. Essa prática exige atenção aos espaços do cotidiano, aos "espaços de vida", com foco na identificação das referências culturais que compõem o patrimônio de um lugar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

IAMAMOTO, Sue A. S. Metodologias de memória coletiva em estudos de movimentos sociais. In: SZWAKO, José; DOWBOR, Maíra; PEREIRA, Marcelo M. (orgs.). *Métodos em movimento*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022. p. 101-127.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Educação patrimonial: inventários participativos. Brasília: IPHAN, 2016.

PELOSO, Ranulfo. Trabalho de base. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, María Laura (org.). Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1998.

POSSIBILIDADES DE USO DO MATERIAL

Wellington da Cruz
Vanessa Cândida Lourenço

Em *Ensinando a Transgredir: A Educação como Prática da Liberdade*, bell hooks[16], influenciada por Paulo Freire, afirma que:

> O multiculturalismo obriga os educadores a reconhecer as estreitas fronteiras que moldaram o modo como o conhecimento é partilhado na sala de aula. Obriga todos nós a reconhecer nossa cumplicidade na aceitação e perpetuação de todos de parcialidade e preconceito. Os alunos estão ansiosos para derrubar os obstáculos ao saber. Estão dispostos a se render ao maravilhamento de aprender e reaprender novas maneiras de conhecer que vão contra a corrente (hooks, 2013, p.63).[17]

16. Gloria Jean Watkins (1952-2021), mais conhecida pelo pseudônimo bell hooks (nome em letras minúsculas que adotou em homenagem à bisavó, Bell Blair Hooks), foi uma autora, professora, teórica feminista, artista e ativista antirracista estadunidense. Publicou mais de trinta livros e numerosos artigos acadêmicos dedicados à discussão sobre raça, gênero e classe e às relações sociais opressivas, com ênfase em temas como arte, história, feminismo, educação e mídia de massas.

17. O multiculturalismo é um conceito que descreve a coexistência de diferentes grupos culturais em uma mesma sociedade e defende o reconhecimento, o respeito e a valorização da diversidade cultural. Como perspectiva política e social, busca promover a inclusão e a participação equitativa de grupos historicamente marginalizados, sem exigir a perda de suas identidades culturais próprias. Para bell hooks, multiculturalismo não é sobre "incluir o outro". É sobre descentralizar quem sempre esteve no centro e reconstruir a educação a partir das margens. *Multiculturalism*. UNESCO. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/tags/multiculturalism>

Isso quer dizer que ao compreendermos a diversidade na origem e nas experiências das/es/dos jovens estudantes (em aspectos como raça, classe, gênero, território etc.), nós, enquanto educadoras/es, nos tornamos responsáveis por garantir que a experiência em sala de aula não seja restrita aos saberes de um grupo dominante, o que se configura como um obstáculo para construir uma aprendizagem significativa para todas as juventudes.

É necessário compreendermos que a derrubada desses obstáculos passa também pela construção e utilização de ferramentas, métodos e conteúdos que representem essas "novas maneiras de conhecer" e expressem o diálogo dos espaços de aprendizagem com suas/sues/seus estudantes e territórios, aproximando o currículo escolar das práticas cotidianas e das pessoas que neles vivem.

Desta forma, este material foi desenvolvido com o intuito de apoiar educadoras/es e estudantes de espaços de educação popular e de comunidades escolares na construção e no fortalecimento de uma educação antirracista. Para isso, incentiva a problematização sobre como a lei tem sido — ou não — aplicada nas unidades escolares, a partir da perspectiva de estudantes e professoras/es, além de levantar possibilidades para a incorporação dessa agenda no cotidiano escolar. Além disso, o material possibilita discutir o que constitui uma educação de qualidade na perspectiva de estudantes, educadoras/es, professoras/es e da comunidade escolar como um todo. Também busca apresentar às diferentes juventudes os cursinhos populares como espaços de discussão crítica sobre as desigualdades no acesso e permanência no ensino superior vivenciadas por pessoas jovens negras, racializadas, LGBTQIAPN+ e periféricas.

Nesse sentido, compreendemos que este conjunto de materiais pode ser utilizado de duas formas: como ferramenta e como método.

Como ferramenta porque oferece referências, apresenta recursos, tangibiliza o que está invisível a olhos desatentos e aponta, geograficamente, onde estão os pontos, locais, pessoas e acontecimentos que podem ser utilizados como temas geradores de discussões e atividades.

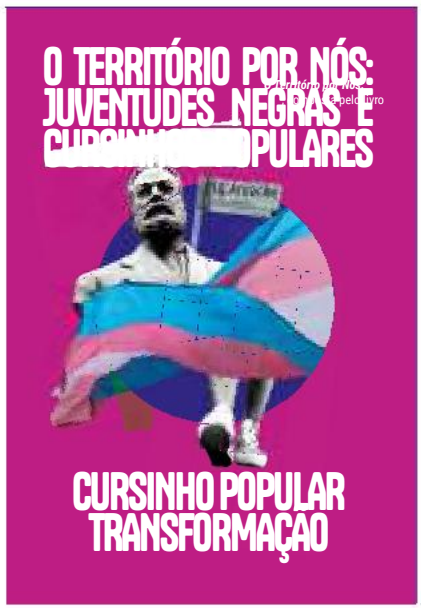
Ao mesmo tempo, é um método porque propõe uma maneira de olhar para o território, reconhecer a presença negra em sua história e construir conhecimento coletivamente, apresentando um passo a passo de como ampliar e aprofundar este material ou construir novos.

Sugerimos esse material para abrir caminhos de diálogos dentro das salas de professoras/es, durante momentos formativos, em planejamentos coletivos, reuniões pedagógicas e projetos interdisciplinares ou como material de apoio a propostas de educação antirracista. Acreditamos que essas propostas se tornam ainda mais ricas quando diferentes educadoras/es se propõem a construir coletivamente, permitindo que cada profissional contribua com perguntas, ideias e conhecimentos.

Nesse sentido, sugerimos que você se permita e a seus pares e estudantes manusear e explorar este material e os fanzines livremente. Seu formato foi pensado para ser utilizado de diferentes formas. Ao abrir suas páginas, observe as primeiras impressões que surgem. O que chama mais atenção? Quais imagens despertam curiosidade? Por quê? Que histórias essas imagens parecem contar? Algumas dessas histórias parecem familiares? Quais são desconhecidas? Quais outras deveriam estar presentes? Essas perguntas podem ser feitas individualmente ou em grupos, considerando diferentes perspectivas: a de estudantes, educadoras/es, famílias ou outros membros da comunidade escolar.

Não se engane: o fato de haver um mapa em uma das faces do fanzine não o limita a ser utilizado nas aulas de geografia!







Uma possibilidade de aprofundamento é escolher uma das **pessoas [agentes]** inventariadas no material e aprofundar as informações sobre sua trajetória. A partir das referências iniciais, é possível pesquisar sua biografia, conhecer sua origem, compreender sua relação com o território inventariado, identificar sua atuação e refletir sobre sua importância para a comunidade e para a história local. Mais do que reunir dados biográficos ou de perfil, a proposta é compreender os contextos que produziram essas trajetórias e os saberes construídos por essas pessoas, bem como os lugares que ocuparam em suas comunidades e o reconhecimento que tiveram.



DONA EDITE:
Dona Edite foi uma ativista cultural, declamadora de poesias e hoje é um símbolo de resistência na zona sul de São Paulo.
Foto: Daniel Fagundes



NEON CUNHA:
É uma importante ativista antirracista, dos direitos humanos e da comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil. Seu ativismo contribui para a ampliação das lutas coletivas em torno do reconhecimento e efetivação dos direitos de pessoas LGBTQIAPN+ e por mudanças no entendimento sobre as políticas de gênero.
Foto: João Bertholini

O mesmo pode ser feito com os lugares mapeados. Sempre que possível, educadoras/es e estudantes podem visitar esses espaços, observando o que permanece, o que mudou e quais histórias continuam presentes naquele território. Quando a visita presencial não for possível, recursos digitais, fotografias, mapas e relatos podem cumprir esse papel. A pesquisa sobre cada local amplia o conhecimento apresentado no material e permite compreender como esses espaços foram construídos ao longo do tempo, e quais histórias foram contadas em torno deles. Nesse sentido, é possível observar se há poucas ou muitas narrativas relacionadas a esse lugar, o que elas dizem, quais dessas narrativas são mais ou menos valorizadas e por quê. Também é possível, nesse processo, complementar aquilo que já se sabe sobre esse local, entrevistando as pessoas que ali vivem, viveram ou circularam e visitando os arquivos existentes.

As categorias utilizadas no inventário também podem orientar diferentes caminhos de leitura. Ao escolher um **marco de resistência**, por exemplo, é possível investigar quais acontecimentos deram origem àquele marco, quais grupos sociais participaram de sua construção, quais lutas aconteceram ali e por que aquele acontecimento permanece significativo. O mesmo exercício pode ser realizado com as demais categorias, sempre buscando compreender seus significados históricos e sociais.[18]



CAMINHADA PELA VIDA E PELA PAZ:
Mobilização comunitária histórica realizada anualmente no dia 2 de novembro no Jardim Ângela e Jardim São Luís. Simboliza o enfrentamento histórico da violência e do racismo no território.

Fotos: Diego Ramalho

As imagens presentes no material constituem outra possibilidade de trabalho. Antes mesmo de apresentar informações complementares, o grupo pode observar atentamente cada fotografia e responder a perguntas como: O que está acontecendo nesta cena? Quem são as pessoas retratadas? O que elas estão fazendo? Que histórias essa imagem parece nos contar? Depois desse momento inicial, a pesquisa pode ampliar ou até transformar as primeiras interpretações, mostrando que toda imagem carrega contextos que nem sempre aparecem à primeira vista.







É importante lembrar que este material não pretende esgotar os temas que apresenta. As informações aqui reunidas funcionam como uma porta de entrada para novas pesquisas. A partir delas, estudantes podem consultar livros, documentos, fotografias, entrevistas, acervos digitais e relatos orais, ampliando o conhecimento sobre pessoas, lugares e acontecimentos. Também é possível dialogar com moradoras/es, lideranças comunitárias e pessoas que vivenciaram parte dessas histórias, valorizando a memória coletiva como fonte de conhecimento.

18. Significados históricos e sociais são os valores, sentidos e interpretações que um grupo atribui a fatos, objetos ou ideias com base no seu tempo e na cultura desse grupo. Eles podem mudar conforme a época e a sociedade, mostrando que a realidade não tem um sentido único e fixo.

Outra característica deste material é sua possibilidade de uso em diferentes áreas do conhecimento. Na História e na Sociologia, ele pode apoiar discussões sobre memória, identidade, movimentos sociais, relações raciais e diáspora. Na Geografia, permite analisar transformações dos territórios, deslocamentos populacionais e formas de ocupação do espaço. Em Linguagens e Artes, possibilita leituras de imagens, produção artística, escrita, fotografia e criação de narrativas. Na Matemática e nas Ciências da Natureza, pode servir como ponto de partida para a análise de dados, gráficos, indicadores sociais, transformações urbanas e pesquisas sobre a realidade dos territórios.

As rodas de conversa também podem ocupar um lugar importante nesse processo. Depois da leitura, da pesquisa ou de atividades de campo, estudantes podem compartilhar descobertas, trocar interpretações e relacionar o conteúdo do material às próprias vivências. Mais do que avaliar o que aprenderam, esses encontros ajudam a construir novos sentidos para os temas abordados e fortalecem o diálogo entre escola e comunidade.

Por fim, este material também convida à criação de novos inventários participativos. Os pontos aqui apresentados não encerram as histórias de um território. Ao contrário, podem inspirar novos mapeamentos produzidos por estudantes, educadoras/es e comunidades. É possível identificar agentes, lugares, manifestações culturais, memórias, marcos de resistência e acontecimentos com referenciais afro-brasileiros que ainda não aparecem neste material, mas fazem parte da história local.

Vale sempre ressaltar que a construção destes fanzines e desta publicação aconteceu a partir do esforço de estudantes e educadoras/es, que atuaram ativamente como produtoras/es desse conhecimento.

Assim, o inventário deixa de ser um registro concluído e passa a funcionar como uma ferramenta viva, aberta à participação coletiva. Cada novo olhar, cada pesquisa realizada e cada história incorporada amplia o conhecimento produzido e fortalece a construção de uma educação comprometida com o reconhecimento das memórias dos territórios e com a valorização das diferentes formas de produzir conhecimento. A partir do reconhecimento da diversidade e da diferença como valores fundamentais, poderemos considerar a multiplicidade e a pluralidade de vozes na construção dos processos educativos, garantindo, assim, a inclusão, permanência e valorização dos referenciais, saberes e práticas das populações negras e indígenas, das pessoas LGBTQIAPN+, das populações migrantes e de outros grupos nas diferentes áreas do conhecimento.


PERSONAGENS
pessoas e figuras do território que trazem
elementos históricos e de luta para o
mapeamento. Essas pessoas podem ser
entrevistadas diretamente ou conhecermos
sua história por meio de outras pessoas
Mano Brown
Sergio Vaz
Jessica Campos
Santo Dias
Ferréz
Carla e Luis Cláudi
Tawane Theodo



CURSINHO POPULAR CAROLINA DE JESUS









O CURSINHO POPULAR CAROLINA DE JESUS E A PRESENÇA NEGRA NO CAPÃO REDONDO E JARDIM SÃO LUÍS

Cursinho Popular Carolina de Jesus

Foi na luta pela democratização da universidade que nascemos, em 2010. Sempre do lado sul do mapa, nossa casa é a periferia do Capão Redondo e do Jardim São Luís, onde fizemos morada e criamos raízes em escolas públicas cedidas. Existimos porque resistir é uma necessidade na vida das pessoas pobres e periféricas.

Nascemos de uma contradição concreta da vida das pessoas do território: a demanda pelo acesso ao ensino superior atravessada por uma enorme desigualdade na educação, contradição que é expressão da desigualdade social presente no território. Nesse sentido, o surgimento do cursinho é uma expressão da luta das organizações populares pela transformação dessa realidade.

Nosso território de atuação é formado por um processo de periferização que tem como elemento principal a migração, sobretudo de pessoas vindas do Nordeste para São Paulo, em busca de melhores condições de vida. Esta é uma população que, ao chegar à cidade, precisa se instalar e se reinventar nas bordas da metrópole. No território se vê a materialização de políticas de precariedade que se traduzem em um processo de abandono assistido por parte do Estado. Contudo, também se nota um espaço dinâmico, de muita troca, rico culturalmente e de muitas lutas populares.

O que queremos afirmar é que este é um território em disputa, que não pode ser resumido à violência. É um lugar de vida, onde as pessoas realizam sua cultura, suas tradições, onde

reinventam o espaço através de redes que se organizam em busca de transformação social. É também um território marcado pela luta e pela cultura popular. Território de Santo Dias e de tantos outros que lutaram e lutam pela mudança social, território das juventudes mobilizadas e politizadas nos saraus e *slams*, território de manifestações culturais como blocos de carnaval e bailes funk.

Entendemos que todas essas manifestações e lutas citadas vão na contramão das políticas de precariedade e transformam o território num espaço de manifestação e reinvenção cultural, onde pulsa vida. O cursinho emerge da história desse território e nasce desse movimento de reinvenção. As pessoas do território sempre precisaram se organizar e lutar por transformação e, desse modo, entendemos que o cursinho é uma expressão dessa luta que a comunidade local sempre precisou travar.

NARRATIVAS E REFLEXÕES SOBRE A PRESENÇA NEGRA

A formação do nosso território é marcada pela presença, luta e resistência negra e indígena. As políticas de precariedade, que levam aos processos de migração e periferização, têm raízes na colonização, que impõe um processo de desterritorialização caracterizado pela racialização, expropriação e expulsão de diversos povos de seus territórios. Contudo, esses povos expropriados reproduzem seus modos de vida, de sociabilidade e sua cultura nos espaços onde chegam, produzindo uma outra territorialização[19] e, com isso, um outro território. Assim, a colonialidade impõe um padrão de poder que se hegemonizou, mas que encontra resistências nesses grupos que reproduzem suas culturas e reinventam suas relações e seus territórios no sentido contrário ao imposto pela colonização, reinventando o território num sentido contra-hegemônico.

Quando olhamos para o nosso território na zona sul da cidade de São Paulo, vemos que as populações negra e indígena são majoritariamente atravessadas pelas políticas de

19. O que queremos destacar ao utilizar o termo "territorialização" é o processo de conformação de um território, isto é, de sua construção e transformação pelo uso. Como afirma Milton Santos, o território, mais do que a delimitação de uma área, só ganha sentido pelo seu uso, pela vida que pulsa e o anima. Em outras palavras, o território não é algo estanque, é processo, é vivo, se transforma.



precariedade e pela periferização. Porém, vemos também que, ao se instalarem ali, reproduzem suas culturas, seus modos de ser e suas próprias relações, dão vida ao território, o animam, se territorializam, ou seja, produzem um modo de estar no território, isto é, uma territorialidade[20].

O inventário da presença negra que fizemos mostrou esse processo de reterritorialização que descrevemos. O que se evidenciou foi um território múltiplo, heterogêneo e em movimento. Inventariar os patrimônios do nosso território jogou luz sobre os saraus — lugares frequentados sobretudo pela juventude negra e indígena como espaços de expressão política e cultural —, aos blocos de carnaval — com destaque para os blocos Afro É Di Santo e Bloco do Beco, que recuperam instrumentos e celebrações de origem nas culturas negras e indígenas — e outras manifestações como os bailes funk, cursinhos populares e atores que são considerados patrimônios culturais por serem importantes na vivência cultural e política desse território.

Desse modo, o inventário dos patrimônios culturais materiais e imateriais realizado por estudantes do Cursinho Popular Carolina de Jesus evidenciou como a população negra e indígena tem um papel fundamental na construção do nosso território, reproduzindo suas culturas, mas também reinventando-as.

20. Geralmente, a territorialidade é entendida como relações de poder político presentes no território. Contudo, para nós, territorialidade extrapola esse sentido. Afirmamos, como Marco Aurélio Saquet, que territorialidade significa identidade, pertencimento e cotidianidade em sua complexidade.

ECOS DO TERRITÓRIO: A POPULAÇÃO NEGRA COMO PROTAGONISTA DA TERRITORIALIZAÇÃO NAS PERIFERIAS DA ZONA SUL

Quando nos deparamos com o desafio de mapear a presença negra e indígena por meio dos patrimônios culturais imateriais e materiais, ficamos um pouco assustados com o tamanho da tarefa. Contudo, ao iniciar o planejamento e ao realizá-lo junto com estudantes e educadoras/es, essa tarefa se mostrou mais fácil do que imaginamos, embora não menos trabalhosa. Isso porque percebemos que esses patrimônios culturais, expressões das culturas negras e indígenas, faziam parte do nosso cotidiano e da nossa vida. Nós percebemos que nossa territorialização e nossa territorialidade eram atravessadas por esses patrimônios.

Essa constatação nos levou à reflexão sobre o motivo de não enxergarmos essas intersecções da presença negra e indígena no nosso dia a dia. Dialogando sobre o processo, entendemos que as populações negra e indígena passam por uma invisibilização e um apagamento que têm raiz na colonialidade do poder e do saber. As histórias geralmente valorizadas são as "grandes narrativas"[21], que escondem a contribuição da população negra e indígena e suas culturas na construção dos territórios.

Grandes narrativas que não contam histórias como as de Jéssica Campos e Tawane Teodoro — poetas do território —, nem a história da Jup do Bairro ou do Sérgio Vaz. Não levam em consideração a importância da Associação Povo em Ação, do Bloco Afro é Di Santo, dos terreiros e dos tambores para a construção da cultura e do território. Não levam

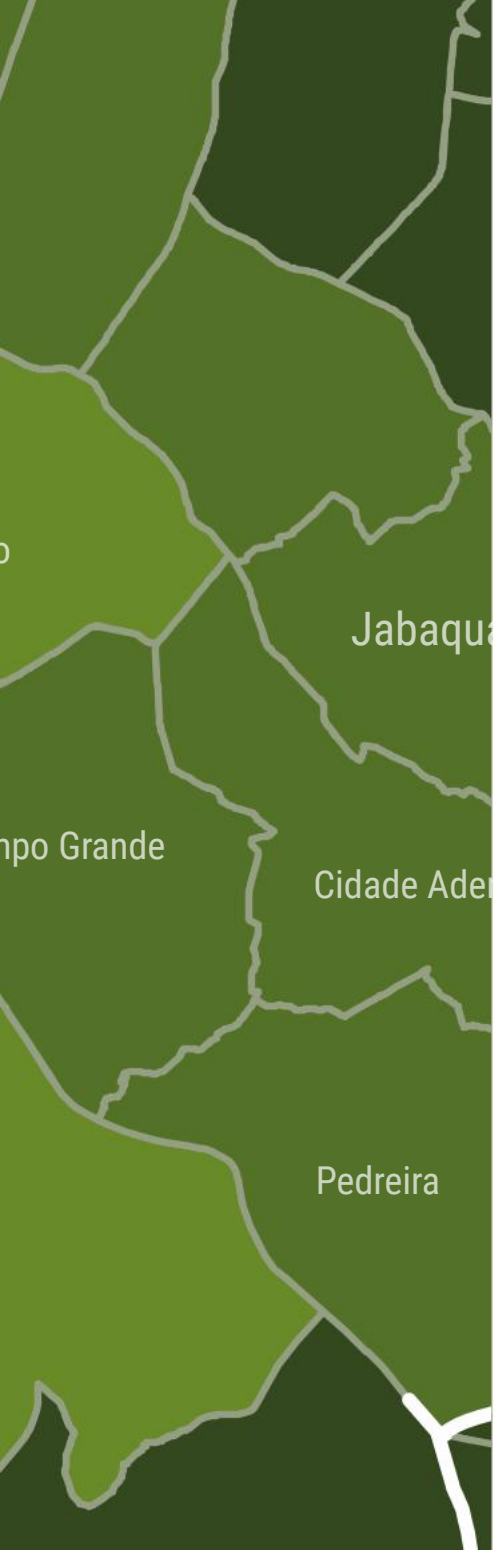
21. As memórias e as narrativas não são um resultado imediato de uma experiência, nem são construídas sem mediações. Elas são construídas em um processo que envolve diversos atores, os quais não têm total controle sobre essa construção. O processo de produção da memória e das narrativas implica disputas e contrassensos. Nesse sentido, ao considerar a formação socioespacial brasileira, não se pode ignorar a colonização do poder, que já exploramos no texto, e seus efeitos na produção de memórias e narrativas. Ao utilizar o termo "grandes narrativas", estamos querendo nomear as narrativas e memórias construídas pela colonialidade e que se hegemonizaram e, para isso, inviabilizam e desvalorizam processos e histórias dos grupos subalternizados. Não estamos querendo dizer que as "grandes narrativas" necessariamente são mentiras ou inverdades; o que queremos afirmar é que elas são apenas uma narrativa e uma memória e que existem outras que são invisibilizadas justamente por se oporem à narrativa hegemônica e por serem produzidas por atores não hegemônicos.

em conta o modo singular que as pessoas das periferias estabelecem suas relações e vivem suas vidas.

Nesse sentido, o inventário de patrimônios culturais nos permite acessar e produzir narrativas contra-hegemônicas, valorizando a cultura popular e denunciando o apagamento e as políticas de precariedade presentes em nosso território. Portanto, acreditamos que o inventariamento é uma ferramenta para colocar em prática uma educação antirracista e decolonial que nos posicione enquanto sujeitos da nossa história e do nosso território.




BUTANTÃ
TABOÃO DA SERRA
Vila Andrade
Campo Limpo
EMBU DAS ARTES
Santo Amaro
0
10
7
5
8
9
1
11
4
Capão Redondo
3
0.1
2
6
12
Capela do Socorro
Jardim São Luís
Jardim Ângela
Cidade Dutra
MAPA DA CIDADE DE SÃO PAULO



MAPEAMENTO PARTICIPATIVO

Este mapa é resultado do processo de construção do inventário participativo realizado pelo Cursinho Popular Carolina de Jesus nos territórios do Jardim Ângela, Jardim São Luís e Capão Redondo. Reúne referências relacionadas à presença, à luta, à resistência e à memória da população negra nesses territórios, pesquisadas e sistematizadas por jovens estudantes e educadoras/es do cursinho ao longo desse processo.

0. Cursinho Popular Carolina de Jesus - Unidade São Luís
0.1. Cursinho Popular Carolina de Jesus - Unidade Capão Redondo
1. Parque Santo Dias "Parque da Mata"
2. Berimbau
3. Panelafro
4. Sarau da Cooperifa
5. Batalha de Rima do Capão Redondo / Batalha da Lilás
6. Valo das Batalhas
7. Jup do Bairro (Jup Lourenço da Mata Pires)
8. Mano Brown (Pedro Paulo Soares Pereira)
9. Dona Edite (Edite Marques da Silva)
10. Escurinho do Acordeon
11. Cursinho Popular do Capão
12. Rede Ubuntu de Educação Popular

PONTO DE PARTIDA
LUGARES E EDIFICAÇÕES
FORMAS DE EXPRESSÃO E SABERES
CELEBRAÇÕES
AGENTES
MARCOS DE RESISTÊNCIA

LUGARES E EDIFICAÇÕES

1. PARQUE SANTO DIAS "PARQUE DA MATA"

(População Negra)

O Parque Santo Dias, também conhecido como "Mata", é um parque municipal localizado na zona Sul de São Paulo, no distrito do Capão Redondo. Referência de lazer e esporte, o local tem 134.000 m² de Mata Atlântica preservada. O Parque, cujo nome homenageia Santo Dias, operário negro do Capão Redondo morto em 1979, abriga eventos e recebe visitantes para diversos fins, gerando possibilidades de lazer e esporte para a juventude negra e periférica da região.

A área hoje ocupada pelo Parque Santo Dias localiza-se em uma região de antigos núcleos de habitação indígena, que abrangiam as áreas dos atuais municípios de São Paulo, Embu das Artes e Itapecerica da Serra.

Após séculos de ocupação e catequização pela Igreja Católica, a Igreja Adventista, no início do século XX, adquiriu extensas porções de terra na região, fundando, em 1915, o Seminário Adventista, hoje Universidade Adventista de São Paulo (UNASP). Em 1990, durante a gestão de Luiza Erundina na prefeitura de São Paulo, parte do terreno da UNASP foi desapropriada para a construção de conjuntos habitacionais, respondendo à pressão da comunidade local. Além da construção da COHAB Adventista, a então criada Associação de Moradores pressionou o poder público para a criação de um Parque Ecológico na região, o que foi concretizado em 1992, com a inauguração do Parque Santo Dias.

Hoje a história do Parque Santo Dias possui duas narrativas: por parte do poder público, há um esforço para a construção da ideia de que esse espaço é uma concessão municipal para a comunidade, uma espécie de favor concedido ao bairro, e que deveria, portanto, ser grato. Nesse sentido, há inclusive impulsos do poder municipal para que a comunidade aceite o projeto de privatização do parque. Por outro lado, a comunidade vê a "Mata" como uma conquista popular, fruto de uma luta histórica por espaços de lazer. Por essa

razão, exige do poder público a manutenção do parque, responsável ainda pela geração de empregos no território. Exemplo desse embate de visões foi a notícia, em setembro de 2025, de que o parque ficaria fechado por tempo indeterminado para a realização de obras. Após a notícia, houve intensa reação da comunidade e a prefeitura voltou atrás na decisão, mantendo o parque aberto.

Significados

Hoje, mais do que um centro de lazer e esporte, o parque é visto como uma conquista da comunidade, resultado de uma luta conjunta que conquistou moradia e espaço de lazer, direitos indissociáveis. Para moradoras e moradores do bairro, o parque representa um centro de convivência que possibilita, entre outras coisas, a prática de esportes, as caminhadas diárias e os passeios familiares de fins de semana.

Além do parque em si, seu próprio nome é de grande significação para a comunidade. Santo Dias, que dá nome ao local, foi um operário negro do Capão Redondo que lutou contra a ditadura civil-militar brasileira e foi morto pela polícia militar de São Paulo em 1979 enquanto participava de um piquete de greve no bairro da Capela do Socorro. Dias, portanto, foi vítima não apenas da ditadura brasileira, mas também de uma violência de Estado que historicamente atinge jovens e trabalhadores negros da região. Assim, exaltar o legado desse operário é uma forma de recordar não só a sua pessoa, mas também a sua luta pela democracia, por melhores condições de trabalho e por igualdade racial.

O Parque Santo Dias hoje recebe diversos eventos e atividades. Com frequência regular, ocorrem aulas de lutas, como capoeira e jiu-jitsu e, eventualmente, eventos de reggae. O parque abriga também projetos, como o Projeto Vida Corrida, ONG criada em 1999 para incentivar a prática de esportes como ferramenta de transformação social e que realiza suas atividades no espaço da Mata.

Embora o parque leve o nome de Santo Dias, é comum que frequentadoras/es não saibam quem foi esse personagem do Capão Redondo. Por essa razão, seria importante criar algum símbolo permanente no parque que o associe à figura de Dias, além de se realizarem atividades com estudantes e frequentadoras/es sobre o legado desse importante operário negro.

OBJETOS

2. BERIMBAU

(População Negra)

O berimbau é um instrumento musical de origem africana presente no Brasil e usado em rodas de capoeira. Está inserido em um território que reúne uma grande concentração de escolas e mestres de capoeira, especialmente no Capão Redondo e no Jardim São Luís.

Ele está presente em diversos países da África, sendo encontrado com maior frequência em Angola. É um instrumento composto essencialmente por um arco de madeira e um arame. Existem algumas variações encontradas no Brasil: berimbau de metal, o berimbau de boca, o berimbau de bacia e o berimbau de barriga, sendo o último o mais comum.



O berimbau de barriga, associado às rodas de capoeira, utiliza alguns componentes para produzir seu som: baqueta, dobrão e caxixi. [22]

22. Baqueta é uma vareta de bambu ou madeira, com cerca de 5 mm de diâmetro e 20 cm de comprimento, podendo variar. É ela quem bate no arame e é responsável pela ação que inicia a emissão sonora. O dobrão é um círculo de metal usado para controlar a emissão sonora quando encostado na corda. Antigamente, eram utilizadas moedas para fazer essa função. O caxixi é um cestinho artesanal que, quando preenchido com sementes, funciona como um chocalho, complementando a sonoridade do instrumento.

Significados

O berimbau é a principal representação da capoeira como manifestação cultural no imaginário da população. Ele dita o ritmo do jogo da capoeira junto aos tambores e ao canto. O objeto está essencialmente relacionado às rodas de capoeira realizadas no território, seja em atividades escolares, seja em apresentações de capoeiristas locais em diferentes eventos e celebrações. É utilizado, portanto, por integrantes desses grupos, que costumam praticar capoeira. Sua confecção muitas vezes é realizada pelos próprios capoeiristas, que dominam a técnica.

Nesse sentido, se faz necessária a busca pela preservação e fomento de atividades culturais que valorizem a cultura afro-brasileira, como a capoeira.

FORMAS DE EXPRESSÃO E SABERES

3. PANELAFRO

(População Negra)

O Panelafro é uma manifestação popular de cultura afro-brasileira que oferece atividades de música, dança e culinária. Toda última sexta-feira do mês, o movimento promove um encontro, de entrada gratuita, na Casa de Cultura do M'Boi Mirim, no bairro do Piraporinha, com atividades como ciranda, roda de samba, sarau, maracatu, capoeira, forró e rap. No campo culinário, sempre é servido, gratuitamente, um prato típico da cozinha afro-brasileira, disponível a todas/os as/os frequentadoras/es.

O Panelafro foi criado pelo coletivo Espírito de Zumbi, que promove manifestações culturais afro-brasileiras por meio da música, do teatro, da dança e da poesia. O coletivo realiza o Panelafro desde a década de 1990, com local fixo na Casa de Cultura do M'Boi Mirim, embora frequentemente desenvolva atividades em outros espaços culturais da região.

Significados

O Panelafro representa um espaço de celebração, resistência e valorização da cultura afro-brasileira na região do Capão Redondo e do M'Boi Mirim. Ao reunir expressões artísticas como o samba, o maracatu, o rap, a capoeira e o forró, o evento reafirma a força das tradições negras e cria um ambiente de convivência marcado pela alegria, pela memória e pela identidade coletiva. Mais do que um encontro cultural, o Panelafro atua como um ponto de convergência de saberes, linguagens e histórias, fortalecendo os laços entre as/os moradoras/es e as/os artistas locais.

Para a comunidade, o evento cumpre uma função social e simbólica fundamental: democratiza o acesso à arte e à cultura ao oferecer gratuitamente atividades culturais e alimentação típica afro-brasileira e promove a inclusão e o pertencimento em um território



Foto: Panelafro

periférico. O Panelafro transforma a Casa de Cultura do M'Boi Mirim em um espaço de encontro, aprendizado e resistência, onde a herança africana é vivida cotidianamente como fonte de orgulho e de construção coletiva de identidade.

Muitas das expressões apresentadas são desenvolvidas em cursos e oficinas abertos e gratuitos realizados pelo coletivo, como os de percussão, capoeira e danças afro, além dos próprios ensaios do Panelafro, que são abertos. Há, ainda, um forte incentivo para que o público participe ativamente, dançando, cantando, declamando e compartilhando experiências.

A continuidade do Panelafro como referência cultural depende do reconhecimento de sua importância para a preservação e valorização da cultura afro-brasileira na região do Capão Redondo e do M'Boi Mirim. A permanência do coletivo Espírito de Zumbi, o engajamento comunitário e o apoio institucional, considerando que o evento ocorre em uma Casa de Cultura municipal, são fatores essenciais para garantir a realização dos encontros.

Por outro lado, o enfraquecimento das políticas culturais voltadas às periferias e a desvalorização institucional das expressões afro-brasileiras representam riscos para a continuidade do Panelafro. Para evitar seu enfraquecimento, é necessário buscar recursos públicos da área de formação cultural, além de manter as iniciativas de difusão das práticas formativas por meio das oficinas para que novas/os participantes se engajem. Dessa forma, o Panelafro poderá seguir como um espaço de resistência, memória e celebração da identidade afro-brasileira, mantendo viva a tradição que o originou.

4. SARAU DA COOPERIFA

(População Negra e Indígena)

O Sarau da Cooperifa (Cooperativa Cultural da Periferia) é um movimento semanal de poesia, música e cultura que acontece no bar do Zé Batidão (Rua Bartolomeu dos Santos, 797, Chácara Santana). Com foco em dar voz à produção cultural periférica, ampliar o contato com a literatura e fortalecer a autoestima de pessoas periféricas, o sarau busca descer a poesia do pedestal. A Cooperifa integra e articula um circuito de saraus periféricos que florescem nas periferias de São Paulo, sendo o sarau mais importante do

território, responsável pela criação e articulação de coletivos, pelo lançamento de livros e pela construção de parcerias.

Criado em 2001, é referência nacional em arte e resistência periférica, conhecido por seu lema: "Povo lindo, povo inteligente", que resume o espírito coletivo e de valorização da periferia que o movimento representa. O sarau foi idealizado pelo poeta Sérgio Vaz e outros artistas da periferia, com o objetivo de criar um espaço democrático de expressão artística para quem vive nas margens da cidade. A primeira edição ocorreu em Taboão da Serra, mas logo o sarau se fixou no Bar do Zé Batidão, no Jardim Guarujá, zona sul de São Paulo, onde aconteceu até meados de 2024, quando entrou em pausa.

Nos primeiros anos, o sarau era pequeno, reunindo poetas locais e moradoras/es do bairro. Com o tempo, tornou-se um símbolo da resistência cultural periférica, atraindo artistas, educadoras/es e jovens de diversas regiões.

Em 2007, o documentário *Sarau da Cooperifa – Povo lindo, povo inteligente*[23] deu visibilidade nacional ao movimento, mostrando sua importância para a literatura marginal e para a valorização da identidade.

Em agosto de 2019 houve uma edição especial na Biblioteca Mário de Andrade, que destacou o compromisso do sarau em criar uma vivência capaz de dialogar diretamente com políticas sociais, abordando a exclusão social e outros temas.

Em novembro de 2023, na Casa de Cultura do M'boi Mirim, aconteceu a 14ª Mostra Cultural da Cooperifa, com a presença da escritora Conceição Evaristo e do rapper Emicida, além do show de encerramento de Edi Rock e convidadas/os. Em março de 2024, Rose Dorea, a musa da Cooperifa, faleceu, marcando um momento de luto para o coletivo. Ainda em março do mesmo ano, a Cooperifa decidiu dar uma pausa e segue assim até o momento de redação deste material.

23. O documentário pode ser assistido em: https://www.youtube.com/watch?v=wwIy5pyoq0M



Foto: Viviane Lima

Significados

O movimento tem inúmeros papéis, desde celebrar a arte, a poesia e o conhecimento até promover a reconexão com a autoestima e com a confiança de estar num lugar seguro para recitar. É também um palco democrático onde podemos efetuar lançamentos de livros e agendas do território, fortalecer articulações de uma rede afetiva e solidária e transformar o bar em um ambiente seguro para a quebrada, onde cada pessoa pode compartilhar o que quiser. É também espaço de formação de novas/es/os leitoras/es e celebração de vida e consciência.

Tradicionalmente, o evento começa com uma abertura feita por Sérgio Vaz, que dá as boas-vindas ao público e repete o lema coletivo: *"Povo lindo, povo inteligente!"*, que já virou tradição. Depois disso, o microfone fica aberto para quem quiser falar: tem poesia, música, desabafo, reflexão, cada um traz um pouco de si e da sua vivência. No fim, geralmente rola uma música ou alguma homenagem, e o clima é sempre de respeito e união, com risadas e momentos sérios. Um dos auges é quando Dona Edite toma a frente no mic e recita uma poesia.

Quem está por trás da organização é o próprio Sérgio Vaz, junto com a Rose Dorea, que infelizmente nos deixou, e uma galera que ajuda na correria do som, das inscrições e do espaço. Porém, o sarau é da comunidade, então todo mundo participa de alguma forma. Poetas, estudantes, artistas e moradoras/es se misturam e fazem o evento acontecer.

O Bar do Zé Batidão virou um ponto cultural conhecido, um símbolo da resistência e da arte da periferia. Além disso, o sarau faz parte de um movimento maior, junto com projetos como o Cinema na Laje, Chuva de Livros e Poesia no Ar, que continuam levando arte e consciência para as ruas da zona sul.

Para continuar firme, é essencial que o sarau siga com o mesmo espírito de resistência e união que o fez crescer: o microfone aberto, o respeito, a valorização das histórias locais e o acesso livre para todo mundo que quiser participar.

Uma medida poderosa seria buscar o reconhecimento do Sarau da Cooperifa como patrimônio cultural imaterial por meio de uma parceria com o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e também com órgãos municipais e estaduais de cultura, como a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo e o Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural (CONPRESP).

CELEBRAÇÕES

5. BATALHA DE RIMA DO CAPÃO REDONDO / BATALHA DA LILÁS

(População Negra)

A Batalha da Lilás é uma batalha de rima que acontece na entrada do metrô Capão Redondo aos domingos, a partir das 18 horas. Mesmo recebendo comentários positivos e adesão da comunidade do entorno, a batalha sofre certa repressão, seja do equipamento de segurança privada do metrô, seja da Polícia Militar.

A Batalha teve início em 2023. Os fundadores destacam que a motivação inicial era a de tornar o lado sul do mapa mais visível e ganhar destaque na cena do rap de uma maneira inovadora.

As pessoas que organizam a batalha destacam como um momento importante a atividade de fim de ano no Capão Redondo, que reuniu 400 pessoas, mesmo após um processo de reestruturação da batalha e de suas/seus organizadoras/es.

Significados

A relação com as batalhas e sua função é e sempre foi colaborativa. A batalha de rima contribui para a valorização da autoestima e da voz da juventude negra e periférica com um ambiente interativo, em que o apoio da plateia decide a pessoa vencedora, sendo algo extremamente relevante para o aumento da transparência e da participação popular nos processos decisórios.

Participar de uma batalha de rima é estar em um lugar onde todas/os desempenham funções sociais, seja como batalhadoras/es que estão se expondo e fazendo rimas de improviso sobre suas vivências ou sobre a outra pessoa, trazendo ali não um olhar para desprezá-la, mas identificando na outra o que pode ser usado para engajar a plateia por

meio de algo engraçado, ou que gere identificação; seja como plateia, que deve estar atenta às rimas e ter suas decisões apoiadas por uma maioria que tem valores e referências parecidas e que busca na pessoa vencedora uma identificação que pode ser alterada de uma semana para outra. Como plateia ou como batalhadora/or, temos funções de lazer, entretenimento, criação de referências e dimensões de sonhos coletivos, ao rir, ao usar uma referência ou mesmo um embate de filosofia ou da desmobilização e da desconstrução da outra parte que também busca a aprovação popular. É, assim, o contraponto à individualização neoliberal e burguesa.

As pessoas participantes são selecionadas por meio de sorteio para ver quem irá rimar na batalha. É possível se inscrever chegando no horário determinado ou participando de seletivas em outras batalhas. Além disso, as vagas confirmadas são determinadas pelo desempenho e ranking dos MCs, com 25% das vagas obrigatoriamente destinadas às mulheres.

Tanto as/os participantes quanto a plateia são majoritariamente pessoas negras que habitam os arredores e usam o metrô no seu deslocamento para o trabalho ou para outras atividades.



Foto: Dre Borges

6. VALO DAS BATALHAS

(População Negra)

O Valo das Batalhas é um movimento cultural e evento dedicado à cultura hip-hop surgido em 2018 no Valo Velho, com foco em batalhas de rima (freestyle rap) e com a realização de pocket shows. É um espaço para artistas independentes da periferia que se expressam através de rimas autênticas e competitivas, promovendo a essência da cultura de rua. Hoje é um dos eventos mais respeitados na região, atraindo um público fiel e consolidando-se como plataforma social para empoderamento comunitário, com edições regulares que misturam arte, competição e reflexão sobre a vida na periferia.

Localizado na Praça Feitiço da Vila, na rua de mesmo nome, próximo ao CEU (Centro Educacional Unificado) Feitiço da Vila, o evento consolidou sua identidade como "periférico e resiliente" durante a pandemia de 2020, especialmente com a realização da primeira live on-line, em meados daquele ano, que atraiu a atenção de rappers nacionais. Na edição especial de aniversário, em 2023, houve a celebração dos 5 anos com uma mega batalha no Capão Redondo, reunindo ex-vencedores e convidados famosos. A batalha viralizou no YouTube e reforçou o impacto cultural do evento. Recentemente, tem participado de festivais e do circuito das batalhas.

Significados

Para as comunidades do entorno do Valo, em áreas marcadas por desigualdades sociais e falta de oportunidades, as batalhas de rima servem como uma forma de "grito da periferia", permitindo que moradoras/es expressem frustrações, histórias pessoais e críticas sociais por meio do legado do hip-hop. Para a comunidade, significa uma conexão geracional: as/os jovens veem o Valo como herança cultural, enquanto as/os veteranas/os o enxergam como evolução, fortalecendo laços comunitários e combatendo o estereótipo negativo da periferia como "sem futuro".

Sempre às quartas-feiras, o evento tem a função de devolver o ânimo para o combate do resto da semana e, assim, recarregar as energias.



Foto: Ramon Aquim

AGENTES

7. JUP DO BAIRRO (JUP LOURENÇO DA MATA PIRES)

(População Negra)

Jup do Bairro é uma cantora, compositora, apresentadora e atriz negra do Valo Velho, bairro do distrito de Capão Redondo. Nascida em 1993, iniciou sua carreira em 2007 e já trabalhou como segunda voz de Linn da Quebrada. Participou dos documentários *Bixa Travesty* e *Abrindo o Armário*, ambos sobre a temática LGBTQIAPN+, e apresentou também, junto com Linn da Quebrada, o programa TransMissão, no Canal Brasil, cuja terceira temporada está em processo de produção. Lançou *Corpo sem juízo*, seu primeiro álbum solo, em 2020, pelo qual foi eleita revelação do ano nos prêmios Multishow e APCA (Associação Paulista de Críticos de Arte). Em 2024, lançou seu segundo álbum, *in.corpo.ração*.

Significados

Como seu nome diz, Jup é do bairro. Apesar das dificuldades de viver em regiões periféricas, sobretudo sendo uma mulher negra LGBTQIAPN+, Jup do Bairro permanece morando no Valo Velho. A artista, que se intitula bairrista, enxerga sua vida e atuação no bairro como uma

missão, uma forma de construir e trazer cultura para o Capão Redondo. Por meio de suas obras, ela aborda assuntos relacionados ao corpo, pensando nele como um constructo afetado por marcadores sociais. Sua presença e atuação transformam o território na medida em que mostra que os corpos negros e LGBTQIAPN+ estão presentes e são agentes na periferia, produzindo e difundindo cultura. Assim, Jup se coloca no Capão Redondo como referência da cultura e da luta interseccional negra e LGBTQIAPN+.

Jup do Bairro é uma artista em plena atividade. Muitas de suas obras ainda estão por fazer. A forma de valorizar sua figura e atuação é por meio do reconhecimento e do compartilhamento de seu trabalho.

8. MANO BROWN (PEDRO PAULO SOARES PEREIRA)

(População Negra)

Pedro Paulo Soares Pereira, mais conhecido como Mano Brown, é um rapper da zona sul de São Paulo. Nascido em 1970, o filho da dona Ana, mãe solo, cresceu na região do Capão Redondo e se destacou nos anos 1990 como integrante do grupo Racionais MC's. O primeiro álbum, *Holocausto Urbano*, de 1990, fez do grupo referência no rap paulista, mas foi Sobrevivendo no Inferno, de 1997, que colocou os Racionais e o próprio Mano Brown como marcos periféricos nacionais. Nas letras do grupo, compostas ou interpretadas por Mano Brown, é apresentado o dia a dia da periferia paulistana, a partir da vivência de Brown e de seus parceiros no Capão Redondo. A violência policial, a insegurança urbana e, principalmente, o racismo institucionalizado são temas comuns das canções do grupo. A partir dos Racionais, Mano Brown se tornou um símbolo das lutas periféricas e antirracistas: da sua marcante entrevista para o programa Roda Viva, em 2007, ao podcast Mano a Mano, que apresenta atualmente, suas opiniões são ouvidas e respeitadas nacionalmente.

Esse impacto nacional, contudo, nasceu no Capão Redondo e continua vivo na região. Dificilmente se caminha pelo bairro sem passar por alguém ouvindo em suas casas ou carros as letras dos Racionais, assim como dificilmente se sai do bairro sem ver alguém vestindo roupas da Fundão, marca associada ao rapper, que surgiu na rua onde ele compôs muitas de suas letras.

Significados

A figura de Mano Brown, assim como as letras dos Racionais MC's, foi fundamental para trazer para a periferia de São Paulo um olhar até então inexistente. As violências, físicas e simbólicas, até então negligenciadas, passaram a ser comentadas pelas/os moradoras/es e pelo poder público. É a partir dessa exposição que o Capão Redondo, visto nos anos 1990 como um dos bairros mais perigosos do mundo, tornou-se pauta de discussão. Suas/seus habitantes passaram a se reconhecer e a se orgulhar, por meio da produção de Mano Brown, como sujeitas/os periféricas/os e negras/os, reivindicando a história e a cultura afro no território onde vivem. É a partir dos Racionais MC's e de Mano Brown que diversos movimentos culturais surgiram e passam a atuar, hoje em dia, levando adiante pautas e bandeiras negras de uma forma que seria impensável antes do surgimento do grupo. É a partir desse grupo e desse artista, por fim, que é possível se orgulhar de ser negra/o e periférica/o no Capão Redondo.

Mano Brown já é um artista conhecido e reconhecido, inclusive fora das fronteiras nacionais. Seu legado musical, político e cultural é imensurável. Apesar disso, conforme o tempo passa, a realidade do Capão Redondo vai se distanciando daquela vivida e exposta nos primeiros álbuns do grupo. Por essa razão, é interessante não apenas ouvir e discutir as músicas, como sempre ocorreu, mas também contextualizá-las com o período em que foram produzidas, historicizando as letras e tratando-as como documentos históricos, um registro histórico de um marco fundamental do início da valorização da cultura negra na periferia de São Paulo.

9. DONA EDITE (EDITE MARQUES DA SILVA)

(População Negra)

Edite Marques da Silva, mais conhecida como Dona Edite, foi uma ativista cultural, declamadora de poesias e um símbolo de resistência na zona sul de São Paulo. Nascida em Pirapora (MG) em 1942, ela residiu no Parque Figueira Grande (M'Boi Mirim) desde o final da década de 1970. Sua história é marcada pela migração para São Paulo em 1961, pouco antes do início do regime militar. Em São Paulo, trabalhou em fábricas, onde se envolveu em movimentos grevistas, sempre abrindo sua casa como um ponto de encontro para artistas e militantes.

Um momento crucial em sua vida foi a perda total da visão no início dos anos 2000 devido a complicações do diabetes. Após um período de isolamento, ela se reinventou por meio da arte. No final dos anos 1990, ingressou no grupo de cultura "Flor de Lis" e, em 2006, conheceu o Sarau da Cooperifa. Esse espaço se tornou seu principal local de atuação, onde ela se consagrou como a "diva da Cooperifa", conhecida por sua impressionante capacidade de memorizar e declamar longos poemas com uma interpretação única. Sua relação com o território foi profunda, tendo participado ativamente na fundação da Casa de Cultura do M'Boi Mirim e sendo uma presença constante e inspiradora nos eventos culturais da região. Dona Edite se ancestralizou em junho de 2026.

Significados

Dona Edite representa o poder que a arte tem como ferramenta de transformação. Para a comunidade, ela simboliza a força da mulher negra, migrante e com deficiência que não se deixou abater pelas adversidades e se tornou uma protagonista na cena cultural da periferia. Sua maior contribuição é manter viva a tradição da oralidade e da poesia, provando que a memória é um poderoso instrumento de conhecimento e expressão.



Foto: Daniel Fagundes

10. ESCURINHO DO ACORDEON (FRANCISCO MIGUEL DE PAULA)

(População Negra)

Francisco Miguel de Paula (1937-2020), conhecido como Escurinho do Acordeon, foi um aclamado sanfoneiro e um patrimônio da cultura popular na zona sul de São Paulo. Natural de Viçosa (MG), chegou ao bairro do Jardim São Luís em 1962, onde viveu e se tornou uma figura cultural icônica. Sua história começa na infância quando, aos oito anos, já animava festas com sua sanfona em Minas Gerais.

Ao migrar para São Paulo, trabalhou na indústria metalúrgica, mas nunca abandonou sua paixão pela música, tocando em festas e casamentos nos dias de folga. Ele formou o trio "Escurinho do Acordeon" com um amigo e, posteriormente, com seu filho, mantendo viva a tradição de mestres como Luiz Gonzaga, sua maior inspiração. Mesmo enfrentando o racismo como um homem negro vindo do interior, ele se firmou como um artista respeitado, sendo oficialmente homenageado em 2015 pela subprefeitura local como "o Luiz Gonzaga de Santo Amaro".

Significados

Escurinho do Acordeon significa a preservação da cultura popular e das raízes musicais brasileiras na periferia urbana. Ele representa a figura do migrante que, mesmo diante das dificuldades, manteve sua identidade cultural e a compartilhou com a comunidade, enriquecendo a vida de todas as pessoas que o acolheram. Sua contribuição foi levar alegria, cultura e arte para as festas da região, sendo um mestre que conectava as novas gerações com a tradição do forró, do xote e de outros ritmos brasileiros. Para a comunidade, além de ser um músico, era também guardião da memória e da tradição.

Como Escurinho já faleceu, os principais aspectos para que sua história continue sendo uma referência são a celebração de sua memória e a preservação de seu legado musical. Para valorizar sua importância no território, é fundamental que sua trajetória de vida e sua contribuição artística sejam formalmente reconhecidas como patrimônio imaterial da região do Jardim São Luís.

MARCOS DE RESISTÊNCIA

11. CURSINHO POPULAR DO CAPÃO

(População Negra)

O Cursinho Popular do Capão é um movimento social focado na educação popular, localizado no bairro do Capão Redondo, na zona sul da cidade de São Paulo.

Sua história começou em 2016 e nasceu do desejo de criar um espaço que preparasse as/os jovens da região para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e, mais amplamente, que estimulasse a construção autônoma do conhecimento. O cursinho se estabelece no contexto da periferia paulistana como um polo de resistência que une educação e cultura, buscando a transformação social a partir da formação de sujeitas/os críticas/os. Sua metodologia é pautada por uma aprendizagem interdisciplinar que parte dos interesses e demandas das/os próprias/os estudantes.

Significados

Para a comunidade, o Cursinho Popular do Capão significa um espaço de oportunidade. Ele funciona como uma alternativa ao sistema educacional tradicional, oferecendo não apenas preparação para o vestibular, mas também um ambiente para o desenvolvimento do pensamento crítico por meio de debates políticos e da expressão artística por meio de oficinas culturais. O cursinho expressa, assim, a resistência da periferia que se organiza para criar suas próprias ferramentas de transformação social e intelectual.

As pessoas diretamente envolvidas com esse marco são as/es/os educadoras/es que atuam de forma voluntária e militante, e estudantes. A relação entre elas é de troca, buscando uma construção coletiva do saber.

Os principais efeitos do cursinho são a formação de jovens mais preparadas/os para os desafios do ENEM, o estímulo ao pensamento crítico e à consciência social e o fomento da produção cultural e artística local. O movimento contribui para a formação de indivíduos capazes de se verem como agentes de mudança em sua própria realidade e na sociedade em geral.

12. REDE UBUNTU DE EDUCAÇÃO POPULAR

(População Negra)

A Rede Ubuntu é uma rede de cursinhos populares pré-vestibulares localizada nos bairros do Jardim Ângela e Capão Redondo, na zona sul de São Paulo. Sua origem remonta a 2014, com a fundação de duas unidades iniciais, os cursinhos Santo Dias e Alan Soares. Eles surgiram da iniciativa de professoras/es e ativistas locais que identificaram a carência de educação de qualidade e o baixo índice de acesso de jovens da região ao ensino superior.

Significados

Para a comunidade, a Rede Ubuntu significa, acima de tudo, um caminho concreto para o acesso à universidade. Ela funciona como uma ponte que conecta o ensino superior à realidade de jovens de escolas públicas e de pessoas que desejam voltar a estudar. Além da função preparatória, a rede tem o significado de um espaço de acolhimento e formação cidadã, oferecendo suporte psicológico, atividades culturais e debates que ampliam a visão de mundo de suas/seus estudantes.

As pessoas envolvidas são diversas: professoras/es, ativistas e estudantes, que são majoritariamente jovens de escolas públicas da região.

O principal efeito é o impacto direto na vida de centenas de jovens: em 10 anos, a rede aprovou mais de 200 estudantes em diversas universidades do país. Outro efeito notável é a criação de um ciclo virtuoso de retribuição, em que o sucesso individual de uma/um aluna/o se reverte em benefício da comunidade, fortalecendo a própria rede.



Foto: Ovidio Vieira/Folhapress

CURSINHO POPULAR TRANSFORMAÇÃO





O CURSINHO POPULAR TRANSFORMAÇÃO E A POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ E RACIALIZADA NO CENTRO

Cursinho Popular Transformação

O Cursinho Popular Transformação nasceu em 2015 de um movimento de estudantes da PUC-SP, que se indignaram com a ausência de pessoas trans no ensino superior. Compreendendo que essa exclusão não era um mero acaso, o grupo decidiu agir. A resposta foi criar um cursinho pré-vestibular exclusivo para a população trans, oferecendo um ambiente seguro e de acolhimento que fosse além da preparação acadêmica. A jornada começou com a parceria inicial com o Centro de Referência da Diversidade – serviço de atendimento à população LGBTQIAPN+ –, localizado na região da República, centro da cidade de São Paulo, que cedeu um espaço para a realização de aulas noturnas, de segunda a sexta-feira. Diferentemente de muitos cursinhos populares que acontecem apenas aos sábados, o Transformação oferta aulas durante a semana no período noturno considerando as diferentes necessidades apresentadas, como a de convivência entre pessoas trans, além de demandas empregatícias das/es/os estudantes.

Em 2017, um novo capítulo se iniciou com o apoio da Ação Educativa, que ofereceu um espaço onde o Cursinho Popular Transformação pôde se consolidar e oferecer um ambiente mais adequado para as aulas e estudos.

Esse projeto é um exemplo de educação popular em ação. No entanto, os desafios persistem, especialmente os que se conectam diretamente com as condições materiais das pessoas que estudam conosco, cujo perfil é muito diverso. Questões como a falta de alimentação e transporte se tornam barreiras para a permanência nas aulas. Mesmo com a implementação de um auxílio financeiro pontual no segundo semestre de 2025, a

partir do edital federal da Rede Nacional de Cursinhos Populares (CPOP), que não deixa de ser uma conquista importante e que permitiu a compra de materiais básicos, a necessidade de apoio contínuo, especialmente para alimentação e transporte, ainda é urgente e prioritária.

Ecoando as reflexões de educadores como Paulo Freire, a psicóloga Maria Helena Souza Patto e o histórico Partido dos Panteras Negras, que defendiam uma educação atrelada à realidade e à emancipação, não é possível estudar sem se alimentar, o que ainda é o caso de algumas pessoas que estudam conosco.

Considerando também a cidade de São Paulo em suas dimensões, fica inviável financeiramente que pessoas oriundas das periferias do município acessem diariamente a região do Cursinho, demonstrando que, apesar da existência de políticas de cotas em algumas universidades públicas, o acesso ao ensino superior pela população trans ainda requer um esforço coletivo e contínuo. Seguimos sem apoio ou patrocínio, angariando recursos com atividades elaboradas pelas pessoas que trabalham no administrativo e dão aulas, palestras, workshops, formação em letramento racial, social, gênero e acadêmico, além de outras atividades que disponibilizamos quando há tempo e competência de pessoas voluntárias.

É inadmissível que um projeto tão importante e transformador não tenha recursos suficientes para se manter na ativa e dependa de trabalho não remunerado de quem já colabora ativamente na produção de aulas e conteúdo em sala de aula e fora dela. Aqui tecemos um convite para que o campo da educação se una a essa causa, reconhecendo que a educação é, acima de tudo, uma ferramenta de justiça social.

A PRESENÇA INDÍGENA E NEGRA E A RESSIGNIFICAÇÃO DA HISTÓRIA

Ao discutir a presença indígena, é fundamental reconhecer que todo o território brasileiro é, por sua natureza, ancestralmente indígena. Desde os primórdios da ocupação estamos em solo originário. A área onde hoje se encontra a cidade de São Paulo, majoritariamente habitada por povos Tupiniquim e Guarani, era conhecida como Piratininga. O termo, derivado da junção de “pirá” (peixe) e “tininga” (seco ou estirado), significa “peixe seco”, em

referência ao rio Tietê, que era abundante em fauna e onde a prática de secagem de peixes era comum entre os povos Tupi-Guarani.



Durante muito tempo essas informações foram sistematicamente omitidas ou estigmatizadas como entraves ao "progresso". Nossas narrativas históricas foram, em grande parte, embranquecidas, transformando figuras que praticaram atrocidades em "desbravadores" e "heróis da civilização", sem espaço para o questionamento crítico. Atualmente, diversas organizações se dedicam à tarefa de nomear os verdadeiros heróis da resistência e a expor os crimes contra a humanidade cometidos em nome do "progresso". A discussão sobre os monumentos da cidade e o resgate da oralidade são estratégias centrais nesse processo de reescrita da história.

O Cursinho Popular Transformação, localizado no centro da cidade, se estabelece como um espaço que, além de acolher a população LGBTQIAPN+, se tornou um local de circulação e resistência para pessoas trans. Sua história se entrelaça com as dos movimentos negro e indígena, pois compartilha temas como vulnerabilidade, luta e apagamento. Todos esses grupos foram historicamente oprimidos e, hoje, travam disputas cruciais no âmbito político e social.

A negação histórica de suas identidades fortalece a necessidade de uma luta conjunta. A violência e o genocídio contra as populações trans, negras e indígenas se manifestam em índices alarmantes de mortes, suicídios e prisões arbitrárias. Embora cada grupo possua necessidades e pautas específicas que devem ser respeitadas, a fragmentação das lutas tende a retardar nosso avanço. Nesse sentido, é crucial evitar a repetição de erros do passado, como a invisibilização da luta negra por parte do movimento feminista em décadas anteriores.

A união de forças em manifestações públicas e a construção de estratégias compartilhadas para a ocupação de espaços são fundamentais. A colaboração e a articulação entre esses grupos constituem um caminho para o alcance do reconhecimento e da justiça social.

HISTÓRIAS INVISIBILIZADAS

Por muito tempo, as narrativas negras/indígenas/trans do centro de São Paulo foram apagadas ou distorcidas. Essa área da cidade vem sendo alvo da especulação imobiliária e de novos projetos comerciais que estão inviabilizando a presença de pessoas que não atendam a alguns requisitos, tendo em vista o forte apelo midiático das casas de entretenimento, restaurantes, bares e afins, cujos preços afastam a presença de corpos fora do padrão ou sem o devido poder aquisitivo.

Mesmo sendo palco central na história da cidade, o centro da capital do estado seguiu essa cartilha e escondeu personagens importantes, que permaneceram fora do olhar de muitos que escreveram sobre a cidade. Quando buscamos pela história de pessoas fora do padrão cis/branco/classe alta, não encontramos narrativas de sucesso e luta nos registros oficiais, ou mesmo na memória de quem ali circula ou viveu.

Não basta, no entanto, dizer que a invisibilidade é reflexo de uma história sem reparação, pois é preciso reconhecer que ainda hoje a exclusão se dá de forma violenta. O silenciamento de corpos que fogem do padrão é uma tática de manutenção de poder de uma elite branca e colonizadora. Escutar quem perdeu a chance de falar é, assim, reconhecer o importante trabalho que foi feito por pessoas marginalizadas.

Neon Cunha conta, em entrevista para o Cursinho Popular Transformação, que Brenda Lee, que ficou conhecida como a protetora das travestis e das pessoas que vivem com HIV, só passou a ser reconhecida depois de aparecer em uma matéria de televisão, mesmo já tendo um trabalho extenso com esse público. Hoje ela está bem mais famosa do que na época em que viveu, já que o estigma do momento atrapalhou o acesso e eventuais construções políticas coletivas no "Palácio das Princesas", como era conhecida sua casa de acolhida, o que prejudicou um melhor entendimento das contribuições de Lee e sua casa.

Neon Cunha

É uma mulher negra, ameríndia e transgênera, além de uma importante ativista antirracista, dos direitos humanos e dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil. Em 2014, reivindicou o direito jurídico de mudar seu registro geral (RG) de acordo com a sua identidade de gênero. Sua ação contribuiu para a ampliação das lutas coletivas em torno do reconhecimento e efetivação dos direitos de pessoas LGBTQIAPN+ e por mudanças no entendimento sobre as políticas de gênero nos discursos da área da saúde.

Recentemente, o jornalista Chico Felitti lançou um livro chamado Rainhas da Noite, no qual conta a história de três travestis que fizeram fama e semearam medo pelas ruas do centro da cidade. Jacqueline Welch, Andréa de Mayo e Cristiane Jordan foram figuras icônicas e controversas. Ao mesmo tempo em que eram vistas como cafetinas e então procuradas por muitas mulheres que desejavam poder vivenciar sua travestilidade, eram temidas por aquelas que ajudaram e também por quem sonhava em tomar o posto delas na região, pois naquele momento a ausência de outros poderes que não o policial que conhecemos hoje permitiu que elas construíssem seu próprio poder paralelo.

Em outra vertente, temos também a pastora Jaque Chanel, que fundou a primeira igreja evangélica trans do Brasil por volta de 2012, mas pouco se fala desse movimento que também acolhe pessoas em situação de rua e pessoas trans em situação de vulnerabilidade.

Erica Malunguinho, pernambucana, é o nome à frente do quilombo urbano chamado Aparelha Luzia, às margens do Minhocão, acolhendo pessoas negras, trans, indígenas e o povo de axé com muita cultura e conhecimento.

No período da ditadura, muitas pessoas não tiveram a chance de terem suas histórias contadas. Algumas foram ameaçadas, outras mortas. A chamada Operação Tarântula matou e torturou muitas pessoas sob o comando da Polícia Civil. A violência e o assédio policial contra a comunidade LGBTQIAPN+ na ditadura, direcionavam a repressão especialmente às pessoas negras, o que levou à organização de movimentos de resistência entre ambos os grupos.



ESTRATÉGIAS E DESCOBERTAS

Na pesquisa feita pelo Cursinho Popular Transformação sobre personagens importantes que passaram pelo território do centro da cidade, descobrimos que as estratégias utilizadas pelas pessoas vítimas do apagamento e esquecimento sempre passavam pelo hackeamento. As estratégias foram diversas, como o **branqueamento** das personagens, a **passabilidade** e a forja de identidade. Similarmente, observou-se que as identidades trans, quando não se enquadravam nos padrões de passabilidade, poderiam ser vistas com maior aversão. No entanto, em certas circunstâncias, essa aversão cedia lugar a uma "autorização" para que a pessoa trans circulasse em espaços que a branquitude e a cisgeneridade não desejavam sua presença. Um exemplo notável é o caso de Brenda Lee, cuja atuação na resposta ao HIV/AIDS transformou a percepção midiática do tema – de um escrutínio público para uma possibilidade de acolhimento.

Branqueamento

O branqueamento de uma pessoa está relacionado a processos de aproximação — simbólica, social ou estética — de características fenotípicas e culturais socialmente reconhecidas como brancas, consideradas formas de valorização e aceitação social. Esse movimento se articula à chamada ideologia do branqueamento, entendida como um processo histórico e ideológico que buscou apagar, hierarquizar e inferiorizar culturas africanas, afrodescendentes e indígenas, apoiando-se em teorias raciais formuladas no âmbito das ciências europeias dos séculos XVIII e XIX. Tais concepções sustentaram políticas de Estado no Brasil e em outras partes das Américas até meados do século XX, ao associarem noções de progresso, civilização e desenvolvimento aos modelos da sociedade europeia ocidental.

Embora não haja registros que aprofundem a autopercepção de figuras públicas da época, a inserção de uma travesti nos meios de comunicação de massa conferiu um novo sentido ao tratamento de uma doença que era e ainda é vista com estigma social. Ter uma travesti falando abertamente sobre um assunto que gerava medo e que se associava a grupos marginalizados permitiu que a sociedade cisgênero e branca passasse a ouvir sobre algo que, apesar de parecer distante, sempre esteve presente em seu cotidiano.

A passabilidade, entendida como a autorização que a normatividade concede a pessoas trans para circular em espaços sociais, também se manifestou como uma estratégia de

hackeamento. O caso de Roberta Close foi o primeiro a ganhar notoriedade nacional, levando a um questionamento generalizado sobre a sua identidade trans. Em uma época com acesso limitado à hormonização e cirurgias plásticas, sua aparência gerava indagações em um contexto em que a permeabilidade social da identidade trans era mínima.

Dessa forma, a passabilidade serviu como um recurso para que pessoas trans pudessem ingressar em círculos sociais onde suas questões raramente eram pautadas. Contudo, essa estratégia não foi isenta de riscos, especialmente para homens trans que, ao forjar uma identidade cisgênero para se protegerem de violências físicas e psicológicas, expunham-se ao risco de serem enquadrados no crime de falsa identidade (artigo 307 do Código Penal Brasileiro). Para muitos deles, essa forja de identidade era uma tábua de sobrevivência, o que ajuda a explicar as altas taxas de suicídio na população trans, decorrentes da dificuldade de viver sob uma identidade que não corresponde à sua autopercepção. Nesse ponto, a passabilidade e a forja de identidades se cruzam. É crucial, no entanto, distinguir a forja de identidade para sobrevivência da ação deliberada de uma pessoa cis em se passar por trans com a intenção de enganar, obter vantagens ou causar danos.

Compreendendo as dificuldades da época, a circulação de pessoas no território e a opressão social e policial, podemos entender a razão de tantas pessoas deixarem de viver como queriam, circular tranquilamente para se ater a outras preocupações essenciais para a dignidade humana, tais como habitação, alimentação, educação, saúde e cultura. Agora imagine só: uma pessoa que precisa se preocupar com a sua sobrevivência consegue estudar com tranquilidade? Consegue estar em um ambiente que a exclui sistemática e historicamente dos espaços de saúde, lazer, cultura e educação? Não à toa, os indicadores de aprendizagem são inferiores entre pessoas trans/negras/indígenas quando comparados aos de pessoas que não correspondem a essas características.

IMPACTOS NOS PROCESSOS DAS JUVENTUDES

Quantas pessoas trans você já viu em sala de aula? Quantas pessoas trans com diploma você conhece? Sabemos que a população em questão sofre com a evasão escolar desde muito cedo e que enfrenta muitas barreiras em relação ao acesso ao ensino superior, que não estão relacionadas apenas à ausência de ferramentas acadêmicas. A transfobia

invisibilizada enquanto bullying, a violência física e psicológica, a impossibilidade de usar um nome adequado à sua identidade de gênero e vários outros fatores colaboram para que a exclusão se dê antes mesmo da tentativa de acesso. Pensar em um futuro com mais pessoas trans no ensino superior não depende apenas do empoderamento das pessoas LGBTQIAPN+, mas também de sua inclusão e acolhimento no ambiente escolar por meio de avanços na conquista e efetivação de direitos, e no letramento para que a população brasileira possa enxergar as pessoas trans enquanto sujeitos desses mesmos direitos.

Depois de 10 anos, o que podemos observar é que os processos realizados até agora trazem uma outra perspectiva, que vai além daquelas necessárias para uma prova de vestibular: a convivência com outras pessoas trans e a confirmação de que podem ter acesso a um ambiente saudável e com a chance de aprender novas habilidades.

Nesse sentido, nosso processo de inventariamento enfrentou dificuldades, tendo em vista as poucas histórias "narráveis" sobre essa população, dentro e fora do território, o que reforça a necessidade de mais estímulo à educação e aporte institucional para que mais pessoas trans possam ter a chance de acessar a educação formal e contar suas histórias e as de seus pares, garantindo que elas sejam mais próximas da realidade e possam ser relatadas sem disfarces e estigmas.

Mesmo com a dificuldade que enfrentamos em encontrar personagens trans para o inventário proposto, conseguimos identificar personagens que pudessem orientar as pessoas que estudam conosco para uma educação com letramento. Ao conhecerem a história dos monumentos, as pessoas que fizeram parte dos movimentos sociais — em especial o Movimento Negro Unificado (MNU) –, foi possível passar para quem estuda no cursinho uma ideia mais palpável da história e todos os seus desdobramentos (período da escravização, ditadura, democratização e abertura para os mercados de cultura). Por meio da história da população trans/negra/indígena, pudemos repassar o conteúdo de algumas disciplinas pela trajetória de algumas das personalidades mapeadas. Ainda que as dificuldades em apontar personagens persistam, o olhar contra o racismo vem sendo disseminado em nossas discussões em sala de aula, nos eventos extracurriculares e na vida pessoal de cada pessoa que estuda conosco.

O que é passabilidade?

Nos estudos trans, passabilidade (do inglês passing) refere-se à capacidade de uma pessoa trans ser percebida socialmente como pertencente ao gênero com o qual se identifica, sem que sua transgeneridade seja percebida ou questionada. Exemplo: uma mulher trans pode ser considerada "passável" quando é lida socialmente como uma mulher cis – isto é, quando sua identidade de gênero não é posta em dúvida no convívio social.

Dimensão social do conceito de passabilidade (nos estudos de gênero)

A passabilidade funciona como um mecanismo de reconhecimento e de segurança social. Em sociedades cisnormativas (organizadas a partir da ideia de que todas as pessoas devem corresponder ao gênero que lhes foi atribuído ao nascer), ser "lido como cis" pode garantir acesso a direitos, segurança física e respeito, enquanto a não passabilidade frequentemente expõe pessoas trans à violência, discriminação e exclusão.

Dimensão política

Muitos estudiosos e ativistas, como Paul B. Preciado, Viviane Vergueiro, Jaqueline Gomes de Jesus e Amara Moira, destacam que a passabilidade também revela o poder da norma cis e heteronormativa sobre os corpos. Ser "passável" significa, muitas vezes, adequar-se a expectativas cisnormativas de aparência e comportamento – o que pode reproduzir hierarquias dentro da própria comunidade trans.

Críticas e problematizações

Os estudos de transgeneridades contemporâneos problematizam o conceito de passabilidade ao mostrar que passabilidade não é um "dado natural", mas resultado de condições materiais, simbólicas e institucionais – como acesso a hormônios, cirurgias, estética, roupas e segurança. A valorização excessiva da passabilidade pode reproduzir exclusões dentro da comunidade trans, privilegiando quem se aproxima mais dos ideais cisnormativos. Ela também reforça a cisnorma, pois mantém o ideal de que ser 'legítimo' é ser confundido com o cis.

Referências importantes:

Amara Moira (2017) — fala sobre a passabilidade no contexto da prostituição e do cotidiano, destacando como ela se relaciona com o olhar cis sobre os corpos trans.

Viviane Vergueiro (2015) — "Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes" — discute a passabilidade como marcador de privilégio e controle normativo.

Jaqueline Gomes de Jesus (2012) — "Transfobia e identidade de gênero" — aborda como a passabilidade se insere nas dinâmicas de discriminação e poder.

Julia Serano (2007) — "Whipping Girl" — introduz a ideia de "privilegiar a passabilidade" como efeito da cisnormatividade e do sexismo.


Metrô
Santa Cecília
SANTA CECÍLIA
9
8
Av. Vieira de Carvalho
R. do Arouche
6
7
1
11
R. General Jardim
Metrô
República
5
10
R. Maj. Sertório
REPÚBLICA
Av. Ipiranga
Metrô
Anhangabaú
4
Av. 23 de Maio
CONSOLAÇÃO
Av. São L
R. da Consolação
2
SÉ
Metrô
Higienópolis-Mackenzie
MAPA DA CIDADE DE SÃO PAULO
R. Augusta
3
Av. Nove de J
BELA VISTA



MAPEAMENTO PARTICIPATIVO

Este mapa é resultado do processo de construção do inventário participativo realizado pelo Cursinho Popular Transformação no território do centro da cidade de São Paulo. Reúne referências relacionadas à presença, à luta, à resistência e à memória da população negra e LGBTQIAPN+ nesse território, pesquisadas e sistematizadas por educadoras/es e estudantes do cursinho ao longo desse processo.

1. Prédio da Ação Educativa
   Sede do Cursinho Popular Transformação
2. Praça Franklin Delano Roosevelt / Praça Roosevelt
3. Ferro´s Bar
4. Viaduto do Chá/Vale do Anhangabaú
5. Teatro Municipal
6. APEOESP
7. Praça da República
8. Avenida Vieira de Carvalho
9. Busto de Luiz Gama / Largo do Arouche
10. Boca do Luxo
11. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP)

PONTO DE PARTIDA

LUGARES E EDIFICAÇÕES

ESTAÇÕES DE METRÔ

LUGARES E EDIFICAÇÕES

1. PRÉDIO DA AÇÃO EDUCATIVA / SEDE DO CURSINHO POPULAR TRANSFORMAÇÃO

(População Negra/População Indígena/População Trans)

A Ação Educativa é uma associação civil, sem fins lucrativos, que se dedica à defesa de direitos educativos e culturais. Sua sede está localizada na Rua General Jardim, 660, no bairro de Vila Buarque, na região central de São Paulo. A instituição é um ponto de referência para pesquisadoras/es, educadoras/es, ativistas e público em geral, funcionando como um centro de produção de conhecimento e de articulação política em diversas frentes. Desde 2016, abriga o Cursinho Popular Transformação, que até aquele ano funcionava de forma precária em um equipamento municipal de saúde, sem as condições necessárias para a proposta.

Fundada em 1994, a Ação Educativa surgiu em um contexto de redemocratização do país, com a missão de influenciar as políticas públicas nas áreas de educação, cultura e juventude. Ao longo de sua história, a instituição se consolidou como uma referência na produção de conhecimento sobre temas como direitos humanos, desigualdades sociais e racismo. Um de seus marcos é a atuação contínua no fortalecimento de redes e movimentos sociais, como os movimentos negro e de juventude, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Seu trabalho em assessoria e formação é um pilar importante, oferecendo capacitação para organizações e comunidades em todo o país. Está sempre alinhada com a proposta do Cursinho, inclusive colaborando com o incentivo à participação em eventos próprios.

Significados

Para a sociedade civil, a Ação Educativa tem o significado de um espaço de resistência e de construção de alternativas. Representa um lugar onde a teoria e a prática se encontram para gerar conhecimento relevante para as





lutas sociais. Sua sede é um ponto de encontro, de debates, de articulação e de defesa dos direitos de grupos historicamente marginalizados. A instituição fortalece a capacidade dos movimentos sociais de incidirem sobre as políticas públicas e de se organizarem de forma autônoma. Para o Cursinho Popular Transformação, o prédio significa abrigo e proteção.

A equipe da Ação Educativa é composta por pesquisadoras/es, educadoras/es, jornalistas e ativistas que trabalham em projetos de pesquisa e intervenção. As principais atividades realizadas são: cursos de formação, debates públicos, seminários, reuniões de movimentos sociais e eventos culturais. O local possui salas de aula, auditório, biblioteca e um espaço cultural. Ocupa um prédio que atende às suas funções institucionais e de acolhimento, sendo um ambiente voltado para a promoção de discussões e defesa de direitos. Uma dessas salas é cedida ao Cursinho, com todo o aparato tecnológico disponível, além da possibilidade de uso da copa e de todos os seus utensílios.

2. PRAÇA FRANKLIN DELANO ROOSEVELT / PRAÇA ROOSEVELT / ROSE

(População Negra/População LGBTQIAPN+)

A Praça Roosevelt é um importante espaço público e cultural localizado no centro da cidade de São Paulo. Ela fica na divisa entre o bairro da Consolação e o distrito da República, no encontro da Rua da Consolação com a Rua Augusta, e é conhecida por sua arquitetura moderna com rampas, bancos e áreas de convivência que servem como palco para diversas atividades culturais e de lazer, especialmente para skatistas e o público dos teatros ao redor.

A área da praça tem uma história de transformações ao longo do tempo. No século XIX era parte da chácara de Dona Veridiana Prado. O terreno foi transformado no Velódromo Paulista em 1895, que mais tarde se tornou o primeiro estádio de futebol do Brasil. Na década de 1970, a praça foi construída sobre o leito de um antigo córrego e sobre um complexo viário (ligação Leste-Oeste), com um projeto arquitetônico que a isolou do entorno.

Durante a ditadura militar, a praça se tornou um reduto de resistência e um ponto de encontro de artistas e intelectuais. Nos anos 80 e 90, o local entrou em um período de grande decadência, sendo associado ao tráfico de drogas e à violência. A partir dos anos

2000, grupos teatrais como Os Satyros e Parlapatões se instalaram no entorno, iniciando um processo de revitalização cultural. A grande reforma da praça foi concluída em 2012, transformando-a no espaço vibrante que é hoje.

Um marco histórico crucial para a população negra relacionado à praça foi a criação da Posse Sindicato Negro, que lá aconteceu em 1988. Esse movimento, fundamental para a história do hip-hop em São Paulo, surgiu como uma alternativa aos encontros no metrô São Bento, onde os jovens negros enfrentavam forte repressão policial. A Praça Roosevelt se tornou, então, um espaço de apropriação e de expressão para a cultura hip-hop, que muito rapidamente foi alvo de batidas policiais.

As posses, como eram chamadas, eram coletivos de pessoas que, de alguma forma, estavam ligados a um ou mais elementos do hip-hop, como foi o caso do Sindicato Negro, que chegou a reunir 200 pessoas como membros.

Já em 1996 aconteceu a Primeira Parada LGBTQIAPN+, que ocorre desde então, todos os anos, no mês de junho, em comemoração ao evento Stonewall.

Significados

A Praça Roosevelt tem múltiplos significados. É um símbolo de resistência cultural e política, um espaço de convivência democrática e um polo de produção artística, especialmente no teatro. Para o movimento hip-hop, o local representa um território de autonomia e de organização política. Para as juventudes, é um ponto de encontro para a prática do skate e a celebração da cultura urbana. A praça também simboliza a capacidade de um espaço público de se reinventar e resistir à degradação urbana por meio da ocupação popular e cultural.

As principais pessoas envolvidas com o lugar são as/os artistas, diretoras/es e músicas/os, as/os skatistas, estudantes, a comunidade do hip-hop e as/os frequentadoras/es dos diversos bares, lanchonetes e teatros que a cercam. As principais atividades realizadas são peças de teatro, apresentações de rua, batalhas de rima, manobras de skate e encontros sociais e culturais.

Após a reforma de 2012, o local está bem cuidado, com novos banheiros, iluminação e paisagismo. A manutenção é de responsabilidade da Prefeitura de São Paulo, com a colaboração das/os frequentadoras/es e dos grupos artísticos que se estabeleceram na região. O local possui vestígios de ocupações anteriores: a própria praça é uma "tampa" sobre um complexo viário e vestígios do antigo córrego do Saracura podem ser encontrados em sua subestrutura.

Para a valorização contínua do lugar, é importante que o poder público mantenha o diálogo com a comunidade, especialmente com os grupos artísticos e culturais que atuam na região. Sugere-se a criação de programas de apoio a projetos culturais de rua e a valorização das diversas comunidades que a frequentam, incluindo as/os skatistas e o movimento hip-hop, reconhecendo suas contribuições históricas e culturais. O lugar corre o risco de perder sua identidade popular e democrática se for submetido a processos de gentrificação que excluem a população de baixa renda e as manifestações culturais de rua.

3. FERRO´S BAR

(População LGBTQIAPN+)

O Ferro's Bar foi um bar histórico e um importante ponto de encontro e resistência cultural localizado no centro de São Paulo, na Rua Martinho Prado, 119. O bar, que já não existe fisicamente, foi um espaço de acolhimento e liberdade para a comunidade lésbica e LGBTQIAPN+. Ele é conhecido por sua importância histórica como palco de uma das primeiras manifestações organizadas em prol da visibilidade lésbica no Brasil.

Fundado em 1961, o Ferro's Bar foi, por muitos anos, um dos poucos locais de socialização onde a comunidade LGBTQIAPN+, em especial a comunidade lésbica, frequentava e se reconhecia, sendo um dos poucos espaços de sociabilidade disponíveis durante a ditadura militar.

O dia mais importante na história do bar foi o 19 de agosto de 1983, quando ocorreu o chamado "Levante do Ferro's Bar". Lideradas por ativistas como Rosely Roth, mulheres lésbicas do Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF) protestaram contra a proibição da distribuição do jornal feminista lésbico *ChanacomChana* pelo dono do bar. A manifestação

foi bem-sucedida e ficou conhecida como o “Stonewall brasileiro”, marcando a história do movimento. A data é hoje celebrada como o Dia Nacional do Orgulho Lésbico. O bar encerrou suas atividades no início dos anos 2000.

Significados

O Ferro’s Bar foi um símbolo de resistência e um porto seguro para a comunidade lésbica. Seu significado está na coragem de um grupo que, em um momento de repressão, lutou por sua visibilidade e seu direito de existir. Ele representa um espaço de memória política e afetiva, fundamental para a história da luta por direitos civis no Brasil.

As principais pessoas envolvidas com o lugar foram as ativistas do movimento feminista e lésbico, como Rosely Roth, e as/os frequentadoras/es assíduas/os, que buscavam um local seguro para a convivência. As atividades se centravam na socialização, mas também se transformaram em ação política. O bar foi um local de debates, de expressão cultural e de formação de laços comunitários. O local, embora simples, foi palco de uma das histórias mais importantes da luta LGBTQIAPN+ no país. O bar já não existe mais, mas sua história é preservada em memoriais e documentários.

Apesar de ter encerrado suas atividades, o Ferro’s Bar deve ser reconhecido como um lugar de memória, cuja preservação é fundamental para honrar as lutas da comunidade lésbica e LGBTQIAPN+. Recomenda-se a criação de um memorial ou uma placa no local onde o bar existiu para que a história do levante não seja esquecida. Além disso, é importante que esse episódio seja incluído em roteiros de turismo histórico e em materiais educativos para as próximas gerações, garantindo que o legado de resistência continue a inspirar.

4. VIADUTO DO CHÁ/VALE DO ANHANGABAÚ

(População Negra/População Indígena /População LGBTQIAPN+)

O Viaduto do Chá é um dos cartões-postais e uma das mais importantes construções de São Paulo. É o primeiro viaduto da cidade, ligando a parte antiga (Rua Direita) à parte nova (Praça do Patriarca) do centro. A estrutura de ferro e concreto atravessa o Vale do Anhangabaú e é um ponto central de circulação e de manifestações.



Foto: Ovidio Vieira/Folhapress

Ao longo do tempo, o Viaduto do Chá e a região circundante se tornaram um ponto crucial para a história da população negra e LGBTQIAPN+. Durante a segunda metade do século XX, o Vale do Anhangabaú era um dos principais locais de encontro de trabalhadores, que se reuniam em sindicatos e associações nas imediações para discutir condições de trabalho e lutar por direitos. Vale lembrar que esse espaço está em cima de um córrego que foi concretado em 1892 e antes disso foi palco de barbáries contra indígenas e a população negra escravizada.

Para a comunidade LGBTQIAPN+, o viaduto sempre foi um símbolo de liberdade e de manifestação. A proximidade com o Largo do Arouche e as ruas de entorno, que se tornaram redutos da comunidade, fez do viaduto um local central de encontro, protesto e expressão. Ele é um dos principais pontos de concentração de manifestações pela diversidade e pela luta por direitos.

O viaduto foi também um dos principais palcos do movimento Diretas Já, um dos maiores e mais importantes movimentos populares na história do Brasil, que lutava pelo direito de a população voltar a eleger diretamente o presidente da República.

A importância do viaduto e da área do Vale do Anhangabaú para o "Diretas Já" se manifesta em dois momentos cruciais:

1. **Símbolo de mobilização em massa:** o Viaduto do Chá e a Praça da Sé, adjacente a ele, serviram como ponto de concentração para comícios gigantescos. O movimento ganhou força e visibilidade com a realização desses atos públicos em grandes centros urbanos. O auge em São Paulo ocorreu em 16 de abril de 1984, quando uma passeata histórica saiu da Praça da Sé e se encontrou no Vale do Anhangabaú.

2. **O comício histórico:** o comício de 16 de abril de 1984 é o mais lembrado. Mais de um milhão de pessoas se reuniram no Vale do Anhangabaú, transformando o espaço em um mar de gente que pedia democracia e o fim da ditadura militar. O Viaduto do Chá, por sua posição central, se tornou um ponto privilegiado de observação e um elemento visual icônico desses eventos. Ele simboliza a ligação entre a cidade e o povo, que se uniu em uma única voz por uma causa comum.

Significados

O Viaduto do Chá é um símbolo da transformação de São Paulo. Além de sua função arquitetônica, ele tem um significado profundo como espaço de união e de resistência. É um local onde a cidade se manifesta, onde diferentes comunidades se encontram e onde a luta por direitos ganha visibilidade. Para a população negra e LGBTQIAPN+, o viaduto representa um espaço de pertencimento e de expressão de identidades que foram historicamente marginalizadas. Por conta da proximidade com a sede da Prefeitura, é constantemente palco de diversas atividades dos mais variados movimentos sociais (habitação, assistência social, população de rua, estudantes, professorado etc.).

O Viaduto do Chá é um espaço público de grande fluxo, atravessado diariamente por milhares de pessoas, entre moradoras/es, trabalhadoras/es e turistas. Ele está bem conservado, com manutenção regular por parte da Prefeitura, embora não esteja atendendo às necessidades do público que o utiliza, o que nos faz pensar que sua reforma veio para abrigar eventos particulares, com entrada paga, como vem acontecendo nos últimos anos. As principais atividades realizadas no local são a circulação de pedestres, manifestações políticas e a realização de eventos culturais e turísticos.

Os principais aspectos para que o Viaduto do Chá continue sendo uma referência cultural e um espaço democrático são a sua preservação como local de manifestação e a manutenção de sua acessibilidade para todas/os. É fundamental que as autoridades reconheçam e valorizem a importância do viaduto como palco de lutas sociais e celebrações, especialmente para a comunidade LGBTQIAPN+ e para os movimentos populares.

5. THEATRO MUNICIPAL

(População Negra)

O Theatro Municipal de São Paulo é um dos mais importantes teatros do Brasil, conhecido por sua arquitetura majestosa e por abrigar grandes espetáculos de ópera, balé e música clássica. Localizado no centro da cidade, na Praça Ramos de Azevedo, é um símbolo da elite cultural paulistana.

O Theatro Municipal foi inaugurado em 1911 e, por décadas, representou um espaço cultural acessível principalmente à elite. No entanto, sua história se entrelaça de forma decisiva com o movimento negro em um dos momentos mais importantes da luta antirracista no Brasil.

Em 7 de julho de 1978, em plena ditadura militar, as escadarias do Theatro Municipal foram palco de um ato público que reuniu cerca de mil pessoas. O protesto foi organizado como resposta a uma série de episódios de racismo, como a violência policial e a discriminação de atletas negros em um clube da cidade. Foi nesse local que ativistas e militantes leram a **"Carta Aberta à Nação Contra o Racismo"**, que denunciava o racismo estrutural no país e o mito da democracia racial. Esse ato histórico marcou o lançamento público do Movimento Negro Unificado (MNU), que se tornaria uma das mais importantes organizações de luta contra o racismo no Brasil, influenciando políticas e discussões sobre a questão racial nas décadas seguintes.

Carta Aberta à Nação Contra o Racismo

Trata-se de uma carta de convocação para a realização de um ato público de protesto previsto para o dia 7 de julho de 1978 nas escadarias do Theatro Municipal, localizado na região central da cidade de São Paulo, conhecida como Viaduto do Chá. A Carta se refere também à comunicação pública da criação do Movimento Negro Unificado (MNU) proferida no dia do ato. Redigida por representantes de movimentos negros do período, a chamada "Carta aberta à nação contra o racismo" denunciava publicamente as violências raciais do Estado brasileiro, tais como a violência policial, as condições sociais precárias de habitação e emprego vivenciadas pela população negra e as discriminações raciais em espaços públicos e privados apontando essas situações como evidências da farsa da suposta democracia racial no Brasil.



Foto: Jesus Carlos

Significados

O Theatro Municipal, originalmente um espaço de exclusividade da elite, se tornou um símbolo de resistência e luta para a população negra. O ato de 1978 transformou suas escadarias em um palco de denúncia e reivindicação, subvertendo a lógica de um espaço que historicamente os excluía. O local representa o nascimento de um movimento que trouxe a pauta racial para o centro do debate político brasileiro.

O Theatro Municipal é um edifício histórico, frequentemente utilizado para eventos culturais. As atividades realizadas no local incluem, além dos espetáculos artísticos, atos e manifestações de grande relevância política e social. A manutenção do edifício é de responsabilidade da Prefeitura de São Paulo. A área do entorno, com a Praça Ramos de Azevedo e o Vale do Anhangabaú, também é um espaço de grande importância histórica e política para a cidade.

A importância do Theatro Municipal para o movimento negro é imensurável e deve ser reconhecida e preservada. É fundamental que a história do local como berço do MNU seja amplamente divulgada por meio de exposições permanentes ou placas informativas. A celebração anual da fundação do MNU no local, como tem sido feito, é uma forma importante de manter viva a memória e a relevância desse marco histórico para a luta antirracista.

6. APEOESP

(População Negra/População LGBTQIAPN+)

A APEOESP é um dos sindicatos que representam as/os professoras/es da rede estadual de educação de São Paulo. Embora tenha sedes regionais por todo o estado, sua sede central, localizada no centro de São Paulo, é um importante ponto de encontro, mobilização e articulação política para a categoria.

Fundada em 1978, em meio à luta pela redemocratização do Brasil, a APEOESP se consolidou como um dos maiores e mais combativos sindicatos do país. Sua história não se resume à luta por pautas trabalhistas; o sindicato sempre esteve na vanguarda das lutas sociais, incorporando questões que vão além das salas de aula.

Para o movimento negro, a APEOESP é fundamental por defender a implementação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas. O sindicato atua na formação de professoras/es e na luta contra o racismo no ambiente escolar, organizando coletivos de professoras/es negras/os e promovendo debates sobre a educação antirracista. A sede do sindicato é palco de encontros e discussões sobre o tema, sendo um espaço de resistência e de construção de políticas afirmativas.

Para a comunidade LGBTQIAPN+, a APEOESP também é um aliado histórico. O sindicato defende abertamente a educação inclusiva e a luta contra a homofobia, a transfobia e todas as formas de preconceito nas escolas. Em sua sede, são realizados eventos, debates e formações que abordam as questões de gênero e sexualidade, além de apoiar a causa da diversidade em todas as suas frentes de atuação.

Significados

A APEOESP tem um significado que transcende o papel sindical tradicional. O espaço se tornou um símbolo de luta interseccional, onde as reivindicações da categoria se encontram e se fortalecem com as pautas do movimento negro e LGBTQIAPN+. Representa um ambiente de acolhimento e de militância para professoras/es que buscam, em sua prática pedagógica, uma escola mais justa, diversa e igualitária.

O sindicato é composto por uma diversidade de professoras/es, ativistas, intelectuais e estudantes. As principais atividades realizadas no local são assembleias, greves, formações, debates e reuniões de coletivos. O espaço da sede é constantemente utilizado para eventos e mantém sua importância como um centro de resistência.

7. PRAÇA DA REPÚBLICA

(População Negra/População LGBTQIAPN+)

A Praça da República é uma das praças mais tradicionais e históricas da cidade de São Paulo, localizada na região central. É conhecida por sua feira de artesanato de domingo e por ser um importante ponto de passagem e de encontro social. Além disso, consolidou-se ao longo do tempo como um espaço de confluência social e política.

Em relação à história e cultura da população negra, acontece na Praça a Roda de Capoeira da República, ativa há mais de 70 anos, desde 1953, quando teve início com o Mestre Ananias, migrante baiano que chegou em São Paulo na década de 1950. Desde sua fundação, a roda foi espaço de encontro entre diferentes capoeiristas paulistanos e baianos.



Foto: Zé Amaral

Para a comunidade LGBTQIAPN+, a Praça da República e seus arredores, incluindo o Largo do Arouche, formam um dos principais polos de diversidade de São Paulo. A praça é parte do trajeto da Parada do Orgulho LGBT+ de São Paulo desde suas primeiras edições, sendo um espaço fundamental para as manifestações e celebrações anuais. Além disso, a estação de metrô República abriga o Museu da Diversidade Sexual, reforçando a importância do local como um centro de memória, cultura e resistência da comunidade LGBTQIAPN+.

Significados

A Praça da República simboliza um espaço de pluralidade e resistência. É um local onde a história oficial da cidade se cruza com as narrativas de grupos sociais que historicamente lutaram por visibilidade e direitos. O espaço se tornou um território de celebração, luta e acolhimento para as comunidades negras e LGBTQIAPN+, que o transformaram em um palco para suas manifestações e para a construção de suas identidades coletivas.

A praça é um ambiente vivo e dinâmico, que abriga eventos culturais, rodas de capoeira, feiras, manifestações e encontros. É um local de intensa movimentação, com a presença de vendedoras/es, artistas, ativistas e o público em geral. É um local acessível por meio de transporte público, especialmente pelo metrô.

8. AVENIDA VIEIRA DE CARVALHO

(População LGBTQIAPN+)

A Avenida Vieira de Carvalho é uma via arborizada e histórica localizada no centro de São Paulo. Ela faz parte do "triângulo" cultural da região, conectando a Praça da República ao Largo do Arouche, sendo conhecida por sua arquitetura clássica e por ser um espaço tradicional da vida noturna e da comunidade LGBTQIAPN+ da cidade.

A avenida se consolidou como um dos primeiros grandes centros da comunidade LGBTQIAPN+ de São Paulo, especialmente a partir da década de 1950. As ruas e bares do entorno do Largo do Arouche, incluindo a Vieira de Carvalho, se tornaram um "gueto gay", um espaço seguro e de acolhimento em um período de intensa repressão policial e violência social.

Nos anos 70 e 80, durante a ditadura militar, a avenida e o Largo do Arouche se tornaram um importante ponto de encontro e resistência, onde a comunidade se sentia mais livre para se expressar. O local funcionava como um refúgio da perseguição e era um dos poucos lugares onde a população LGBTQIAPN+ podia socializar e construir sua identidade coletiva. Ao longo dos anos, a avenida manteve sua importância como um local de encontro e de efervescência cultural, mesmo com o surgimento de novos polos de diversidade na cidade.

Significados

A Avenida Vieira de Carvalho tem um significado profundo de acolhimento e resistência. Ela representa um dos primeiros territórios onde a comunidade LGBTQIAPN+ pôde construir sua identidade em São Paulo, transformando um espaço público em um refúgio. É um símbolo da luta por visibilidade e do direito de ocupar a cidade, de ser e existir em um ambiente hostil.

A avenida é um local de convívio e passagem para uma diversidade de pessoas, incluindo trabalhadores da região, artistas e o público noturno. As atividades no local incluem o encontro em bares, restaurantes e a circulação de pessoas que frequentam o entorno. O local ainda possui uma arquitetura clássica e está em bom estado de conservação.

Nesse sentido, a Avenida Vieira de Carvalho é um patrimônio cultural da comunidade LGBTQIAPN+ de São Paulo. Sua importância como um dos primeiros espaços de resistência e acolhimento deve ser reconhecida e valorizada. Recomenda-se que o poder público e a sociedade civil trabalhem juntos para preservar a identidade cultural da avenida por meio da criação de um roteiro de memória que destaque a história do local.

Embora não haja um processo de tombamento formal finalizado, a discussão sobre a sua preservação é um tema importante. O tombamento, nesse contexto, seria uma forma de proteger a identidade cultural da avenida e garantir que a sua história não seja apagada. Recomenda-se que a história do local seja ainda mais documentada, com ações de educação e projetos que envolvam a comunidade para manter a avenida como um espaço seguro, acolhedor e de referência para a cultura LGBTQIAPN+.

9. BUSTO DE LUIZ GAMA / LARGO DO AROUCHE

(População Negra/População LGBTQIAPN+)

O Largo do Arouche é uma praça icônica localizada no centro de São Paulo, no distrito da República. É conhecido por seu mercado de flores e por ser um dos principais pontos de encontro e convivência da comunidade LGBTQIAPN+ da cidade. A sua localização o coloca em um espaço de grande movimento e visibilidade, próximo a centros culturais e comerciais e, desde os anos 40, é palco de movimentações da comunidade.

Nele está instalado o busto de Luiz Gama, um monumento de bronze que homenageia o advogado abolicionista, jornalista e poeta. Foi o primeiro monumento público da cidade de São Paulo dedicado a uma figura negra e está localizado em um canteiro central da praça.

A ocupação do Largo do Arouche pela comunidade LGBTQIAPN+ remonta à década de 1940, consolidando-se como um refúgio e um espaço de resistência durante a ditadura



militar. Em um período de intensa perseguição, a região se tornou um “gueto gay”, onde a comunidade podia se expressar e se reunir com relativa segurança. O Largo foi palco de eventos e de manifestações importantes, incluindo atos contra a violência policial e pela conscientização sobre a AIDS.

Em 2015, em homenagem ao Dia do Orgulho LGBT, a Prefeitura de São Paulo instalou bandeiras com o arco-íris no local, oficializando o reconhecimento da importância do largo para a comunidade. Além disso, o Arouche é o ponto de concentração e de chegada de diversas marchas e manifestações da comunidade, como a Marcha do Orgulho Trans.

Já o busto foi inaugurado em 22 de novembro de 1931 por iniciativa de intelectuais e ativistas do movimento negro paulistano, com participação de pessoas ligadas à **Frente Negra Brasileira**. Foi um ato de afirmação política e cultural em um período de intensa discriminação racial e ausência de representação negra nos espaços públicos. A escolha de Luiz Gama, um homem que conquistou a própria liberdade e libertou centenas de outros escravizados, simboliza a luta e a resistência. Ao longo do tempo, o monumento se consolidou como um ponto de referência para a comunidade negra e para eventos de celebração e protesto. Recentemente, passou por restaurações que reafirmaram sua importância histórica e social.



Frente Negra Brasileira

A Frente Negra Brasileira foi um importante movimento social negro surgido no início da década de 1930, com atuação voltada à organização e mobilização da população negra. Seu trabalho buscou fortalecer a inclusão social, a educação e a luta por direitos, enfrentando o preconceito racial e promovendo o reconhecimento social e político da população negra no Brasil.

Significados

O Largo do Arouche é um dos territórios LGBTQIAPN+ mais antigos e significativos do Brasil. Ele representa a luta pela liberdade de ser e existir em público, a resistência contra a violência e o apagamento histórico. É um símbolo de acolhimento e celebração, onde a comunidade pôde, ao longo de décadas, construir sua identidade e sua história de forma coletiva.

Para a comunidade negra, o busto de Luiz Gama é muito mais do que um monumento; é um símbolo de luta, resistência e justiça social, representando a memória de um líder fundamental na história do Brasil e a importância de ocupar e reivindicar espaços públicos. O busto serve como um ponto de encontro para manifestações, celebrações culturais e atos de memória, reforçando a identidade e a história da população negra na cidade de São Paulo e ensinando que o legado de Luiz Gama permanece e inspira as novas gerações.

O largo é um espaço vibrante, que mistura o paisagismo do mercado de flores com a arquitetura clássica dos prédios ao redor. É um local de intensa atividade diurna e noturna, com bares, restaurantes e estabelecimentos que atendem à comunidade LGBTQIAPN+. A revitalização recente da praça ajudou a valorizar sua importância cultural e histórica.

O busto de bronze é de responsabilidade da Prefeitura de São Paulo (em conjunto com o IPHAN, como patrimônio histórico). A manutenção do local, como os jardins e a limpeza, é realizada pela equipe de zeladoria do Largo do Arouche. As principais pessoas envolvidas com o lugar, além dos órgãos públicos, estão as/os frequentadoras/es e ativistas do movimento negro que utilizam o espaço para reuniões, atos e celebrações.

Para que o busto de Luiz Gama continue sendo uma referência cultural, é fundamental que o poder público continue investindo em sua manutenção e conservação. É igualmente importante que as escolas e instituições de ensino da região utilizem o monumento como recurso pedagógico, promovendo atividades que expliquem a história e a relevância de Luiz Gama para as novas gerações. Ações culturais e educativas no Largo do Arouche, como rodas de conversa e apresentações artísticas, poderiam valorizar ainda mais o local, transformando-o em um centro de difusão de conhecimento sobre a história e a cultura afro-brasileira.

10. BOCA DO LUXO

(População LGBTQIAPN+)

O ponto de prostituição entre as ruas Major Sertório e Rego Freitas está localizado no distrito da República, no centro de São Paulo. Historicamente, essa área, juntamente com o Largo do Arouche, formou um importante circuito de vida noturna, entretenimento e serviços sexuais.

A área, incluindo as ruas Major Sertório e Rego Freitas, era conhecida como "Boca do Luxo", um contraponto à "Boca do Lixo" da Avenida São João. A "Boca do Luxo" era famosa por suas boates e por ser frequentada por uma clientela de alta classe. Boates como a La Licórnia, na Rua Major Sertório, foram marcos nesse período. A região se tornou um espaço de trabalho para mulheres e, posteriormente, um importante território para travestis e transexuais.

Assim como o Largo do Arouche, esse ponto foi palco de tensões e perseguições policiais, especialmente durante a ditadura militar. No entanto, a efervescência noturna e a presença da comunidade LGBTQIAPN+ se mantiveram, tornando a área um símbolo de resistência e de sobrevivência em face da repressão. A região também foi um local de encontro e de sociabilidade para a comunidade, abrigando bares e baladas que se tornaram referência. Recentemente, a área passou por um processo de gentrificação, com a abertura de novos bares, restaurantes e comércios que buscam atrair um público mais jovem e descolado.

Significados

Esse ponto tem um significado complexo, que mistura memória, resistência e subsistência. Ele é um símbolo da luta e da resiliência das mulheres, travestis e transexuais profissionais do sexo, que ocuparam e deram vida a esse espaço. Além disso, a região representa a história não oficial da cidade, aquela que foge aos discursos tradicionais e que demonstra como minorias e grupos marginalizados construíram seus próprios territórios e redes de apoio.

A "Boca do Luxo" foi crucial para a história da comunidade LGBTQIAPN+ de São Paulo, especialmente para travestis e artistas transformistas. Em um período de intensa repressão, as boates da região, como a lendária La Licórnia, na Rua Major Sertório, se tornaram refúgios e palcos para esses artistas.

Embora o período de auge da "Boca do Luxo" tenha ficado no passado, a memória de sua importância para a vida noturna e para a história da diversidade em São Paulo continua viva, sendo uma referência para entender a cultura urbana da cidade. Atualmente, o local se apresenta como uma área mista, onde a história da vida noturna e da prostituição coexiste com a chegada de novos empreendimentos comerciais. Os edifícios de arquitetura clássica ainda estão presentes, e o fluxo de pessoas varia entre o público que se encontra nos novos estabelecimentos e os que continuam a habitar e a trabalhar na região,

preservando sua história e sua identidade. Devido ao processo de gentrificação, o fluxo de trabalhadoras sexuais diminuiu durante o dia, mas segue ativo nas portas dos hotéis.

A história desse ponto como "Boca do Luxo" e sua importância para a comunidade LGBTQIAPN+ e para as pessoas profissionais do sexo deve ser documentada e valorizada. Recomenda-se a criação de iniciativas de memória que resgatem as histórias das/os trabalhadoras/es e das pessoas que habitaram e deram vida a essa região, garantindo que o processo de gentrificação não apague as memórias e a identidade cultural do local. Ações de educação e de conscientização sobre o tema podem ajudar a combater o estigma e a marginalização, além de valorizar a luta e a resistência desses grupos.

11. FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO (FESPSP)

(População Negra /População LGBTQIAPN+)

A FESPSP é uma instituição de ensino superior e pesquisa localizada na Vila Buarque, em São Paulo. Ela é uma das mais tradicionais escolas de ciências sociais do Brasil e é reconhecida por sua produção acadêmica nas áreas de Sociologia, Política, Biblioteconomia, Jornalismo, entre outras.

Fundada em 1933, a FESPSP desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento da sociologia no Brasil, especialmente com o estudo de temas como a formação da sociedade brasileira e as relações raciais.

Para o movimento negro, a FESPSP é um marco por ser uma das primeiras instituições a produzir pesquisas e conhecimento sobre a questão racial no Brasil. Intelectuais negras/os e brancas/os engajadas/os na luta antirracista usaram a academia como um campo de batalha para desconstruir o mito da democracia racial e denunciar a discriminação. A psicanalista negra **Virgínia Bicudo** estudou lá durante a década de 1930 e defendeu a dissertação Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo.

Virginia Bicudo

Socióloga e psicanalista negra, nascida na cidade de São Paulo em 1910, na região da Luz, é descendente de mãe negra e pai italiano. Entre o final da década de 1940 e os anos 1950, desenvolveu estudos pioneiros na cidade de São Paulo sobre as relações raciais nos campos da educação e da psicologia social. Contribuiu para o projeto da UNESCO sobre relações raciais no Brasil e para pesquisas clínicas voltadas à análise de comportamentos e atitudes raciais nos contextos familiar e escolar.

Recentemente, a instituição tem fortalecido as ações afirmativas e a criação de núcleos de estudos que aprofundam a pesquisa sobre o tema, dando protagonismo a intelectuais e estudantes negras/os.

Para a comunidade LGBTQIAPN+, a FESPSP também é um espaço importante de produção de conhecimento. Disciplinas, pesquisas e projetos de extensão abordam as questões de gênero e sexualidade, contribuindo para a visibilidade e aprofundamento das discussões sobre a diversidade sexual e de gênero. A instituição serve como um local de formação para futuras/os pesquisadoras/es, ativistas e profissionais que atuarão na defesa dos direitos dessa população.

Significados

A FESPSP é um símbolo de produção de conhecimento engajado. Ela representa o encontro entre a teoria acadêmica e as lutas sociais, mostrando como a ciência pode ser uma ferramenta poderosa para a transformação social. A instituição é um centro de pensamento crítico que contribui para a formulação de políticas públicas e para a mudança de mentalidade em relação a temas como racismo e diversidade sexual.

A comunidade da FESPSP é formada por professoras/es, pesquisadoras/es e estudantes de diversas origens e formações. As atividades incluem cursos de graduação e pós-graduação, eventos, palestras e publicações de livros e artigos. O espaço físico da escola é um ponto de encontro e de debate, onde os corredores e salas de aula se tornam palcos para a discussão de temas urgentes da sociedade brasileira.

A FESPSP é uma referência na produção de conhecimento sobre temas sociais e sua importância para os movimentos negro e LGBTQIAPN+ é imensurável. É fundamental que a instituição continue a ser um espaço de acolhimento e de incentivo à pesquisa sobre a luta antirracista e a diversidade sexual, ampliando a participação de pesquisadoras/es negras/os e LGBTQIAPN+ em seus quadros. A universidade pode se tornar um exemplo ainda mais forte de como a academia pode se conectar com a sociedade para construir um futuro mais justo e equitativo.


SAÚDE MENTAL
QUEBRA DA
É FUNDAMENTAL
NÃO BASTA FALAR
DE PAZ, É PRECISO
ACREDITAR E
LUTAR POR ELA
NPV UBS JD. MARACÁ
NOME DANTO DIAS DA SILVA
Profissão ou função Motorista Esplihador
Residência R.2,343-V.das Belezas-Sto.Amaro
Nascido a 22 de Fevereiro de 942 Casado
Nacionalidade Brasileira Naturalidade São Paulo
Filiação Joaquim Dias da Silva
Maria Amancio
Empregado em NESTAL LEVE S/A IND.E COM
Rua Brasilio Luz
São Paulo 31 de Ja
Data de admissão
Carteira Profissional
Série
1554
PE

CURSINHO POPULAR SANTO DIAS - REDE UBUNTU





O CURSINHO POPULAR SANTO DIAS E A EXPERIÊNCIA DA REDE UBUNTU COM AS JUVENTUDES PERIFÉRICAS NO JARDIM ÂNGELA

Cursinho Popular Santo Dias

Fundado em 2014, o Cursinho Popular Santo Dias nasceu no Jardim Ângela com o objetivo de garantir a jovens da periferia o acesso ao ensino superior de forma gratuita e com qualidade. Em 2016, com um grupo de professoras e professores que atuavam em diferentes cursinhos e escolas da região, participamos da construção de uma rede de cursinhos populares na zona sul de São Paulo. Depois de partilharmos nossos desafios, nós dos Cursinhos Santo Dias, Milton Santos (hoje Alan Soares) e Quilombo Guarani, resolvemos sofrer juntos e construir uma nova história.

Assim, cheios de sonhos e desafios, começamos a construir a Rede Ubuntu de Educação Popular. Escolhemos construir uma rede porque as experiências nos indicavam que correr juntos, fortalece a caminhada e nos permite sonhar com coisas maiores pois, como diz o provérbio africano: “se quer ir rápido, vá sozinho. Se quer ir longe, vá em grupo”.

Decidimos nos inspirar na filosofia Ubuntu, uma cosmovisão que privilegia o coletivo, valoriza as singularidades, reconhece a ancestralidade e nos permite sonhar com outros horizontes para além do capitalismo. Essa visão política-filosófica sinaliza também a nossa escolha por nos enfileirarmos ao movimento negro organizado, que há décadas vem trabalhando com a educação popular e pautando as desigualdades raciais no campo da educação capitalista.

Escolhemos nos basear nos acúmulos políticos da Educação Popular Freiriana, porque acreditamos que a educação deve ser emancipadora, um instrumento de luta e de organização da classe trabalhadora. Enquanto uma rede de cursinhos, nosso desejo não se limita a incluir estudantes nas universidades. Somos um movimento de educação popular que busca a democratização do ensino superior e a conscientização da classe trabalhadora a partir de sua própria organização, a qual fazemos parte enquanto educadoras/es.

Também decidimos construir um movimento a partir da periferia da zona sul e de Itapecerica da Serra, como sempre dizia um dos nossos maiores incentivadores, padre Jaime Crowe, "a cabeça pensa onde os pés pisam". Desde o primeiro momento, acreditando que temos limites, optamos por fortalecer e criar experiência a partir das territorialidades periféricas da sul, terra de tantas lutas e glórias, que passou do "triângulo da morte"[24] nos anos 1990, a "triângulo da cultura e da luta", reunindo tantas referências que nos inspiram e fortalecem.

Ou seja, nascemos como uma Rede de Cursinhos Populares ancorada na filosofia Ubuntu, na Educação Popular Freiriana e nos territórios periféricos de Itapecerica da Serra e da zona sul de São Paulo, inspirados por um provérbio africano muito citado pelo padre Jaime em nossas primeiras reuniões, "gente simples, fazendo coisas pequenas, em lugares pouco importantes, consegue mudanças extraordinárias".

Dessa forma, desde 2016 caminhamos como uma Rede de Educação Popular, construída a partir da força de cinco cursinhos populares periféricos. Nesse caminho, centenas de estudantes passaram pela rede, e mais de cinco centenas conseguiram ingressar no ensino superior.

Todavia, o mais importante está em curso. Graças à Rede Ubuntu, hoje dezenas de jovens periféricas/os estão se tornando sujeitas/os de transformação da sociedade, comprometidas/os com a democratização do ensino superior, e se dedicando a transformar a periferia e a vida de tantas/os outras/os jovens da quebrada, e se tornaram o que Tiaraju Pablo chama de "Sujeitas e Sujeitos Periféricos", indivíduos que atuam politicamente em seus territórios a partir das identidades periféricas. Diria, que aqui está a nossa maior conquista. Muitas/os

24. O "triângulo da morte" foi o nome dado pela imprensa à região do Capão Redondo, Jd. Ângela e Jd. São Luís durante a década de 1990, em referência ao alto índice de violência na região no período.

das/os que estão hoje aqui são frutos desse sonho, são resultantes do nosso compromisso e da nossa organização política. São grandes vitórias, micro revoluções!

UBUNTU PRA NÓS!: NARRATIVAS E REFLEXÕES SOBRE A PRESENÇA NEGRA E INDÍGENA NA ZONA SUL

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Fundação SEADE, o distrito do Jardim Ângela, localizado na zona sul de São Paulo, é o que apresenta a maior proporção de população preta e parda da cidade, com cerca de 60% das/os moradoras/es se autodeclarando negras/os. Com uma população estimada em mais de 310 mil habitantes, o distrito também é reconhecido por sua intensa vida comunitária e por concentrar expressões culturais, artísticas e políticas de resistência negra e periférica. Por isso, esse inventário da presença negra no território não apenas documenta a riqueza cultural existente, mas também reafirma a centralidade da população negra na construção da identidade, da história e das práticas educativas da região.

É justamente dessa relação profunda com o território e do entendimento de que conhecimento e pertencimento caminham juntos, que emergem as concepções que orientam nosso movimento. A escolha do nome Ubuntu não é apenas simbólica, pois nasce de uma vivência e de um compromisso. Inspirada na filosofia africana do Ubuntu, que nos lembra que "eu sou porque nós somos", nossa rede se reconhece como parte de um coletivo que se sustenta na solidariedade, no cuidado e na responsabilidade compartilhada. É a partir dessa compreensão de interdependência que nos aproximamos da Educação Popular, que entende o aprender como um processo construído entre pessoas, enraizado nas histórias, nas lutas e nos saberes que circulam no território. Assim, Ubuntu e Educação Popular se encontram justamente na valorização da experiência comunitária, na escuta das vozes que compõem o Jardim Ângela e na construção de práticas que fortaleçam a presença e a memória negra e indígena onde estamos inseridas/os.

A pesquisa no Jardim Ângela, realizada pelo Cursinho Popular Santo Dias, da Rede Ubuntu, para o projeto "O Território por Nós: Juventudes Negras e Cursinhos Populares", ilustra a aplicação dessa metodologia: reconhecer e valorizar a memória, a presença e o patrimônio cultural das comunidades negras e indígenas nos territórios da cidade.

Durante o processo de realização do inventário junto às/aos estudantes do cursinho, realizamos duas saídas pedagógicas com o objetivo de visitar espaços com significado social e político para a ancestralidade e a história negra e indígena. Uma delas foi para o Vera Cruz, no Horizonte Azul, e outra para o Museu das Favelas, no centro antigo de São Paulo, onde ocorria uma exposição sobre os Racionais MC's e o poeta Sérgio Vaz.

Após as visitas, cada estudante escreveu, em uma plataforma, pelo menos uma palavra que representasse a saída de acordo com as nossas agendas de inventário, ou seja, como aquele território se relaciona com a cultura e história indígena e afro-brasileira. O resultado foi apresentado numa nuvem de palavras.

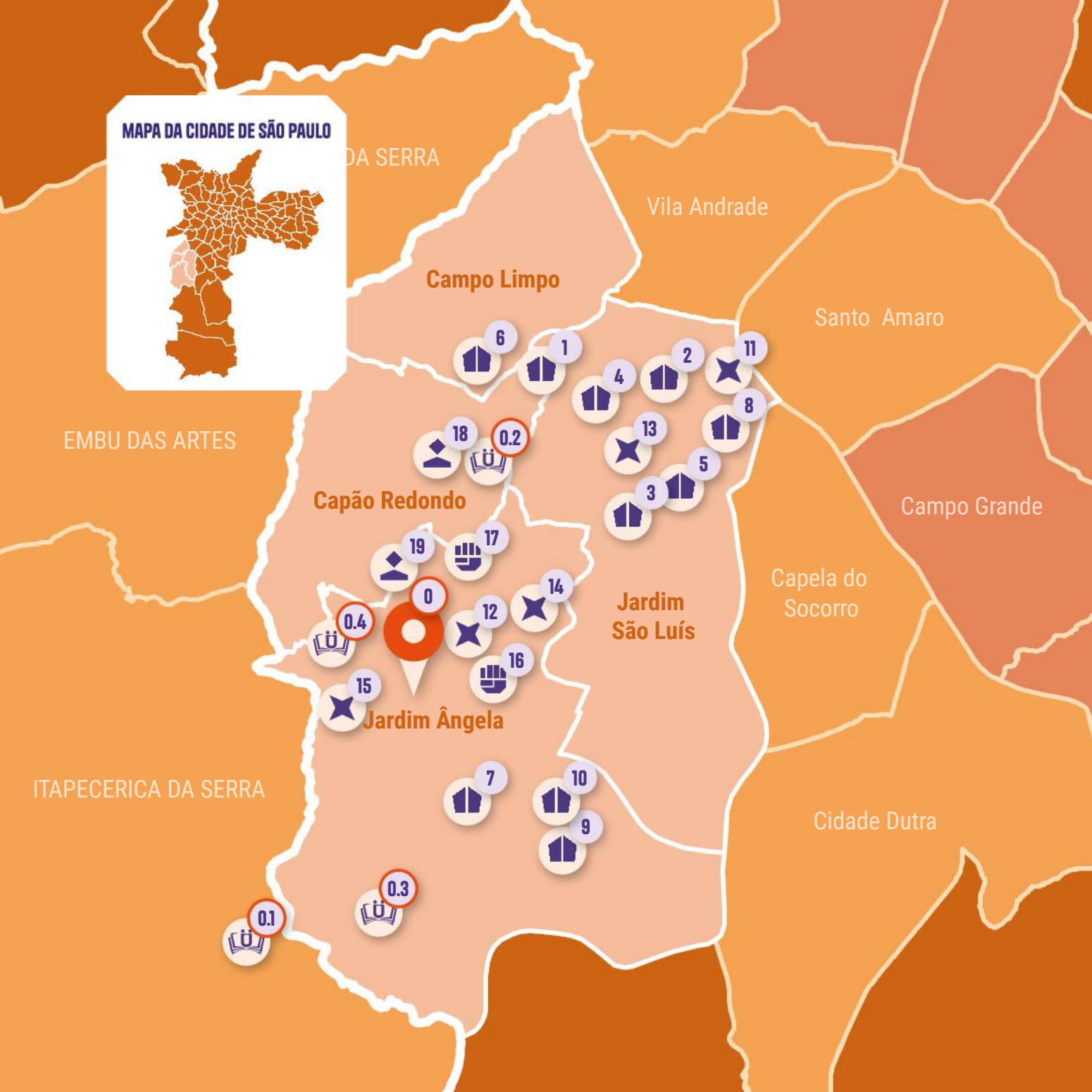
O processo revelou que o Jardim Ângela é um espaço rico em manifestações culturais negras e periféricas, com forte presença de movimentos sociais e iniciativas comunitárias que promovem a cultura, a arte, o esporte e o debate crítico sobre desigualdades e relações raciais. A menção a "marcos de resistência" é evidente nas escolhas das/es/os estudantes, que veem nesses locais pontos de luta e preservação de identidades que foram historicamente silenciadas.

A ênfase das/os estudantes na importância de espaços que oferecem oportunidades, promovem a cultura local e a união comunitária afirma os princípios da Educação Popular, que busca a emancipação das pessoas, o desenvolvimento de uma consciência crítica e o fortalecimento do protagonismo popular. O inventário, ao dar voz à comunidade e reconhecer seus saberes e práticas, atua como uma ferramenta para a construção de uma educação antirracista que inclua necessariamente a valorização das/os sujeitas/os e movimentos negros e indígenas.

Por fim, pode-se dizer que a experiência no Jardim Ângela evidencia que a atividade de inventário participativo não apenas cumpre os objetivos de identificar e registrar a presença negra e indígena, mas também atua como um processo pedagógico que fortalece a identidade e o pertencimento, desvelando um patrimônio territorial vibrante e dinâmico que, muitas vezes, é invisibilizado pela historiografia oficial.

Essas referências, identificadas por nossas/os estudantes, mostram que a resistência cotidiana — por meio da cultura, da organização comunitária e do protagonismo juvenil — é motor de fortalecimento social e de redução da vulnerabilidade local. Por outro lado, nosso mapeamento revela que, apesar de ser atravessado pela M'boi Mirim (termo tupi para cobra pequena), a presença e cultura indígena foram apagadas do território ao longo do tempo.




MAPA DA CIDADE DE SÃO PAULO
DA SERRA
Vila Andrade
Campo Limpo
Santo Amaro
EMBU DAS ARTES
Capão Redondo
Campo Grande
Capela do Socorro
Jardim São Luís
Jardim Ângela
ITAPECERICA DA SERRA
Cidade Dutra
0
0.1
0.2
0.3
0.4
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19



MAPEAMENTO PARTICIPATIVO

Este mapa é resultado do processo de construção do inventário participativo realizado pelo Cursinho Popular Santo Dias - Rede Ubuntu nos territórios do Jardim Ângela, Jardim São Luís, Capão Redondo e Campo Limpo. Reúne referências relacionadas à presença, à luta, à resistência e à memória da população negra nesse território, pesquisadas e sistematizadas por jovens estudantes e educadoras/es do cursinho ao longo desse processo.

0. Cursinho popular Santo Dias – Rede Ubuntu
0.1. Rede Ubuntu – Polo Alan Soares
0.2. Rede Ubuntu – Polo Dona Edite
0.3. Rede Ubuntu – Polo Espedita
0.4. Rede Ubuntu – Polo Terezinha Magalhães
1. A fúria do negro
2. Bloco do Beco
3. Casa de Cultura Municipal do M'Boi Mirim
4. Fábrica de Cultura Jardim São Luís
5. Instituto Espírito de Zumbi
6. Instituto Orsolon
7. Multiplicarte Capoeira
8. Projeto Viela
9. Quilombar
10. Quilombo Guarani
11. Baque Atitude
12. Batalha da Sul
13. Bloco Afro É Di Santo
14. Bloco do Hercu
15. Unidos da Macieira
16. Caminhada pela vida e pela paz
17. Festa Preta
18. Santo Dias
19. Regina Paixão

PONTO DE PARTIDA
LUGARES E EDIFICAÇÕES
FORMAS DE EXPRESSÃO E SABERES
POLOS DA REDE UBUNTU
AGENTES
MARCOS DE RESISTÊNCIA

LUGARES E EDIFICAÇÕES

1. A FÚRIA DO NEGRO

(População Negra)

A Associação de Arte, Cultura e Pesquisa A Fúria do Negro é uma iniciativa de resgate, memória, preservação e de ações afirmativas que valorizem as africanidades. A entidade foi formalizada em 2020, mas teve seu início em 2019. Seu fundador é Renato Freitas, professor de capoeira desde 2010, que a enxerga como instrumento de transformação social que proporciona reflexões que levam à conscientização e ao pensamento crítico. O nome A Fúria do Negro vem dessa energia ancestral que nos envolve contra as injustiças sociais, em uma luta que não é para derrubar o outro, mas para sobreviver e combater o genocídio dos negros na sociedade e dos indígenas.

O projeto consiste em atividades culturais como maculelê, tambor de crioula, samba de roda, frevo e tem como carro-chefe a capoeira. As oficinas são realizadas no CDHEP (Centro de Direitos Humanos e Educação Popular no Capão Redondo), em CCAs (Centros para Crianças e Adolescentes) e NCIs (Núcleos de Convivência de Idosos).

Realizam passeios culturais de combate ao racismo ambiental, formação para professoras/es, com palestras sobre temas como "descolonização do pensamento" em combate ao racismo institucional, atividades em diálogo com povos de terreiro voltadas ao combate ao racismo religioso, atividades com pessoas em situação de rua e pessoas atendidas pelo CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), Maculelê na Galeria do Reggae com filhos de migrantes africanos e exibições de filmes no Cine Fúria.

Significados

É um ponto de cultura e formação cultural, que proporciona à comunidade o contato com a cultura afro-brasileira. A Fúria do Negro representa a materialização da luta antirracista em sua forma mais contundente, simbolizando a transformação da indignação diante das

injustiças em combustível para a ação política e cultural afirmativa. O espaço carrega o significado profundo de não submissão e funciona como uma trincheira onde a identidade negra é celebrada não apenas pela sua estética, mas pela sua capacidade histórica de sobrevivência e revolta contra as estruturas coloniais.

2. BLOCO DO BECO

(População Negra)

A Associação Cultural Recreativa Esportiva Bloco do Beco é um espaço de construção de cultura e memória que opera através de uma ampla ação cultural, passando por diversas linguagens artísticas, formação, ocupação do território e restauração de espaços. Além disso, é um bloco de rua que movimenta a economia local e fortalece os laços da comunidade.

O Bloco do Beco surgiu no início dos anos 2000, organizado por sambistas e moradoras/es que buscavam criar um carnaval de rua dentro do próprio bairro. Em 2003, formalizou-se como Associação Cultural Recreativa Esportiva, ampliando suas frentes de atuação para além do carnaval e incorporando oficinas, projetos educativos e ações de formação artística.

Com o tempo, consolidou-se como referência de cultura periférica, sobretudo de matrizes afro-brasileiras, conectando samba tradicional, percussão, maracatu e outras expressões populares. Eventos comunitários, festas juninas e projetos voltados para crianças e jovens marcaram sua trajetória. Sua atuação constante transformou o bloco em um polo sociocultural da região, reconhecido pela comunidade e pela própria Prefeitura de São Paulo.

Significados

O Bloco tem como função e significado ser um espaço de acolhimento e florescimento para a comunidade, funcionando como um polo de resistência contra o apagamento histórico que atinge a população negra e como um ponto de encontro onde a ancestralidade é vivenciada diariamente por meio da arte. Nesse contexto, o lugar assume o significado de solo sagrado de memória, fortalecendo o orgulho de pertencer e a consciência sobre as raízes afro-brasileiras e originárias que fundam a identidade local, combatendo narrativas coloniais que tentam inviabilizar essas existências.

3. CASA DE CULTURA MUNICIPAL DO M'BOI MIRIM

(População Negra)

A Casa de Cultura Municipal M'Boi Mirim é um equipamento público de cultura localizado na região do Jardim Ângela/M'Boi Mirim, zona sul de São Paulo, instalado em um prédio histórico da antiga Subprefeitura. O espaço funciona como centro de referência cultural do território, abrigando eventos, oficinas, encontros, apresentações artísticas e ações de formação. Está situado próximo à Avenida Inácio Dias da Silva e atende amplamente a população da região, especialmente juventudes e coletivos culturais periféricos.

A Casa de Cultura foi criada a partir das demandas comunitárias por um espaço público voltado às artes, à memória e à convivência no território de M'Boi Mirim, historicamente marcado pela produção cultural periférica e pela forte presença da população negra. Desde sua criação, tornou-se um ponto de encontro de coletivos de samba, capoeira, dança, teatro, literatura e movimentos sociais da região.

Ao longo dos anos, consolidou-se como um polo de resistência cultural, recebendo festivais, mostras artísticas, formações e ações que fortalecem identidades afro-brasileiras. Entre os períodos marcantes estão a ampliação das oficinas permanentes (capoeira, percussão, dança e música) e a incorporação do Panelafro, evento que se tornou uma referência mensal na zona sul, reunindo tradições de matriz africana como samba de roda, coco, maracatu, jongo e afoxé.

Significados

Para a comunidade, a Casa de Cultura é um espaço de afirmação identitária, convivência e criação artística. Funciona como território seguro de circulação para coletivos periféricos, especialmente grupos negros que fazem da música, da dança e da oralidade instrumentos de memória, resistência e organização comunitária. É também um ponto de encontro para atividades educativas e culturais gratuitas, aproximando crianças, jovens e adultos de práticas artísticas que muitas vezes não encontram espaço em outros equipamentos da cidade.

4. FÁBRICA DE CULTURA JARDIM SÃO LUÍS

(População Negra)

A Fábrica de Cultura Jardim São Luís é um equipamento cultural público estadual que oferece uma ampla programação gratuita de formação e difusão artística. Seu objetivo é promover o acesso democrático à cultura, incentivar a criação artística e valorizar a identidade da comunidade, com foco especial na juventude periférica.

O espaço está localizado na Rua Antônio Ramos Rosa, 651, no Jardim São Luís, uma região de alta vulnerabilidade social na zona sul de São Paulo, vizinha ao Capão Redondo. Essa localização é estratégica, atuando como um grande polo cultural em um território historicamente carente de equipamentos desse porte.

A Fábrica de Cultura do Jardim São Luís foi inaugurada como parte de uma política pública do Governo do Estado de São Paulo para levar cultura às periferias. Sua criação é um marco de democratização, levando infraestrutura de alta qualidade (como teatro, estúdios e biblioteca) a regiões que historicamente tiveram pouco investimento cultural.

Ao longo de sua história, o espaço se consolidou como um centro de produção de arte periférica, sendo palco e ponto de partida para inúmeras/os artistas locais. As atividades frequentemente incluem eventos de celebração e reflexão sobre a cultura negra e indígena, como a realização do Festival Ajeum em homenagem a Mercedes Baptista, e atividades ligadas ao letramento racial.

Significados

Para a comunidade, a Fábrica de Cultura significa oportunidade, profissionalização e visibilidade. É um local que desmistifica o acesso à arte e à tecnologia, oferecendo cursos e recursos que, em geral, só estariam disponíveis no centro de São Paulo.

Sua função é ser um centro irradiador de arte e cultura, dando voz e recursos à produção local. Especificamente, o espaço cumpre com frequência a função de reparação histórica e cultural ao promover eventos e cursos que valorizam as narrativas negras e de matrizes africanas, como a capoeira e a dança negra contemporânea, reafirmando a identidade majoritariamente preta e parda do território.

5. INSTITUTO ESPÍRITO DE ZUMBI

(População Negra)

O Instituto Espírito de Zumbi (IEZ) é um centro de formação, cultura e militância focado em pautas raciais e de gênero, com forte atuação ligada ao movimento negro. É um espaço de resistência que promove a autoestima, a consciência histórica e a formação política, usando a cultura e a educação como ferramentas centrais.

Ele está sediado no Jardim Ângela, na zona sul de São Paulo, uma das regiões mais populosas e com maior concentração de população negra da cidade. A sua localização é estratégica, sendo um polo de referência para o ativismo no extremo sul, bem estabelecido em uma área que historicamente luta por mais direitos e reconhecimento.

O IEZ nasceu do sonho de construir um espaço que representasse a luta e a memória negra no presente. Ele se inspira na figura de Zumbi dos Palmares e em todo o legado da resistência negra no Brasil. Sua fundação e consolidação foram marcos importantes, pois conseguiram estabelecer um centro formal de militância em uma área da periferia que precisava desse tipo de apoio institucionalizado.

O Instituto se destaca por ter criado e apoiado diversas iniciativas importantes na comunidade, como o fomento à cultura negra, a realização de debates e a organização de eventos que celebram o Dia da Consciência Negra, consolidando-se como uma voz fundamental no combate ao racismo na região.

Significados

O IEZ significa dignidade e luta para a comunidade. É um lugar onde a população negra, majoritária na região, encontra apoio, representatividade e a história que não é contada na escola. O nome, Espírito de Zumbi, já diz tudo ao representar a continuidade da resistência contra todas as formas de opressão.

Sua função principal é ser um centro de formação de lideranças e um polo de produção cultural negra, garantindo que a memória e a cultura afro-brasileira sejam valorizadas e transmitidas. Ele atua diretamente na formação da consciência racial dos jovens e adultos da comunidade.

O time do Instituto é composto por militantes, educadoras/es e ativistas que são da própria comunidade e que se dedicam de forma voluntária ou por meio de projetos. O público-alvo são jovens negras e negros, mulheres e a população em geral que busca formação em temas raciais e sociais.

As atividades principais incluem oficinas de cultura negra, cursos de formação política, debates sobre racismo e ações de saúde da população negra. O lugar é mantido pela luta da comunidade, por meio de editais, parcerias e doações. A manutenção é um desafio constante, mas o engajamento da militância garante que ele se mantenha ativo e funcional. O espaço é uma herança de resistência, sendo o resultado direto da mobilização e ocupação do movimento negro no território.

6. INSTITUTO ORSOLON

(População Negra)

O Instituto Orsolon, formalmente Instituto Sociocultural Vitor Orsolon, é uma organização que trabalha com a cultura urbana e hip-hop (breaking, grafite, DJ, fotografia e vídeo). Ele não é só um local de aula, mas também um centro especializado em formação artística, promovendo cursos gratuitos, inclusive de alto rendimento. Seu objetivo é fomentar essas expressões culturais na comunidade.

Ele fica no Capão Redondo, na zona sul de São Paulo, uma região que a gente sabe que é o berço de muitos artistas do hip-hop da cidade. Sua localização é estratégica, ficando perto da Linha 5-Lilás do metrô, o que facilita o acesso de pessoas moradoras da periferia.

A história do Instituto Orsolon está diretamente ligada ao movimento hip-hop do Capão Redondo, que tem raízes fortes por aqui desde os anos 80. O Instituto surgiu para dar estrutura e profissionalizar essa produção cultural que já existia na rua. Um período importante foi a inauguração do Centro de Treinamento Especializado – Breaking Brasil, espaço que o instituto passou a gerir em parceria com grandes empresas, garantindo um local fixo e de qualidade para as oficinas e apresentações. Essa inauguração marcou a profissionalização do hip-hop na quebrada, tirando a arte da informalidade e dando visibilidade e dignidade aos B-boys e B-girls e outras/os artistas da cultura de rua.

Significados

O Instituto significa reconhecimento e autoestima para a comunidade. O hip-hop é uma cultura de resistência, criada por populações marginalizadas (negras e latinas) nos Estados Unidos e totalmente abraçada pela juventude negra das periferias de São Paulo. Ao oferecer aulas de breaking e grafite, o Instituto valoriza e legitima uma forma de arte que é historicamente preta e periférica.

Sua função é transformar a arte urbana em oportunidade de vida e profissionalização. Ele age diretamente na valorização da identidade racial e territorial das/es/os jovens, oferecendo um espaço seguro para a expressão e formação de novas/es/os artistas da nossa quebrada.

7. MULTIPLICARTE CAPOEIRA

(População Negra)

A Multiplicarte Capoeira é um projeto social e uma escola de capoeira que promove formação esportiva, cultural e comunitária. Sua unidade no Jardim Aracati (Duarte Ramos Furtado, 20) atende pessoas adultas e crianças da comunidade, oferecendo aulas, rodas e espaços para convivência. É parte de uma rede maior presente em várias comunidades.

O projeto foi fundado com o objetivo de multiplicar os saberes da capoeira e levar sua prática para comunidades periféricas. Com o tempo, expandiu para unidades como a do Jardim Aracati, onde se, tornou espaço importante de socialização, formação e identidade cultural. A ideia de multiplicação — fazer com que as/os praticantes se tornem multiplicadoras/es — fortaleceu o projeto social e permitiu seu crescimento.

Significados

Esse projeto simboliza a capacidade da capoeira de ser mais que um esporte, pois é um espaço de educação, identidade e pertencimento. No Aracati, a Multiplicarte representa oportunidade para jovens se envolverem em um processo de construção cultural, desenvolvendo autoestima, disciplina e sentido comunitário. A capoeira, sob essa proposta, se torna ferramenta de transformação social.

Um dos aspectos mais importantes para a continuidade dessa iniciativa é o compromisso com a cultura e a disciplina da capoeira, uma arte que gera respeito e engajamento. O fato de usar uma arte de matriz africana garante que o projeto sempre terá relevância racial e social na nossa região.

8. PROJETO VIELA

(População Negra)

O Projeto Viela é uma iniciativa comunitária localizada no Jardim Ibirapuera, região de M'Boi Mirim, zona sul de São Paulo. Atua com educação, cultura e esporte a partir da própria viela da comunidade, transformando o espaço em território de convivência, formação e pertencimento.

O projeto nasce por iniciativa de Anderson Agostinho (Buiú), morador da comunidade, que começou promovendo rodas de leitura, debates e sessões de cinema comunitário na viela. A partir de 2009, a laje da própria casa tornou-se espaço cultural, recebendo atividades de música, apresentações e encontros da juventude.

Com o tempo, o Projeto Viela estruturou suas ações: oficinas pedagógicas, reforço escolar, atividades formativas e o programa Futebol e Leitura. Em 2016, a laje foi reformada via financiamento coletivo, ampliando o espaço físico para rodas de leitura e encontros comunitários. A iniciativa ganhou reconhecimento local e apoio institucional, fortalecendo-se como projeto sociocultural da periferia.

Significados

O Projeto Viela representa transformação social a partir da própria comunidade. Para as/os moradores, é símbolo de pertencimento, criatividade e resistência ao transformar uma viela — espaço muitas vezes associado à vulnerabilidade — em lugar de cultura, estudo e afeto.

É referência para jovens negras/os e periféricas/os, oferecendo oportunidades de formação, lazer e convivência. Suas rodas de leitura e sessões de cinema ampliam horizontes; o futebol comunitário cria vínculos; as oficinas fomentam reflexão e identidade. O Viela

consolida, assim, a ideia de que a cultura produzida na quebrada tem valor, potência e impacto direto na vida das crianças e adolescentes do território.

O projeto envolve educadoras/es populares, voluntárias/ies/os e moradoras/es da comunidade. As principais atividades incluem rodas de leitura e contação de histórias; sessões de cinema comunitário; oficinas educativas (alfabetização, formação cidadã, leitura crítica); atividades esportivas, especialmente o futebol; acompanhamento escolar e orientação para projetos de vida; oficinas comunitárias de artes, debates e encontros para jovens e mulheres.

O espaço é comunitário e autogerido, funcionando na viela e na laje reformada. A manutenção é feita coletivamente e depende de apoio financeiro e voluntário. O local não possui edificações históricas anteriores, mas carrega forte memória afetiva e comunitária do território.

O Projeto Viela é, portanto, fundamental para ampliar o acesso à leitura, à cultura, à convivência e à formação cidadã no Jardim Ibirapuera. É um espaço que valoriza crianças e jovens, estimula a autonomia e fortalece o tecido comunitário.

9. QUILOMBAR

(População Negra)

O Quilombar é um bar cultural localizado no território da Cidade Ipava. Funciona como um ponto de encontro, convivência e celebração da cultura negra periférica, reunindo música, arte, debates e mobilização política. O espaço promove rap, rima, poesia, samba, pagode, funk, encontros comunitários e eventos culturais que fortalecem a identidade, o pertencimento e a memória coletiva das comunidades da região.

O Quilombar surge a partir de esforços locais para criar um espaço de resistência negra e de cultura periférica no Aracati/Vila Gilda. O nome faz referência direta à ideia de "quilombo" — lugar de refúgio, autonomia e força política — e ao termo "bar", que remete a um espaço de encontro cotidiano.

Desde sua criação, o Quilombar se consolidou como um dos principais pontos culturais do território, acolhendo artistas, movimentos sociais, coletivos e moradoras/es para eventos, apresentações e rodas. Além de música, o bar tem acolhido atividades com caráter político e organizativo, como abaixo-assinados, debates e campanhas populares, incluindo mobilizações contra a escala 6x1.

Significados

O Quilombar representa um quilombo urbano contemporâneo ao ser um espaço de proteção simbólica, identidade negra e organização popular. Para a comunidade, é um lugar onde se celebra a cultura negra, se conversa sobre política, se debate o território e se constrói convivência. Assim, funciona como ponto que fortalece a autoestima, a memória e o pertencimento das juventudes negras, além de promover cultura, lazer e socialização em um território frequentemente negligenciado pelo poder público. Torna-se, portanto, um equipamento cultural fundamental para o território, pois cria um ambiente seguro e comunitário para a vivência da cultura negra e para a construção política cotidiana.

10. QUILOMBO GUARANI

(População Negra)

O Quilombo Guarani (QG) é um espaço educacional e cultural que funciona como cursinho pré-vestibular e preparatório para a ETEC, ambos totalmente gratuitos. Ele vai muito além da sala de aula, oferecendo também alfabetização de jovens e adultos (MOVA) e um Centro de Línguas. O objetivo é dar o futuro acadêmico que a gente sabe que a periferia tem direito, mas não tem acesso.

Nascido em 2013, no bairro do Jardim Aracati, na zona sul de São Paulo, em uma região isolada dos grandes equipamentos públicos, usa o espaço das escolas estaduais para dar as aulas, reforçando a importância de ocupar o equipamento público para o bem da comunidade.

O Cursinho surgiu da necessidade de combater a desigualdade no acesso às universidades. Começou na Escola Estadual Soichi Mabe e cresceu muito rápido, virando uma referência na zona sul. O nome, Quilombo Guarani, é a parte mais importante da história, pois une a

luta do quilombo (resistência negra) à presença ancestral do povo Guarani nesse território, mostrando que o projeto abraça toda a história de resistência daqui.

O QG tem um histórico muito bom de aprovados em universidades públicas, o que faz dele um motor de transformação. Outro marco é a criação de projetos complementares, como as aulas do MOVA, que resgatam o direito à alfabetização de quem nunca teve essa chance.

Significados

O Quilombo Guarani representa a ancestralidade em ação. É a prova de que a nossa história não é só de miséria, mas também de luta e inteligência. Para as/es/os jovens, significa auto-estima e perspectiva porque o cursinho valoriza a capacidade de quem mora na periferia.

A função dele é promover a equidade racial e social por meio da educação. O Quilombo Guarani não só prepara para a prova, mas também garante que as/os estudantes realizem visitas a uma aldeia indígena e a um quilombo, o que é essencial para o fortalecimento da identidade negra e indígena na periferia e a valorização das nossas raízes históricas.

O Cursinho é tocado de maneira voluntária por professoras/es, entre elas/es/us graduandas/os/es de universidades públicas, e por ex-alunas/es/os que voltam para ajudar como tutoras/es. A equipe de coordenação também é grande, mas trabalha sem receber nada para manter o projeto vivo. O público-alvo são estudantes de baixa renda do Ensino Médio e pessoas que buscam a alfabetização.



FORMAS DE EXPRESSÃO

11. BAQUE ATITUDE

(População Negra)

O Baque Atitude é um grupo de maracatu de baque virado fundado em 2009 e localizado no Jardim Ibirapuera, no distrito do Jardim Ângela. O coletivo se reúne em espaços comunitários do território e realiza apresentações, ensaios e ações culturais em ruas, vielas e equipamentos sociais da região. É reconhecido como referência local na promoção da cultura afro-brasileira. Seu nascimento está diretamente ligado à presença dessa tradição no território, uma vez que o maracatu é uma manifestação criada por comunidades negras de Pernambuco, marcada por elementos de resistência, ancestralidade e organização coletiva.

O grupo surge quando os irmãos Márcio e Mailson, baianos de Feira de Santana, realizavam aulas de maracatu na favela da Erundina, junto da educadora Andrea. Após a saída de Andrea e com a doação de instrumentos, eles decidiram, junto com Shirlane Kelly, dar continuidade à prática e criar um espaço próprio para manter viva a cultura do maracatu. O nome do grupo foi escolhido em um sorteio dentro de uma caixa de sapatos, simbolizando a simplicidade e força comunitária que marcam seu início.

Desde então, o Baque Atitude cresceu tocando nos becos e vielas do Jardim Ibirapuera e espalhando o baque virado pelo território. A trajetória do grupo também se conecta ao fortalecimento das identidades negras locais, pois o maracatu carrega simbolismos de luta, espiritualidade, reinado, resistência ao racismo e memória dos povos afro-brasileiros. Em mais de dez anos de atuação, o grupo se tornou referência entre a juventude do território, inspirando novos batuqueiros e mantendo viva uma tradição que expressa a força da negritude.

Significados

O Baque Atitude funciona como um ponto de resistência cultural negra, promovendo a circulação, a valorização e a continuidade do maracatu no território. O grupo oferece pertencimento, formação musical e fortalecimento identitário para crianças, jovens e pessoas adultas, além de ocupar o espaço público com uma manifestação afro-brasileira historicamente marginalizada. Sua atuação contribui para a preservação de memórias negras, para a educação antirracista e para a consolidação de vínculos comunitários.

As principais pessoas envolvidas na fundação e consolidação do grupo são Márcio e Mailson, irmãos baianos que iniciaram a prática ainda em 2009, e Shirlane Kelly, pernambucana que cresceu dentro da cultura do maracatu. Kelly, conhecida como "tia Kelly", é uma das lideranças mais marcantes do grupo e tem papel fundamental na organização, formação e continuidade das atividades. Outras lideranças, como Catarina, também contribuíram para manter o Baque Atitude ativo em momentos de dificuldade.

As atividades realizadas incluem ensaios de maracatu, formações culturais, apresentações públicas e rodas que envolvem jovens do território. O grupo se mantém por esforço coletivo, cuidado comunitário e liderança das pessoas envolvidas.

12. BATALHA DA SUL

(População Negra)

A Batalha da Sul é uma tradicional competição de rimas improvisadas que ocorre na região do Campo Limpo e Parque Arariba, na zona sul de São Paulo. O evento ocupa espaços públicos e centros comunitários, como a Unidiversidade do Samba, transformando a rua em um palco de manifestação artística onde a juventude se reúne para celebrar a cultura hip-hop e reafirmar o direito à cidade.

Nascida da necessidade de descentralizar a cena do rap que se concentrava em outros pontos da cidade, a Batalha da Sul consolidou-se na última década como um dos principais polos de revelação de MCs no Brasil. A trajetória do evento reflete a resistência histórica da cultura negra, mantendo-se ativa mesmo diante de dificuldades de financiamento

e repressão policial, adaptando a ancestralidade da oralidade africana para o contexto contemporâneo das metrópoles.

O evento gira em torno dos duelos eliminatórios entre MCs, mediados por um apresentador que interage com a plateia e um DJ responsável pelos instrumentais de rap e trap. A estrutura é simples e composta por caixas de som e microfones, com a roda de pessoas delimitando o palco, onde as/os participantes utilizam a moda streetwear como forma de expressão visual e identidade. A oralidade é o elemento central, manifestada por meio de rimas rápidas e métricas complexas que dispensam cenários elaborados, focando na potência da voz e na agilidade mental das/es/os competidoras/es.

Significados

Para a comunidade local, a batalha funciona como um quilombo urbano contemporâneo e um espaço seguro de construção de identidade e autoestima para a juventude negra e periférica. Além de ser um lazer acessível, o evento atua como uma ferramenta política e pedagógica e, nesse espaço, as rimas denunciam o racismo e a desigualdade social enquanto fortalecem o sentimento de pertencimento territorial e a economia criativa da quebrada.

13. BLOCO AFRO É DI SANTO

(População Negra)

O Bloco Afro É Di Santo é uma agremiação cultural e carnavalesca situada na região de M'Boi Mirim, na zona sul de São Paulo, que atua como um polo de resistência e celebração das matrizes africanas. O coletivo ocupa as ruas e espaços comunitários da periferia, utilizando a arte para demarcar o território como um espaço de direito e de visibilidade para a população negra, conectando a festa popular com a sacralidade das religiões afro-brasileiras.

A fundação do bloco está intrinsecamente ligada à necessidade de combater o racismo religioso e a invisibilidade da cultura negra nos circuitos tradicionais de cultura da cidade. Ao longo de sua trajetória, o grupo se fortaleceu não apenas nos períodos de carnaval, mas também como um movimento contínuo de educação popular que resgata a ancestrali-

dade por meio dos tambores, marcando sua história pela afirmação de que a cultura de terreiro deve ocupar o espaço público com orgulho e reverência às/aos antepassadas/os.

As atividades do bloco envolvem oficinas de percussão e dança que culminam nos cortejos, onde as/os participantes utilizam vestimentas coloridas e paramentos que remetem aos orixás e à estética afro. A bateria é o coração do grupo, executando ritmos como o ijexá, o samba-reggae e o samba-afro, acompanhada por alas de dança que expressam narrativas corporais ancestrais, além de cantos que exaltam a negritude e a espiritualidade.

Significados

Para a comunidade, o É Di Santo transcende a função de entretenimento e atua como um instrumento político de afirmação da identidade negra e de defesa da liberdade de culto. O bloco funciona como um espaço de acolhimento e empoderamento onde a estética, a música e a dança afro-brasileira são utilizadas para curar as feridas do racismo estrutural, promovendo a autoestima das/os moradoras/es e reeducando o olhar da sociedade sobre as tradições de matriz africana.



Foto: Brisa Serena

14. BLOCO DO HERCU

(População Negra)

O Bloco do Hercu é uma das maiores e mais vibrantes manifestações do carnaval de rua da periferia de São Paulo, concentrando milhares de foliões na região do Jardim Herculano, próximo à Estrada do M'Boi Mirim. O evento transforma as grandes avenidas do bairro em um corredor de celebração popular massiva, onde a juventude da zona sul reivindica o direito à cidade, ao lazer e à ocupação dos espaços públicos, desafiando a lógica de que os grandes eventos culturais devem se restringir ao centro expandido da cidade.

Surgido da iniciativa espontânea de moradoras/es para criar uma opção de diversão acessível dentro da própria comunidade, o bloco cresceu exponencialmente na última década e tornou-se um fenômeno de massas que atrai pessoas de toda a capital. Sua trajetória reflete a potência de organização da cultura periférica, que transformou uma festa de bairro em um dos maiores cortejos de São Paulo, resistindo historicamente à falta de infraestrutura oficial e enfrentando o estigma frequentemente associado às grandes aglomerações da juventude negra e pobre.

Significados

Para a população local, o Hercu representa um momento de máxima liberdade, visibilidade e afirmação de existência, funcionando como um contraponto à rotina de exclusão social. O bloco é um espaço onde a estética, a música e o comportamento da favela são celebrados sem censura, fortalecendo o sentimento de orgulho e pertencimento territorial ao mostrar que a periferia também é produtora de alegria e de grandes espetáculos culturais.

A dinâmica do evento é marcada pela presença de potentes trios elétricos e carros de som que conduzem a multidão majoritariamente ao ritmo do funk, além de axé e pagode, dialogando diretamente com a identidade musical da quebrada. Não há obrigatoriedade de fantasias tradicionais ou alas coreografadas, pois a expressão visual se dá através do estilo próprio da juventude periférica e do streetwear, criando uma atmosfera democrática onde a dança coletiva e a interação espontânea entre as/os participantes são os principais rituais da festa.

15. UNIDOS DA MACIEIRA

(População Negra)

O Unidos da Macieira é um tradicional bloco carnavalesco de rua localizado na região do M'Boi Mirim, mais especificamente nas imediações do Jardim Turquesa e Jardim Maria Sampaio. A concentração e os desfiles ocorrem historicamente na Rua Macieira do Sul, transformando as vias locais em um corredor de samba que mobiliza a vizinhança e reafirma a presença da festa popular nas bordas da cidade, longe dos holofotes do centro.

O bloco surgiu da vontade de moradoras/es e sambistas locais de resgatar a essência do carnaval de rua "à moda antiga", onde a comunidade é a protagonista da festa. Ao longo dos anos, consolidou-se como uma resistência cultural na região, mantendo viva a tradição de formar novas/os ritmistas e passistas dentro do próprio bairro, criando uma linhagem de sambistas que perpetuam o legado do samba paulistano periférico.

A estrutura do desfile é marcada pela presença vibrante da bateria, composta majoritariamente por jovens formadas/os nas oficinas do próprio bloco, acompanhada por um carro de som que conduz as/os intérpretes e puxadoras/es. O cortejo arrasta foliões sem a necessidade de abadás caros ou cordas de isolamento, caracterizando-se pela democratização da folia: fantasias improvisadas se misturam à estética do dia a dia da quebrada, em um ambiente familiar onde crianças e pessoas idosas compartilham o mesmo espaço de dança.

Significados

Para a comunidade do M'Boi Mirim, o Unidos da Macieira representa um espaço de lazer autônomo e de fortalecimento dos laços de vizinhança, onde a rua deixa de ser apenas passagem para se tornar um local de encontro e celebração. O bloco atua como um polo de identidade negra e periférica, provando que a produção cultural de qualidade reside na favela e funciona como um contraponto à rotina dura da região, oferecendo alegria e pertencimento por meio do batuque.

MARCOS DE RESISTÊNCIA

16. CAMINHADA PELA VIDA E PELA PAZ

(População Negra)

A Caminhada pela Vida e pela Paz é uma histórica mobilização comunitária realizada anualmente no dia 2 de novembro no Jardim Ângela e no Jardim São Luís. O ato nasceu no ano de 1996 como uma resposta da comunidade à narrativa da grande mídia e da ONU, que à época rotulavam o Jardim Ângela como um dos locais mais violentos do mundo, mas que, em momento nenhum, citavam o abandono estatal da periferia.

Idealizada por lideranças locais e fortemente articulada pela Paróquia Santos Mártires e pelo Padre Jaime Crowe, a caminhada reúne moradoras/es, coletivos e organizações sociais que partem de diversos pontos do território rumo ao Cemitério do Jardim São Luís, transformando o luto em um ato político de denúncia contra o genocídio da juventude negra e a violação dos direitos humanos.

Ao longo de sua trajetória, a mobilização tornou-se um motor de conquistas fundamentais para a região, sendo decisiva na luta pela construção do Hospital M'Boi Mirim e por melhorias na educação pública. A história do evento é marcada por momentos de intensa resistência, como durante a pandemia, entre 2020 e 2021, quando o ato se adaptou para denunciar as mortes evitáveis, em 2019, ano lembrado como a primeira e única edição em que Padre Jaime não pôde comparecer, antes de seu falecimento, devido à saúde debilitada. Mais do que uma homenagem às vítimas, a caminhada define seus temas anuais baseada na necessidade urgente de avanço do território, seja pautando a saúde mental, a violência contra a mulher ou a justiça racial, reafirmando o compromisso da periferia em cuidar de si mesma e disputar as políticas públicas que garantam a vida digna. As pessoas envolvidas na criação da caminhada incluem Padre Jaime, Padre Nicolau (CDHEP), Lucila, Padre Eduardo e outras potências da época. Atualmente, Regina, Luana, Luis Galeão, Agnaldo, Xurras e Felipe (CDHEP) estão à frente da organização da caminhada.



Fotos: Diego Ramalho

A transmissão de sua história ocorre por meio de relatos orais, registros fotográficos, memoriais, ações educativas e trocas na própria caminhada. Os principais efeitos desse marco são a maior visibilidade das pautas da periferia, a articulação entre serviços públicos e sociedade civil e as conquistas em políticas públicas ao longo das últimas décadas.

Além disso, o Fórum em Defesa da Vida, a chegada das bases comunitárias, a ampliação da rede de saúde, a instalação do Instituto Federal, a luta pela melhoria do transporte e por mais equipamentos culturais e a realização do Abraço Guarapiranga são alguns dos bons frutos recentes dessa mobilização.

Significados

Para a comunidade, a Caminhada Pela Vida e Pela Paz é um marco de resistência, memória e denúncia. Ela simboliza o enfrentamento histórico da violência e do racismo, recupera a dignidade das famílias que perderam seus filhos e filhas e fortalece laços de pertencimento entre moradoras/es do território.

É também um espaço educativo e político, onde as pessoas reafirmam o direito à vida e denunciam injustiças estruturais. Além disso, funciona como um ato de cuidado coletivo, espiritualidade popular, fortalecimento da organização comunitária e reafirmação de que a periferia possui voz, protagonismo e capacidade de luta.

Para que esse marco continue sendo referência cultural e histórica, é fundamental garantir sua continuidade anual, mantendo a mobilização comunitária, o registro histórico e o envolvimento das novas gerações.

17. FESTA PRETA

(População Negra)

A Feira Preta do Jardim Ângela (que na segunda edição passa a se chamar Festa Preta) é um evento cultural e econômico realizado no território do Jardim Ângela e M'Boi Mirim, voltado à valorização da cultura negra, do empreendedorismo periférico e das expressões artísticas da população negra local.

A 1ª edição, realizada em 24 de novembro de 2024, na Sociedade Santos Mártires (Rua Luís Baldinato, 9), foi organizada por mobilizadoras/es culturais da região em parceria com a Santos Mártires. A feira reuniu empreendedoras/es negras/os de áreas como gastronomia, estética, moda, artesanato, produtos naturais e arte urbana, além de apresentações culturais (música, dança, poesia, samba), criando um espaço de celebração, afirmação identitária e circulação de renda no território.

O evento nasce do contexto histórico de resistência da população negra no extremo sul de São Paulo, marcado por desigualdades, falta de oportunidades e racismo estrutural. O evento atua como resposta comunitária para fortalecer empreendedoras/es negras/os, gerar visibilidade, ampliar redes e resgatar a potência criativa do território.

A iniciativa envolve empreendedoras/es pretas/os da região, coletivos culturais, artistas periféricas/os, mulheres negras líderes comunitárias, juventude organizada, além da Sociedade Santos Mártires como parceira institucional. Quem cuida da realização são Regina, Nani, Alexandra, Xurras, além de contar com movimentos culturais como a Batalha da Revolta, Batalha da Sul, Batalha da Lilás, Quilombar e Mais Rap!

Significados

Para o Jardim Ângela, a Festa Preta é mais do que um evento comercial; é um manifesto de afirmação da identidade negra. A iniciativa atua como uma estratégia de autonomia, fomentando a circulação de renda entre empreendedoras/es negras/os e fortalecendo a rede comunitária, ao mesmo tempo em que cria um espaço seguro onde as expressões artísticas, os saberes tradicionais e a estética negra são celebrados. Ao ocupar o território com memória e arte, a festa se torna um marco de resistência que rompe com as narrativas estigmatizantes historicamente impostas ao bairro, reafirmando que o Jardim Ângela é, acima de tudo, um polo de cultura, criatividade e potência.

AGENTES

18. SANTO DIAS

(População Negra)

Santo Dias da Silva (1942–1979) foi um trabalhador metalúrgico, migrante baiano, militante das Comunidades Eclesiais de Base e liderança da Pastoral Operária em São Paulo. Ativo na organização sindical de base durante a ditadura, tornou-se uma figura central das lutas das/os trabalhadoras/es da zona sul.

Foi assassinado pela Polícia Militar em 30 de outubro de 1979 durante um piquete de greve na fábrica Sylvânia. Sua morte gerou grande comoção popular, com um cortejo que reuniu cerca de 30 mil pessoas e marcou a resistência contra a violência do Estado.

No território, sua memória está presente especialmente na zona sul de São Paulo, em centros de direitos humanos, ruas, escolas, além de ser lembrada na Caminhada Santo Dias, realizada anualmente.

Significados

Santo Dias simboliza a luta da classe trabalhadora por direitos, a força política da periferia e a resistência à repressão policial. Representa também a articulação entre fé, organização comunitária e compromisso com a justiça social, sendo referência para movimentos populares, pastorais e grupos de direitos humanos. Sua história inspira a valorização das lutas coletivas, da solidariedade e da memória como instrumento político.



Foto: Acervo Unesp

Fortalecer a memória de Santo Dias nas atividades do território é uma forma de manter sua história viva. Isso pode ser feito por meio de rodas de conversa, murais, debates e formações sobre movimentos populares, além de ações educativas para jovens sobre sua vida, a organização comunitária, o sindicalismo de base e os direitos humanos.



Imagem: Jeivison José

19. REGINA PAIXÃO

(População Negra)

Regina Conceição da Paixão Gomes, conhecida carinhosamente como Regina Paixão, Regina do Padre Jaime ou Regina da Santos Mártires, é uma mulher negra cuja trajetória se confunde com a própria história de luta e resistência da zona sul de São Paulo. Filha de mineiros, nasceu na região do Jardim São Luís e, aos seis anos, mudou-se para o Jardim Ângela, local que se tornaria pano de fundo das históricas movimentações do Fórum em Defesa da Vida e da militância de Regina. Sua caminhada é fruto direto das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), onde a fé e a política estão lado a lado na busca por justiça social.

Sua atuação comunitária ganhou força em 1996, quando passou a atuar como catequista e na rádio comunitária do Jardim Ângela. Em 1998, em um período marcado pela explosão da violência na região, Regina ingressou na Sociedade Santos Mártires como assistente administrativa, sendo fortemente incentivada pelo Padre Jaime a prosseguir nos estudos e na liderança. Essa vivência a impulsionou a cursar Comunicação Social na UNISA (1998-2001) e, mais tarde, a especializar-se em Gestão Social Urbana na Fundação Getúlio Vargas (FGV), consolidando sua atuação na assistência social não apenas pela experiência, mas também por escolha e paixão.

A liderança de Regina expandiu-se para esferas de decisão política e institucional. Ela integra o Conselho Estadual da

Assistência Social e, em 2016, assumiu a coordenação do Fórum da Assistência Social da cidade, mesmo ano em que se tornou presidente da Sociedade Santos Mártires. Durante os anos de luta, atravessou momentos críticos de mudanças nas esferas municipal e federal, exigindo firmeza e capacidade de mobilização, como visto na paralisação das/os assistentes sociais em frente à Câmara Municipal em 2017.

Além de sua atuação na assistência social, Regina é uma figura central na luta pelos direitos humanos e contra a violência, principalmente no território. Desde 2019, coordena a tradicional Caminhada pela Vida e pela Paz, um evento simbólico de resistência na zona sul. Sua militância também se reflete na co-fundação do Fórum em Defesa da Mulher em 2023 e na participação ativa em frentes como o SOS Transporte. Casada e mãe de duas filhas, Regina Paixão, através da gestão coletiva e do afeto, transforma o território e constrói políticas públicas a partir do trabalho de base.

Significados

A luta de Regina Paixão carrega imenso significado na trajetória da emancipação coletiva do território. Sua trajetória não é um percurso solitário, mas parte de uma construção coletiva, baseada em uma troca horizontal, em que a escuta da comunidade serve como base para desconstruir o estigma da violência. Ao ocupar conselhos e espaços de decisão, ela atua como uma articuladora política que recusa a invisibilidade da periferia e das mulheres negras, batalhando para atrair políticas públicas estruturantes que deixem de ser tratadas como favor e passem a ser reconhecidas como dever do Estado para com a população majoritariamente negra do distrito. Essa liderança funciona como uma ferramenta pedagógica que empodera as pessoas ao redor, como pessoas idosas, mulheres e jovens, demonstrando que a gestão do território pertence a quem vive nele.
Neon Cunha

É uma mulher negra, ameríndia e transgênera, além de uma importante ativista antirracista, dos direitos humanos e dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil. Em 2014, reivindicou o direito jurídico de mudar seu registro geral (RG) de acordo com a sua identidade de gênero. Sua ação contribuiu para a ampliação das lutas coletivas em torno do reconhecimento e efetivação dos direitos de pessoas LGBTQIAPN+ e por mudanças no entendimento sobre as políticas de gênero nos discursos da área da saúde.

ANEXOS - FICHAS DE REGISTRO

Estas fichas foram baseadas e adaptadas da publicação “Educação patrimonial: inventários participativos”, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

FICHA DE CATEGORIA
1. LUGARES/EDIFICAÇÕES

Ao preencher esta ficha, tenha sempre em mente o processo de mapeamento em articulação com a presença da população negra no território e as questões decorrentes desse aspecto.

Nome:
Nome mais comum do lugar e outros nomes pelos quais é conhecido.

Este lugar ou edificação do território diz respeito à presença e à história da:

( ) População Negra
( ) População Indígena
( ) Outra. Qual? _____

Imagem:
Caso tenha, indique uma foto ou desenho do lugar escolhido (com a devida identificação). Se não tiver, você pode buscar uma na internet.

O que é e onde está:
Contar de forma resumida o que é o lugar e descrevê-lo a partir das referências mais conhecidas.

História e períodos importantes:
Contar sobre as origens e transformações do lugar ao longo do tempo, incluindo momentos ou datas importantes associadas a ele e as narrativas que existem sobre sua história.

Significados:
Que significados e funções tem o lugar para a comunidade?

FICHA DE CATEGORIA
2. OBJETOS

Ao preencher esta ficha, tenha sempre em mente o processo de mapeamento em articulação com a presença da população negra no território e as questões decorrentes desse aspecto.

Nome:
Nome mais comum do objeto e outros nomes pelos quais é conhecido.

Este objeto do território diz respeito à presença e história da:
( ) População Negra
( ) População Indígena
( ) Outra. Qual? _____

Imagem:
Caso tenha, indique uma foto ou desenho do objeto escolhido. Se não tiver, você pode buscar uma na internet.

O que é e onde está:
Contar de forma resumida o que é o objeto e localizá-lo no território a partir das referências mais conhecidas.

História e períodos importantes:
Contar sobre as origens e transformações do objeto ao longo do tempo, incluindo momentos ou datas importantes associadas a ele.

Significados:
Que significados e funções tem o objeto para a comunidade?

FICHA DE CATEGORIA
3. CELEBRAÇÕES

Ao preencher esta ficha, tenha sempre em mente o processo de mapeamento em articulação com a presença da população negra no território e as questões decorrentes desse aspecto.

Nome:
Nome mais comum da celebração e outros nomes pelos quais ela é conhecida.

Esta celebração no território diz respeito à presença e à história da:
( ) População Negra
( ) População Indígena
( ) Outra. Qual? _____

Imagem:
Caso tenha, indique uma foto ou desenho da celebração citada. Se não tiver, você pode buscar uma na internet.

O que é e onde está:
Contar de forma resumida o que é a celebração e localizá-la no território a partir das referências mais conhecidas.

História e períodos importantes:
Contar sobre as origens e transformações da celebração ao longo do tempo, incluindo momentos ou datas importantes associadas à celebração.

Significados:
Que significados e funções tem a celebração para a comunidade?

FICHA DE CATEGORIA 4. FORMAS DE EXPRESSÃO E SABERES

Ao preencher esta ficha, tenha sempre em mente o processo de mapeamento em articulação com a presença da população negra no território e as questões decorrentes desse aspecto.

Nome:
Nome mais comum da forma de expressão/saber e outros nomes pelos quais é conhecida.

Esta forma de expressão/saber no território diz respeito à presença e à história da:
( ) População Negra
( ) População Indígena
( ) Outra. Qual? _____

Imagem:
Caso tenha, indique uma foto ou desenho de uma forma de expressão/saber escolhida. Se não tiver, você pode buscar uma na internet.

O que é e onde está:
Contar de forma resumida o que é a forma de expressão/saber e localizá-la no território a partir das referências mais conhecidas.

História e períodos importantes:
Contar sobre as origens e transformações da forma de expressão/saber ao longo do tempo, incluindo momentos ou datas importantes associadas a essa forma de expressão/saber.

Significados:
Que significados e funções tem a forma de expressão/saber para a comunidade?

FICHA DE CATEGORIA
5. AGENTES

Ao preencher esta ficha, tenha sempre em mente o processo de mapeamento em articulação com a presença da população negra no território e as questões decorrentes desse aspecto.

Nome:
Nome mais comum dessa pessoa e outros nomes pelos quais ela é conhecida.

Este agente do território diz respeito à presença e à história da:
( ) População Negra
( ) População Indígena
( ) Outra. Qual? _____

Imagem:
Caso tenha, indique uma foto ou desenho do/a/e agente. Se não tiver, você pode buscar uma na internet.

Quem é e onde está e história da/o/e agente:
Contar de forma resumida as características da/o/e agente, sua trajetória e sua atuação no território. Apresentar suas origens e histórias, momentos ou datas importantes relacionados à sua trajetória e sua relação com o território.

Significados:
Quais significados e contribuições essa pessoa tem para a comunidade?

FICHA DE CATEGORIA
6. MARCOS DE RESISTÊNCIA

Ao preencher esta ficha, tenha sempre em mente o processo de mapeamento em articulação com a presença da população negra no território e as questões decorrentes desse aspecto.

Nome:
Nome mais comum do marco de resistência e outros nomes pelos quais é conhecido.

Este marco de resistência do território diz respeito à presença e à história da:
( ) População Negra
( ) População Indígena
( ) Outra. Qual? _____

Imagem:
Caso tenha, indique uma foto ou desenho do marco de resistência. Se não tiver, você pode buscar uma na internet.

O que é e qual a história deste marco de resistência:
Contar de forma resumida quais são as características desse marco de resistência/episódio, de que forma ele pode ser transmitido e localizá-lo a partir das referências mais conhecidas. Contar as origens, causas e contextos do marco de resistência/episódio, incluindo momentos ou datas importantes associados a esse marco.

Significados:
Que significados e funções tem o marco de resistência para a comunidade?

Descrição:
Quem são as pessoas envolvidas com este marco de resistência e a transmissão de sua história? Quais são os principais efeitos resultantes desse marco de resistência (se houver)?